



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — Nº 65

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de maio de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.348-B/64 na Câmara e nº 247-64 no Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº Disposição à que se refere:

- 1 Do art. 5º a palavra "Coordenados".
- 2 Do art. 6º (caput) as palavras "pelo Congresso Nacional", Parágrafo único do art. 6º (totalidade).
- 3 Da BR-101, a totalidade "Barra da Tijuca".
- 4 Da BR-120 a totalidade.
- 5 Da BR-122 as regiões "Jardim — Barbalho — Juazeiro do Norte — Iguatu — Solonópolis — Xorozinho".
- 6 Da BR-234, as regiões: "Macururé — Curaça".
- 7 Da BR-251, as regiões "Ilhéus — Pontal — Buararema — Unaí — Goianésia — Ceres — Xavantina — Cuiabá".
- 8 Da BR-273 a totalidade.
- 9 Da BR-265, as regiões: "Boa Esperança — Carmo do Rio Claro — São Sebastião do Paraíso — Bebedouro — São José do Rio Preto".
- 10 Da BR-308, as regiões: "Macedo — Garanhuns — Monteiro — Afogados do Ingazeiro — Itaporanga — Cajazeiras — Anajatuba — Pinheiro — Cândido Mendes — Capanema".
- 11 Da BR-352 a totalidade.
- 12 Da BR-354 as regiões: "Perdões — Formiga — Patos de Minas — Cristalina".

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 1º de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei de Câmara nº 1.108-C/63 (nº 9/65, no Senado), que disciplina o pagamento das quotas dos impostos de renda e consumo devidas aos Municípios, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, 3 de maio de 1965

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para as sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 15 e 16 de junho do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

- Ao Projeto de Lei nº 3, de 1963 (C.N.), que dispõe sobre subsídios e dá outras providências (veto parcial);

- Ao Projeto de Lei nº 3.456-B-61, na Câmara e nº 18, de 1965, Senado, que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 2 e 228 da Consolidação das Leis do Trabalho (veto total);

- Ao Projeto de Lei nº 2.424-B de 1964, na Câmara e nº 320, de 1965, no Senado, que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências (veto parcial).

Senado Federal, em 11 de maio de 1965. — Auro Moura Andrade.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 1º da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de renovação de contrato celebrado, em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto.

Art. 1º E' mantido o ato, de 27 de junho de 1950, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a termo de renovação de contrato celebrado, em 20 de maio de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto, para o desempenho, na Escola de Aeronáutica, da função de professor de Português.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 1º da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro o contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Art. 1º E' mantido o ato, de 11 de julho de 1963, do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a termo de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Governo do Estado da Bahia, em 11 de maio de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É mantido o ato, de 11 de julho de 1963, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Leiras do Tesouro", no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina em 16 de maio de 1963.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de maio de 1965.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei número 3, de 1965 (C.N.) que dispõe sobre subsídios, vencimentos, salários e proventos e dá outras providências.

PRIMEIRA REUNIAO, DE INSTALACAO, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1965

As 9 horas, do dia dezoito de maio de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Leite, Eduardo Assmar e Aurélio Viana e os Senhores Deputados Ulisses Guimarães, Pedro Braga e Guilherme Machado, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei número 3, de 1965 (C.N.) que dispõe sobre subsídios, vencimentos, salários e proventos e dá outras providências.

Em obediência ao preceito Regimento assume a Presidência o Sr. Senador José Leite que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio, secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Guilherme Machado.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador José Leite	Votos 5
Deputado Ulisses Guimarães	1

Para Vice-Presidente:

Deputado Pedro Braga	Votos 5
Deputado Guilherme Machado ..	1

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Sr. Senador Aurélio Viana Relator da matéria precipua à Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

SEGUNDA REUNIAO, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1965

As 14 horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador José Leite, Presidente, presentes os Senhores Senadores José Leite, Eduardo Assmar e Aurélio Viana e os Senhores Deputados Ulisses Guimarães, Pedro Braga e Guilherme Machado, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei número 3, de 1965 (C.N.) que dispõe sobre subsídios, vencimentos, salários e proventos e dá outras providências.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Aurélio Viana que, na qualidade do Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, após vetar o Projeto de Lei, apresentar o Veto Parcial ao processo em tela.

Em discussão, não havendo quem mais desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO Nº 47, DE 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei número 3, de 1965 (C.N.), que dispõe sobre subsídios, vencimentos, salários e proventos e dá outras providências.

Relator: Sr. Aurélio Viana.

Por considerá-lo contrário aos interesses nacionais, o Sr. Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolveu vetar, parcialmente, o Projeto de Lei nº 3-65, que dispõe sobre subscrição compulsória de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional pelas pessoas que recebem remuneração classificável na cédula "c" de rendimentos e dá outras providências.

ORIGEM DO PROJETO

O projeto teve origem em Mensagem do Poder Executivo — número 133-65 — encaminhada ao exame do Congresso Nacional, nos termos do artigo 4º, Parágrafo único, do Ato Institucional, acompanhada de Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda e Ministro Extraordinário para Planejamento e Coordenação Econômica.

INCIDENCIA DO VETO

O veto incidirá sobre a expressão: "bem assim as gratificações incorporáveis do pessoal inativo civil e militar" inserida no Parágrafo único do artigo 13, do Projeto de Lei submetido à sanção presidencial.

ORIGEM DA EXPRESSÃO VETADA

A expressão vetada surgiu — embora com outra redação — no substitutivo apresentado perante a Comissão Mista incumbida de apreciar e estudar o Projeto de Lei número 3, de 1965, pelo Relator da matéria, o Ilustre Deputado Mendes de Moraes (artigo 10, § 2º). Acolhendo subemenda, subscrita pelo

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39
Ano	Cr\$ 76
Exterior	
Ano	Cr\$ 108

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos bem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Ilustre Senador Oscar Passos, a Comissão Mista, ao apresentar seu substitutivo, adotou, para a expressão em foco, a nove redação sugerida, vindo esta, então, a integrar o Parágrafo único do artigo 10 do Substitutivo, o qual, por fim, veio a se converter no Projeto de Lei, objeto de veto do Sr. Presidente da República.

RAZÕES DO VETO

O Sr. Presidente da República fundamenta as razões de seu veto, nos seguintes termos:

"A legislação ordinária que disciplina o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, previsto no artigo 15, IV, da Constituição, dispensa tratamento uniforme a todos os proventos recebidos a título de meio-soldo ou de pensão de qualquer natureza, abrangendo as pensões militares e as pensões alimentícias estabelecidas na lei civil. Nenhuma distinção se faz quanto à origem ou quanto à composição das pensões, o mesmo acontecendo com os demais proventos derivados de inatividade de civis ou militares.

Tal diretriz, colimada em evidência, resulta de imperiosa submissão a duas regras inscritas na Constituição — artigo 141, § 1º e artigo 202. Estabelece a nossa Lei Maior que "todos são iguais perante a lei" e que "os tributos terão caráter pessoal, sempre que isso for possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte".

A pretendida exclusão tributária das gratificações incorporadas às importâncias recebidas por civis ou militares, em virtude de inatividade, constitui uma discriminação em favor desses beneficiados, a qual se mostra incompatível com a orientação do Governo".

TEMPESTIVIDADE DO VETO

Encaminhado à sanção presidencial em 29.4.65, o projeto recebeu veto parcial em 30.4.65; dentro, portanto, do decêndio fixado pelo artigo 70, § 1º, da Constituição Federal.

CONCLUSÃO

Assim, cremos estar a matéria em condições de ser apreciada pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1965. — José Leite, Presidente; Aurélio Viana, Relator; — Eduardo Assmar — Ulisses Guimarães — Pedro Braga — Guilherme Machado.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1965 (Projeto de Lei nº 3.459-B, de 1961 — na Câmara) que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 225 e 226 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 4.178, de 11 de dezembro de 1962.

1ª REUNIAO, DE INSTALACAO, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1965

As 9 horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Walfrido Gurgel, Eurico Rezende e Vasconcelos Torres e os Senhores Deputados Celestino Filho, Adylio Viana e Ezequias Costa, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1965 (Projeto de Lei número 3.459-B, de 1961 — na Câmara) que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 225 e 226 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei número 4.178, de 11 de dezembro de 1962.

Em obediência ao preceito regimental assume a Presidência o Sr. Senador Eurico Rezende que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio

secreto, por cédulas uninominais, previsto no art. 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Ezequias Costa.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Eurico Rezende — 5 votos.
Deputado Celestino Filho — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Deputado Adylio Viana — 5 votos.
Deputado Ezequias Costa — 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Sr. Deputado Adylio Viana Relator da matéria precipua, a Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1965

As 17,30 horas, do dia dezoito de maio de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Eurico Rezende, Presidente, presentes os Senhores Senadores Walfredo Gurgel, Eurico Rezende e Vasconcelos Torres e os Srs. Deputados Celestino Filho, Adylio Viana e Ezequias Costa, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1965 (Projeto de Lei nº 3.459-B, de 1961 — na Câmara) que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 225 e 226 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 4.178, de 11 de dezembro de 1962.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Adylio Viana que, na qualidade de Relator, tece considerações conubstando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Sr. Presidente da República para, no uso de suas atribuições constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja assinada o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

RELATÓRIO Nº 49, DE 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 3.459-B-61, (nº 18, de 1965 — no Senado), que estende aos securitários o disposto nos artigos 224, 225 e 226 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei número 4.178, de 11 de novembro, de 1962.

Relator: Sr. Deputado Adylio Viana.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 70, parágrafo 1º, e 80, II, da Constituição Federal, negou sanção ao Projeto de Lei da Câmara número 3.459-61, (nº 18, de 1965 — no Senado), por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO

O Projeto sobre que incidu o veto presidencial é da autoria do Deputado Salvador Lossaco e determina:

Art. 1º Aplicam-se aos empregados de empresas de seguros privados e capitalização, pertencentes ao 2º Grupo da Confederação Nacional dos Traba-

lhadores nas Empresas de Crédito, segundo o quadro de atividades e profissões a que se refere o artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943, os artigos números 224, 225 e 226 do mesmo diploma legal.

Art. 2º Aplicam-se, igualmente, aos empregados referidos no artigo anterior, o disposto na Lei nº 4.178, de 11 de dezembro de 1962.

Justificando-o assim se expressa seu autor:

"Os securitários e bancários pertencem ao mesmo grupo profissional estabelecendo no § 2º, do artigo 535, da Consolidação das Leis do Trabalho. Igualmente, contribuem para a mesma instituição de previdência — O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. São ambos, como se vê empregados em empresas de crédito, existindo muita afinidade entre a natureza dos serviços executados pelas duas categorias profissionais. São atividades, portanto, similares.

Assim sendo, nada mais justo que atribuir-se aos securitários, as mesmas normas legais tuteladas aos seus colegas bancários."

TRAMITAÇÃO

A matéria foi objeto de estudo por parte das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social da Câmara, e da Comissão de Legislação Social, do Senado, merecendo acatamento em todas elas. Resultou, afinal, aprovado na forma do substitutivo sugerido pela Comissão de Legislação Social da Câmara.

O VETO E SUAS RAZÕES

O Veto presidencial, aposto em tempo hábil, está assim justificado:

"O programa de combate à inflação em que se empenha o Governo Federal exige, de um lado, o aumento da oferta global de mercadorias e serviços e de outro, a redução de preços de venda das mesmas mercadorias e serviços, a fim de ampliar a respectiva procura.

O projeto aprovado, ao reduzir para seis horas diárias e trinta e seis horas semanais a duração do horário de trabalho dos securitários, ocasionará uma redução dos serviços produzidos atualmente pelas Companhias de Seguros, salvo se essas companhias aumentarem a quantidade de pessoal empregado, a fim de compensar a redução do trabalho. Essa solução ocasionará, todavia, uma elevação do custo de produção dos serviços de seguros, com uma consequente elevação das tarifas, que já são das mais altas do mundo, dificultando que as Companhias Nacionais concorram no mercado internacional de seguros.

A elevação das tarifas de seguros irá forçosamente repercutir na elevação do custo de produção de outras empresas, inflando na elevação do nível geral de preços num momento em que todos os esforços para a contenção da alta do custo de vida estão sendo realizados.

Considera ainda o Governo que a sanção do projeto em apreço irá estimular outros grupos de empregados a solicitarem lhes seja também estendida a mesma redução de trabalho, com efeitos indesejáveis para a produtividade da economia nacional, que deverá ser incentivada e não desestimulada."

Cremos, com isso, haver propiciado ao Congresso Nacional elementos capazes de bem orientá-lo ao apreciar o presente veto.

E o relatório.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1965. — Eurico Rezende, Presidente — Adylio Viana, Relator — Celestino Filho — Vasconcelos Torres — Walfredo Gurgel — Ezequias Costa.

SENADO FEDERAL

ATA DA 53ª SESSÃO, EM 25 DE MAIO DE 1965

2ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E CATETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Edmundo Levi
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Vicente Augusto
Walfredo Gurgel
Salviano Leite
Argemiro de Figueiredo
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ernirio de Moraes
Silvestre Pericles
Rui Palmeira
Heribaldo Vieira
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres
Aurélio Viana
Faria Tavares
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Milton Menezes
Atílio Fontana
Gildo Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá — (32)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havendo numero legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Do Sr. Ministro das Relações Exteriores

Aviso nº DORG-11-300.11, de 17 de mês em curso, com referência ao Requerimento nº 117-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Aviso DP-DO-DORG-DIPROC-12-812.1(42) (00), da mesma data, com referência ao Requerimento número 53-65, do mesmo Sr. Senador;

Aviso DP-SRC-13-312.6, da mesma data, com referência ao Requerimento nº 82-65, do mesmo Sr. Senador;

Aviso DA-DO-DORG-14-982.B, de 18 de mês em curso, com referência ao Requerimento nº 127-65, do mesmo Sr. Senador.

AVISO

Do Sr. Ministro das Relações Exteriores, nos seguintes termos:

Em 20 de maio de 1965.

Recomendação nº 116 da OIT.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, a título informativo — para conhecimento dos Ilustres Membros do Senado Federal — cópia da Recomendação número 116 da Organização Internacional do Trabalho

2. Como sabe Vossa Excelência, as decisões da Conferência Internacional do Trabalho, do acordo com os dispositivos da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, podem ter a forma de Convenções ou de Recomendações. As primeiras devem ser obrigatoriamente subscritas pelos Governos dos Estados membros aos órgãos competentes para aprovarlas com vistas à ratificação. No caso das Recomendações, a obrigação prevista é a de submetê-las à autoridade ou autoridades a quem competir o assunto, para o efeito de que lhes dêem forma de lei, ou adotem outras medidas".

3. As Recomendações não tem o caráter de Tratados: elas contêm proposições julgadas úteis, que os Estados podem, se quiserem, tomar como base de legislação. São, inicialmente, apreciadas pelos órgãos executivos, que as transformarão, ou não, em projetos de lei que o Governo queira submeter à consideração do Legislativo. Poder-se-ia entender satisfeita, por esse exame do Executivo, a obrigação prescrita na Constituição da Organização do Trabalho. Sustenta, esta, no entanto, que o assunto deve ser de qualquer modo levado ao conhecimento do Legislativo, pois pode esta ter, ele próprio, a iniciativa de lei que dê aplicação aos dispositivos de uma Recomendação.

4. Na 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, foi aprovada a Recomendação nº 116, a qual versa matéria relativa à "redução da duração do trabalho". O Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo examinado o assunto, entendeu que não seria conveniente, no momento, sugerir legislação que implementasse os princípios da referida Recomendação.

5. Em anexo, remeto a Vossa Excelência Parecer e Resolução da Comissão Permanente de Direito Social a respeito do assunto.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — A Vasco T. Leitão da Cunha.

MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL

COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO SOCIAL

Recomendação nº 116, sobre a redução da duração do trabalho. Submissão da mesma à autoridade competente.

PARECEr Nº 65-63

A presente Recomendação nº 116, aprovada pela 46ª Sessão de Conferência Internacional do Trabalho, realizada em junho de 1962, em Genebra, versa sobre a redução da duração do trabalho, apresentando, além do preâmbulo, 23 disposições acerca daquele importante capítulo do direito trabalhista.

2. O preâmbulo que precede à Recomendação manteve a norma da semana de quarenta horas, "como norma social acolimar, por etapas se necessário, e definindo uma duração normal máxima de trabalho".

1. A forma do Parecer nº 39-61, que orientou a Delegação brasileira, e com cujos judiciosos pontos-de-vista nesse assunto estamos de inteiro acordo, apesar de concordarmos com a conveniência da redução progressiva da duração do trabalho, na proporção em que a medida se tornar aconselhável pela aplicação do novos processos tecnológicos, não julgamos possa ser consagrada, na atual conjuntura, a instituição da semana de 40 horas, como foi consagrada na presente Recomendação.

3. O texto do artigo 3º manteve a referência a via legislativa e regulamentar para aplicar o princípio da redução progressiva da duração normal do trabalho, quando o ponto-de-vista brasileiro se cifrou no sentido de ser o problema resolvido por via das convenções coletivas de trabalho.

4. O texto do artigo 4º, com ligeira modificação da redação dos projetos, primitivo e revisado, faz alusão indireta a semana de 40 horas, mas atenuou consideravelmente o seu preceito anterior, como se deduz na atual redação, *in verbis*:

"A duração normal do trabalho deverá ser progressivamente reduzida, quando viável, com o fim de atingir a norma social indicada no preâmbulo da presente recomendação, sem nenhuma diminuição do salário dos trabalhadores, no momento em que se produz redução da duração do trabalho".

Tal princípio é de ser aceito, com as restrições já feitas ao princípio genérico equivalente enunciado no preâmbulo.

5. O texto do artigo 62, como o de todos os dispositivos que fazem remissão ao artigo 42, fica condicionado às observações que sobre o mesmo já foram feitas.

6. O texto do artigo 72, com o acréscimo de um inciso (que manda levar em conta a "necessidade, no caso dos países que estão ainda em via de desenvolvimento, de elevar o nível de vida de sua população"), merece as restrições já feitas pelos relatórios anteriores (fls. 12 e 23.) O acréscimo final entretanto, da redação da alínea a, coloca, nos seus devidos termos, o problema ali focalizado.

7. A pequena modificação de redação do artigo 14, em seu *caput*, permite que sobre o mesmo já se não possa fazer qualquer restrição, uma vez que esta se cingia à semana de 40 horas.

8. A modificação da redução do artigo 10 deu maior plasticidade à Recomendação, dispondo *in verbis*:

"Todas as horas trabalhadas além do limite normal deveriam ser consideradas como horas suplementares, a menos que, de acordo com os usos, não se lhes seja possível levar em conta na fixação do salário".

Nada contraindica tal disposição.

9. Quando no artigo 17, em que pese a modificação de sua redação, nada há a objetar, porque vem ao encontro da própria legislação brasileira vigente.

10. Sobre a redação do artigo 13, ligeiramente acrescido, nada há também a objetar porque consubstancia medidas já adotadas entre nós ou justas e socialmente importantes.

11. O texto do artigo 19, mesmo com o acréscimo de redação sofrida, em nada colide, mas, pelo contrário, em tudo se ajusta às disposições do 1º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho.

12. Idem, com relação ao artigo 20.

13. Quanto ao artigo 2º, novo, dispõe medida geral, decorrentes dos princípios adotados no Direito do Trabalho, pela qual a presente Recomendação não pode atingir os trabalhadores que, por qualquer meio legal, tivessem já asseguradas condições mais vantajosas.

14. Finalmente, o artigo 23, restabelecendo a boa orientação, dispõe que:

"Essa recomendação não se aplica nem à agricultura, nem nos transportes marítimos, nem à pesca marítima. Disposições especiais deveriam ser previstas para esses ramos de atividade".

Nesse particular, o ponto-de-vista brasileiro está satisfeito, nada havendo a objetar-se.

15. Quanto aos demais dispositivos da Recomendação, não foram feitas ob-

pressamente, nada apresentam também que justifiquem qualquer objeção.

16. Por força do estatuto no artigo 19 da Constituição de Organização Internacional do Trabalho, as Recomendações devem ser submetidas pelos Estados-Membros, dentro do prazo mínimo de dezoito meses, a contar do término da sessão da Conferência, a autoridade competente para conhecer do assunto, a fim de que transforme em lei o que nela se contém ou adote outras medidas que julgue aconselháveis (nº 6, alínea b).

17. De outro lado, incumbe também aos Estados-Membros informar a C. I. T. sobre as providências adotadas para submeter o instrumento internacional à autoridade competente (art. 19, nº 6, alínea c).

18. Nessas condições, somos por que se submeta a presente Recomendação, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, à autoridade competente "ex-ratione materiae", no caso o Congresso Nacional, para que este, já que não se torna no mesmo viável a transformação, em lei, da semana de 40 horas tome, simplesmente, conhecimento do diploma internacional, para promover, quando exequíveis, a conversão de suas normas em Lei.

19. Assim sendo, indicado por este Ministério, o estado da legislação brasileira no atinente aos preceitos da presente Recomendação e externada a opinião de ser inconveniente, no momento, a transformação em lei da semana de 40 horas, ainda, não estabelecida como princípio genérico no direito brasileiro, é de ser a presente, submetida, mediante mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Congresso Nacional, para os precípuos fins acima focalizados.

20. Paralelamente, é de ser também informado a C. I. T., de acordo com a prescrição lembrada, das providências adotadas para submeter o presente instrumento internacional à autoridade competente.

E' o que nos parece, s. m. j.

Em 20 de agosto de 1963. — Arthur Machado Paupério, Relator.

Confere Maria da Glória Fizzi, Datilógrafa

Confere Maria Lucinda Malveira, Chefe da Datilografia.

RESOLUÇÃO

A Comissão Permanente de Direito Social, reunida em sessão plenária no dia 20 de agosto de 1963, sob a presidência do Doutor Arnaldo Sussekund, estando presentes os Membros Doutores Alfredo E. da Rocha Leão, Arthur Machado Paupério, Jorge da Silva Mafra Filho, José Luciano de Nobrega Filho e Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, tendo

Visto e relatado o processo constituido da Recomendação nº 116, aprovada pela 46ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em junho de 1962, em Genebra, versando matéria relativa à redução da duração do trabalho,

Considerando o parecer do Relator, de fls. 38 de 1941, no sentido de que seja a presente Recomendação submetida à autoridade competente, no caso o Congresso Nacional, para que este, já que não se torna no momento viável a transformação, em lei, da semana de 40 horas, tome, simplesmente, conhecimento do diploma internacional, para promover, quando exequíveis, a conversão de suas normas em lei,

Resolve a Comissão Permanente de Direito Social aprovar, por unanimidade, o referido parecer do Relator, com restrição apenas de voto do Dr. Rocha Leão, quanto à preliminar de remessa ao Congresso Nacional, e, nessa conformidade, submeter o processo à superior consideração do Senhor Ministro.

OPDS, em 20 de agosto de 1963. — Arnaldo Sussekund, Presidente. — Arthur Machado Paupério, Relator.

Recomendação nº 116

RECOMENDAÇÃO CONCERNENTE A REDUÇÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e tendo-se reunido a 6 de junho de 1962, em sua quadragésimo-sexta sessão;

Após ter decidido adotar diversas propostas relativas à duração do trabalho, questão que constitui o 9º item da agenda da sessão;

Após ter decidido que estas propostas tomariam a forma de uma Recomendação destinada a completar os instrumentos internacionais existentes sobre a duração do trabalho e a facilitar sua aplicação;

— indicando as medidas práticas para proceder a uma redução progressiva da duração do trabalho, levando-se em conta a variedade das condições econômicas e sociais prevalentes nos diferentes países, assim como a variedade das práticas nacionais para regulamentar a duração do trabalho e outras condições de trabalho;

— indicando de maneira geral os métodos segundo os quais essas medidas práticas podem ser aplicadas;

— indicando a norma da semana de 40 horas, cujo princípio está disposto na Convenção das quarenta horas, 1935, como norma social a atingir, por etapas se necessário, e estabelecendo um limite máximo ao número de horas normais de trabalho, conforme a Convenção sobre a duração do trabalho (indústria), 1919, adotada, neste vigésimo-sexto dia de junho de mil novecentos e sessenta e dois, a Recomendação a seguir, que será denominada Recomendação sobre a redução da duração do trabalho, 1962:

I. PRINCÍPIOS GERAIS

1. Cada membro deve formular e adotar uma política nacional visando a promover, por métodos adaptados às condições e aos costumes nacionais assim como às condições de cada indústria, a adoção do princípio da redução progressiva da duração normal do trabalho, conforme o parágrafo 4º abaixo.

2. Cada membro deve, por meios adaptados aos métodos que estão em vigor ou que podem ser introduzidos para regulamentar o número de horas de trabalho, encorajar e, na medida em que seja compatível com as condições e costumes nacionais, assegurar a aplicação do princípio da redução progressiva do número de horas normais de trabalho, conforme o parágrafo 4º a seguir.

3. O princípio da redução progressiva do número de horas normais de trabalho poderá ser aplicado por via legislativa, por via regulamentar, por meio de convenções coletivas ou de sentenças arbitrais, pela combinação desses diversos meios, ou de qualquer outra maneira conforme a prática nacional, segundo o método que pareça o mais apropriado às condições nacionais e às necessidades de cada setor de atividade.

4. O número de horas normais de trabalho deve ser progressivamente reduzido, quando apropriado, em vista de atingir a norma social indicada no preâmbulo da presente Recomendação, sem nenhuma diminuição do salário dos trabalhadores no momento que se efetua uma redução do número de horas de trabalho.

5. Nos casos em que a duração da semana normal de trabalho ultrapassar 48 horas, medidas imediatas devem ser tomadas com vistas a reduzi-la a este nível, sem nenhuma diminuição de salário dos trabalhadores no momento que se produz uma redução do número de horas de trabalho.

6. Quando o número de horas normais hebdomadárias de trabalho está ao nível de quarenta e oito horas ou abaixo, medidas para uma redução

progressiva das horas de trabalho, conforme o parágrafo 4º, devem ser estudadas e aplicadas de maneira que corresponda às diversas condições nacionais e às condições próprias a cada setor de atividade econômica.

7. Estas medidas devem levar em consideração:

a) o nível de desenvolvimento econômico e as possibilidades, para o país interessado, de proceder a uma redução do número de horas de trabalho sem por isso diminuir a produção global e a produtividade ou pôr em perigo a expansão econômica, o desenvolvimento de novas indústrias ou a posição competitiva do país no mercado internacional, e sem provocar uma pressão inflacionária que diminuiria em consequência a renda real dos trabalhadores;

b) os progressos já realizados e os realizáveis no crescimento da produtividade pela aplicação da tecnologia moderna, da automatização e das técnicas de direção;

c) a necessidade, no caso dos países que estão ainda em vias de desenvolvimento, de se elevar o nível de vida de sua população;

d) as preferências das organizações de empregadores e de trabalhadores dos diversos setores de atividades interessadas quanto aos meios através dos quais se pode processar a redução do número de horas de trabalho.

8. (1) O princípio da redução progressiva do número de horas normais de trabalho, tal como expresso no parágrafo 4º, pode ser aplicado por etapas, que não necessitam ser determinadas no plano internacional.

(2) tais etapas podem compreender:

a) etapas espaçadas no tempo;

b) etapas que abrangam progressivamente ramos ou setores da economia nacional;

c) uma combinação dos dois processos precedentes;

d) qualquer outro processo que pareça mais apropriado às condições nacionais e às condições próprias a cada setor de atividade econômica.

9. Na aplicação das medidas visando à redução progressiva do número de horas de trabalho, prioridade deve ser concedida às indústrias e às profissões que acarretam particularmente uma fadiga física ou mental, ou envolvam riscos para a saúde dos trabalhadores interessados, sobretudo quando a mão-de-obra empregada se compõe principalmente de mulheres e jovens.

10. Cada membro deve comunicar ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, a intervalos apropriados, informações sobre os resultados obtidos na aplicação das disposições da presente Recomendação, com todos os detalhes que possam ser solicitados pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho.

II. MODALIDADES DE APLICAÇÃO

A. Definição

11. O número de horas normais de trabalho para os fins da presente Recomendação será o número de horas fixado em cada país pela legislação, por contratos coletivos, por sentenças arbitrais, ou em decorrência dos mesmos; quando não fixado esse número, será aquele acima do qual todo trabalho efetuado é remunerado segundo as taxas para horas suplementares ou constitui exceção às regras ou costumes reconhecidos para o estabelecimento ou o tipo de trabalho em pauta.

B. Determinação da duração do trabalho

12. (1) O cálculo do número médio de horas normais de trabalho para um período que exceda uma semana deve ser permitido quando condições particulares a certos ramos de atividade

dade ou às necessidades técnicas o justificam.

(2) A autoridade ou organismo competente em cada país deve fixar a extensão máxima do período para o qual as horas de trabalho podem ser assim calculadas.

13. (1) Disposições especiais podem ser formuladas para os trabalhos que, em razão de sua natureza, devem ter sua continuidade assegurada por turnos sucessivos.

(2) Estas disposições especiais devem ser concedidas de tal modo que o número médio de horas normais de trabalho para as atividades necessariamente continuas não ultrapasse, em nenhum caso, o número normal estabelecido para a atividade econômica em aprego.

C. Exceções

14. (1) A autoridade ou organismo competente em cada país deve determinar em quais circunstâncias e em que limites as exceções à duração normal do trabalho podem ser autorizadas:

a) a título permanente;

i) para os trabalhos essencialmente intermitentes;

ii) em certos casos excepcionais que se impõem no interesse público;

iii) para os trabalhos que, por razões técnicas, devem ser necessariamente executados fora dos limites estabelecidos para o trabalho geral da empresa, de uma parte da empresa ou de uma turma;

b) a título temporário:

i) em caso de acidente havido ou iminente;

ii) em caso de reparos de urgência a se efetuarem nas máquinas ou nas instalações;

iii) em caso de força maior;

iv) para atender ao acréscimo de trabalho extraordinário;

v) para recuperar as horas de trabalho perdidas em consequência de interrupções coletivas de trabalho devidas a acidentes com o material, a interrupções de força motriz, a intempéries, a escassez de materiais e de meios de transporte ou a calamidades;

vi) em caso de estado de emergência nacional;

c) a título periódico:

i) para a realização de inventários e balanços anuais;

ii) para atividades específicas.

15. Nos casos em que a duração normal do trabalho é superior a 48 horas semanais, a autoridade ou o organismo competente deve, antes de autorizar exceções para os casos previstos nas alíneas a) i) e iii), b) iv) e v) e c) i) e ii), do parágrafo 14, examinar com grande atenção se as exceções são realmente necessárias.

D. Horas suplementares

16. Todas as horas de trabalho além das normais devem ser consideradas como horas suplementares, a menos que sejam conforme os costumes, levadas em conta na fixação do salário.

17. Salvo nos casos de força maior, limites devem ser fixados ao número total de horas suplementares no curso de um período determinado. Estes limites devem ser fixados pela autoridade ou pelo organismo competente em cada país.

18. Para a execução das horas suplementares, deve ser levado devidamente em conta a situação especial dos menores de 18 anos, das gestantes e das que se encontram em período de amamentação, assim com dos portadores de defeitos físicos.

19. (1) As horas suplementares devem ser remuneradas a taxa ou taxas mais elevadas que as que são aplicáveis as horas de trabalho normais.

(2) A taxa ou as taxas de remuneração das horas suplementares devem ser determinadas pela autoridade ou organismo competente em

cada país, mas em nenhum caso a taxa não deve ser inferior à taxa especificada no artigo 6º, parágrafo 2º, da Convenção sobre a duração do trabalho (indústria), 1919.

E. Consulta dos empregadores e dos trabalhadores

20. (1) A autoridade competente deve consultar sistematicamente as organizações mais representativas dos empregadores e dos trabalhadores sobre as questões relativas à aplicação da presente Recomendação.

(2) Tais consultas devem ter lugar particularmente quanto às questões a seguir, desde que a regulamentação destas questões seja deixada à autoridade competente em cada país:

a) as medidas relacionadas ao parágrafo 8º, acima;

b) a extensão máxima do período para o qual a duração média do trabalho possa ser calculada em conformidade com o parágrafo 12;

c) as disposições que possam ser previstas em conformidade com o parágrafo 13 para os trabalhos cuja continuidade deva ser assegurada por turnos sucessivos;

d) as exceções previstas no parágrafo 14;

e) a limitação e a remuneração das horas suplementares segundo os parágrafos 17 e 19.

F. Medidas de controle

21. Com vistas a aplicação efetiva das medidas tomadas para redução progressiva da duração do trabalho em conformidade com os parágrafos 4 e 5º:

a) medidas apropriadas devem ser tomadas para assegurar-se a boa aplicação das disposições relativas à duração do trabalho, através de uma inspeção adequada ou por outros meios;

b) os empregadores devem ser obrigados a dar conhecimento aos trabalhadores interessados, por meio de cartões colocados no estabelecimento, ou segundo qualquer outro método aprovado pela autoridade competente:

i) dos horários do início e do término do trabalho;

ii) dos horários do início e do término do trabalho de cada turma, se o trabalho é efetuado por turnos;

iii) os períodos de descanso que não são considerados como fazendo parte da duração normal do trabalho;

iv) os dias de trabalho da semana;

c) os empregadores devem ser obrigados a manter um registro, segundo fórmula aceitável pela autoridade competente, das horas de trabalho, dos salários e das horas suplementares de cada trabalhador, e apresentá-lo quando pedido, em qualquer inspeção;

d) medidas devem ser tomadas para se prevenir as sanções que possam parecer apropriadas segundo o método pelo qual foram aplicadas as disposições da presente recomendação.

G. Disposições Gerais

22. A presente Recomendação não prejudica em nenhum caso qualquer lei, regulamento, sentença arbitral, costume ou acordo, nem o curso de uma negociação entre empregadores e trabalhadores que assegure ou tenda a assegurar condições mais favoráveis aos trabalhadores.

23. Esta Recomendação não se aplica nem à agricultura, nem aos transportes marítimos, nem à pesca marítima. Disposições especiais devem ser previstas para estes setores de atividade.

O texto que precede é o texto autêntico da Recomendação devidamente adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua quadragésima sexta sessão, realizada em Genebra e encerrada a 28 de junho de 1962.

Em testemunho do que assinaram, neste trigésimo dia de junho de 1962:

O Presidente da Conferência. John Lynch.

O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, David A. Morse.

O texto da Recomendação aqui apresentada é cópia exata do texto autenticada pelas assinaturas do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho e do Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia autenticada conforme e completa, pelo Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho: Francis Wolf, Conselheiro Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

E' tradução fiel da Secretaria Geral Adjunta para Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.

OFÍCIOS

Do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado os seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 80, de 1965

(Nº 2.744-B-65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 39.412.700 (trinta e nove milhões, quatrocentos e doze mil e setecentos cruzeiros), destinado a atender às despesas das obras da Alfândega de Itajaí, Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 39.412.700 (trinta e nove milhões, quatrocentos e doze mil e setecentos cruzeiros), para ocorrer ao pagamento das despesas com o prosseguimento e conclusão das obras de construção do prédio destinado à Alfândega de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inclusive retribuição dos encargos de fiscalização de que trata o Decreto-Lei nº 8.750, de 29 de julho de 1944.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente Lei será registrado no Tribunal de Contas da União e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, de acordo com o disposto no artigo 94-C, § 6º, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara Nº 81, de 1965

(Nº 2.742-B-65, NA ORIGEM)

Disciplina o recolhimento, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, de seus saldos orçamentários, já empenhados, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Em casos excepcionais, o Departamento dos Correios e Telégrafos proporá ao Ministro da Viação e Obras Públicas sejam escrituradas como "Restos a Pagar", em conta distinta, as quantias necessárias ao pagamento de obras e serviços já legalmente contratados e material já encomendado e cuja entrega não se possa realizar, por causas justificadas, dentro do ano financeiro.

§ 1º O Departamento dos Correios e Telégrafos submeterá, até o dia 15 de dezembro de cada ano, à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, a relação das obras, serviços e fornecimentos que estejam nas condições previstas neste artigo.

§ 2º A relação deverá conter:

a) nome da repartição interessada;

b) o número da requisição;

c) a denominação da obra;

d) o valor da obra;

e) o prazo de entrega;

f) o nome do credor e importador;

g) as causas que motivaram a entrega nos prazos convencionais;

h) o prazo de prorrogação a ser concedido em cada caso.

§ 3º O Ministério da Fazenda localará à disposição do Departamento dos Correios e Telégrafos, no I do Brasil S.A., no início de exercício financeiro, o montante necessário à satisfação dos compromissos relacionados pela forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º 30 (trinta) dias antes da data limite para conclusão de obras e serviços ou entrega de material, o Banco do Brasil S.A., por solicitação do Departamento dos Correios e Telégrafos, creditará a conta "Restos a Pagar", pelas importâncias utilizáveis.

Parágrafo único. O prazo dos contratos e da entrega dos materiais poderá, em qualquer hipótese, ir além do dia 31 de março do ano seguinte ao orçamento no qual as obras tenham sido consignadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos Executivo e de Finanças, de acordo com o disposto nos arts. 102-A e 120 do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara Nº 82, de 1965

(Nº 2.740-B-65, NA ORIGEM)

Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído, no Anexo da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, que instituiu o Plano de Organização de Cargos, no Serviço Técnico Científico, o Grupo Ocupacional TC-1500 — Pesquisa Científica — integrado de séries de classes de pesquisador, estruturadas nos níveis 21-B e 22-C.

Art. 2º Serão enquadrados as séries de classes de Pesquisador, que de detentores de diplomas de superior, observada a proporcionalidade de que trata o item II do do art. 2º da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, os cargos diretamente relacionados com a pesquisa científica, pura ou aplicada.

§ 1º Os cargos vagos e os ocupados em caráter interino serão enquadrados no nível 20 da respectiva série de classes.

§ 2º Haverá tantas séries de classes de Pesquisador quantas as especializações de pesquisa, obrigatória a menção da especialidade na codificação do cargo.

§ 3º O Departamento Administrativo do Serviço Público providenciará os enquadramentos decorrentes da execução desta Lei, devendo, nesse fim, obter do Conselho Nacional de Pesquisas os competentes esclarecimentos sobre os cargos de superior, da Administração direta das autarquias federais, cuja atribuição principal seja de pesquisa científica, pura ou aplicada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos Executivo e de Finanças, de acordo com o disposto nos arts. 102-A e 120 do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara Nº 83, de 1955

(Nº 2.738-B-65, NA ORIGEM)

Cria o Quadro de Práticos da Armada e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado no Ministério da Marinha o Quadro de Práticos da Armada, constituído do pessoal destinado a praticar os navios da Marinha do Brasil nas águas marítimas, fluviais e lacustres da República, em que esse tipo de navegação é necessário.

§ 1º Os Práticos da Armada são militares, sujeitos à legislação respectiva, e, quando lhes for determinado ou permitido, poderão praticar a bordo de navios mercantes.

§ 2º Os Práticos da Armada poderão exercer, também, outras atividades na Marinha Brasileira, de acordo com as necessidades da Administração Naval.

Art. 2º O Quadro de Práticos da Armada é dividido em três seções: Amazônia, Prata e Costa Norte e Nordeste.

§ 1º A seção da Amazônia é constituída de 3 (três) linhas: a do Rio Amazonas e Solimões; a dos Tributários do Rio Amazonas e Solimões e a dos Estritos do Marajó e Costa do Alagá.

§ 2º A seção do Prata é constituída de 2 (duas) linhas: a dos Rios da Prata e Baixo Paraná e Paraguai e a do Médio Paraná.

§ 3º A seção da Costa Norte e Nordeste é constituída de 2 (duas) linhas: a de Recife — Eolém e a do Rio São Francisco.

Art. 3º O Quadro de Práticos da Armada tem o efetivo de 23 (vinte e três) oficiais, assim distribuídos:

— Capitão-Tenente Prático-Mor: 3 (três);

— Primeiro-Tenente Prático: 10 (dez);

— Segundo-Tenente Prático: 10 (dez).

§ 1º O Poder Executivo regulará o número de Práticos de cada Seção, sua distribuição pelas linhas, assim como as estações, áreas e zonas de exercício profissional.

§ 2º Haverá 1 (um) Prático-Mor em cada Seção.

§ 3º O efetivo mencionado neste artigo é considerado como limite, sendo, porém preenchido quando for considerado conveniente pela Administração Naval.

Art. 4º O Poder Executivo baixará os atos necessários para regulamentar a seleção, admissão, requisitos, qualificações profissionais, deveres, responsabilidade, funcional e profissional e atribuições, do Pessoal do Quadro de Práticos da Armada.

Parágrafo único. É requisito indispensável para admissão ao Quadro de Práticos da Armada o efetivo exercício nessa profissão durante 2 (dois) anos anteriores.

Art. 5º O Quadro de Práticos dos Rios da Prata, Baixo e Médio Paraná, Paraguai e Costa, criado pelo Decreto nº 7.368, de 11 de junho de 1941, e alterado pelo Decreto nº 33.516, de 14 de agosto de 1953, entra em extinção.

Parágrafo único. A critério da Administração Naval e se for julgado conveniente ao serviço da Marinha do Brasil, os Práticos que pertencem ao Quadro em extinção poderão ser admitidos no Quadro de Práticos da Armada, no posto de Segundo-Tenente Prático, desde que satisficam aos requisitos constantes do parágrafo único do art. 4º.

Art. 6º Estando em serviço efetivo, terão os Práticos da Armada, além do vencimento, o título de praticagem, gratificações correspondentes a

50% (cinquenta por cento) das atribuídas aos escafandristas.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões dos Projetos do Executivo e de Finanças, nos termos dos Ato 102-A e 120 do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara Nº 84, de 1955

(Nº 2.737-B-65, NA ORIGEM)

Modifica legislação anterior sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O gado bovino só poderá ser marcado a ferro candente na cara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo de uma linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-rótulo-tibial e humero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada grupon.

Art. 2º Fica proibido o uso de marca cujo tamanho não possa caber em um círculo de onze centímetros de diâmetro (0,11 m).

Art. 3º Fica proibido o emprego de marca de fogo, por parte dos estabelecimentos de abate de gado bovino, para identificação de couros.

Art. 4º Os estabelecimentos de abate, que sacrificarem gado cuja marcação esteja em desacordo com o estabelecido nos arts. 1º, 2º e 3º desta lei, ficam sujeitos à multa de valor equivalente a 5% (cinco por cento) do maior salário-mínimo vigente no País, por animal assim marcado.

Art. 5º Compete ao Ministério da Agricultura, por intermédio de seu órgão competente fiscalizar o fiel cumprimento desta lei, nos estabelecimentos industriais sujeitos à inspeção federal, nos matadouros que abatem para consumo local e nos próprios estabelecimentos pastorais.

§ 1º O Ministério da Agricultura promoverá, igualmente, pelos seus órgãos de divulgação, ampla campanha educativa junto aos criadores, no que se refere aos objetivos desta lei, em colaboração com as associações rurais do País e os órgãos especializados do Ministério da Indústria e Comércio.

Art. 6º O Banco do Brasil é demais estabelecimentos bancários, dos quais a União seja a maior acionista, no estabelecimento de normas sobre níveis de empréstimos por cabeça de gado, levarão em consideração, para fins de níveis especiais, os criadores e invernistas que apresentarem o gado bovino devidamente cuidado e isento de berne e carrapto e dispuserem de meios necessários ao tratamento, por polvilhamento, pulverização ou imersão do gado.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção do disposto em seu art. 4º que vigorará somente a partir de 1º de janeiro de 1969.

Art. 8º Ficam revogados o Decreto-lei nº 4.854, de 21 de outubro de 1942, e demais disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

Projeto de Lei da Câmara Nº 85, de 1955

(Nº 2.735-B-65, NA ORIGEM)

Dispõe sobre transferência de próprio nacional ao Estado de Minas Gerais e à Prefeitura de Belo Horizonte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarado desincorporado do patrimônio da União Federal e transferido ao do Estado de Minas

Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte, a partir da data da transcrição no Registro de Imóvel competente e sem prejuízo de destino ulterior, o imóvel com a área de 36 ha (trinta e seis hectares), situado na Avenida do Contorno e onde funcionou o antigo Posto Experimental de Veterinária, ao qual se refere a escritura, que não foi levada a registro do Tribunal de Contas, lavrada aos 24 dias do mês de setembro de 1933, no Cartório do 3º Ofício, Tabelião Ferreira de Carvalho, trasladada no Livro 53, fls. 8 a 11, entre a União Federal, como outorgante doadora e vendadora, e o Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte, como outorgados donatário e compradora, respectivamente, tudo de acordo com os elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o nº. 175.145 de 1934.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, nos termos do art. 94-C, § 2º, do Regimento.

Projeto de Lei da Câmara Nº 86, de 1965

(Nº 2.731-B-65, NA ORIGEM)

Autoriza o cancelamento do débito do espólio de Codrato de Vilhena, antigo Diretor Gerente da Companhia Nacional de Navegação Costeira, incorporada ao Patrimônio Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a proceder ao cancelamento da dívida de Cr\$ 108.632 (cento e oito mil, seiscentos e trinta e dois cruzeiros), incluída no Ativo da Companhia Nacional de Navegação Costeira, para efeito do cálculo da indenização ao Espólio de Henrique Lage, fixada pelo Tribunal Arbitral, e proveniente de materiais e mão de obra aplicados, ao tempo da administração privada da empresa, na reforma do prédio situado na Rua São Francisco Xavier nº 214, pertencente ao espólio de Codrato de Vilhena, antigo Diretor Gerente daquela Companhia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, nos termos do art. 94-C, § 2º, do Regimento.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 89, DE 1965

(Nº 2.276 A-65, na Origem)

REGULA A AÇÃO POPULAR

O Congresso Nacional decreta:

Da ação popular

Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 3º), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

§ 1º Consideram-se patrimônio público, para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético ou histórico.

§ 2º Em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas, as consequências patrimoniais da invalidade dos atos lesivos terão por limite a repercussão deles sobre a contribuição dos cofres públicos.

Projeto de Lei da Câmara Nº 87, de 1965

(Nº 2.728-B-65, NA ORIGEM)

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Empresa Telefônica de Uberaba S.A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante do certificado de ocorrência cambial número DG-64-28.613, emitido pela Carteira de Câmbio, importado pela Empresa Telefônica de Uberaba S.A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, nos termos do art. 94-C, § 2º, do Regimento.

Projeto de Lei da Câmara Nº 88, de 1965

(Nº 2.727-B-65, NA ORIGEM)

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica Pinhal S.A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença nº DG-58.4368-4409, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Telefônica Pinhal S.A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º O favor, de que trata o art. 1º, compreende o material já desmoldado mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, nos termos do art. 94-C, § 2º, do Regimento.

§ 3º A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.

§ 4º Para instruir a inicial, o cidadão poderá requerer às entidades, a que se refere este artigo, as certidões e informações que julgar necessárias, bastando para isso indicar a finalidade das mesmas.

§ 5º As certidões e informações, a que se refere o parágrafo anterior, deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução de ação popular.

§ 6º Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ 7º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e salvo em se tratando de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado de sentença condenatória.

Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

- a) incompetência;
- b) vício de forma;
- c) ilegalidade do objeto;
- d) inexistência dos motivos;
- e) desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:

- a) a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;
- b) o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
- c) a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação da lei, regulamento ou outro ato normativo;
- d) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido;
- e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícito ou implicitamente, na regra de competência.

Art. 3º Os atos lesivos ao patrimônio das pessoas de direito público ou privado, ou das entidades mencionadas no art. 1º, cujos vícios não se compreendam nas especificações do artigo anterior, serão anuláveis, segundo as prescrições legais, enquanto compatíveis com a natureza deles.

Art. 4º São também nulos os seguintes atos ou contratos, praticados ou celebrados por quaisquer das pessoas ou entidades referidas no artigo 1º:

I — A admissão ao serviço público remunerado, com desobediência, quanto às condições de habilitação, das normas legais, regulamentares ou constantes de instruções gerais.

II — A operação bancária ou de crédito real, quando:

- a) for realizada com desobediência a normas legais, regulamentares, estatutárias, regimentais ou internas;
- b) o valor real do bem dado em hipoteca ou penhor for inferior ao constante de escritura, contrato ou avaliação.

III — A empreitada, a tarefa e a concessão do serviço público, quando:

- a) o respectivo contrato houver sido celebrado sem prévia concorrência pública ou administrativa, sem que essa condição seja estabelecida em lei, regulamento ou norma geral;
- b) no edital de concorrência forem incluídas cláusulas ou condições, que comprometam o seu caráter competitivo;
- c) a concorrência administrativa for processada em condições que impliquem na limitação das possibilidades normais de competição.

IV — As modificações ou vantagens, inclusive prorrogações, que forem admitidas, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos de empreitada, tarefa e concessão de serviço público, sem que estejam previstas em lei ou nos respectivos instrumentos.

V — A compra e venda de bens móveis ou imóveis, nos casos em que não cabível concorrência pública ou administrativa, quando:

- a) for realizada com desobediência a normas legais, regulamentares, ou constantes de instruções gerais;
- b) o preço de compra dos bens for superior ao corrente no mercado, na época da operação;
- c) o preço de venda dos bens for inferior ao corrente no mercado, na época da operação.

VI — A concessão de licença de exportação ou importação, qualquer que seja a sua modalidade, quando:

- a) houver sido praticada com violação das normas legais e regulamentares ou de instruções e ordens de serviço;
- b) resultar em exceção ou privilégio, em favor de exportador ou importador.

VII — A operação de redescote quando, sob qualquer aspecto, inclusive o limite de valor, desobedecer a normas legais, regulamentares ou constantes de instruções gerais.

VIII — O empréstimo concedido pelo Banco Central da República, quando:

- a) concedido com desobediência de quaisquer normas legais, regulamentares, regimentais ou constantes de instruções gerais;

b) o valor dos bens dados em garantia, na época da operação, for inferior ao da avaliação.

IX — A emissão quando efetuada sem observância das normas constitucionais, legais e regulamentadoras que regem a espécie.

Da competência

Art. 5º Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la, o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.

§ 1º Para fins de competência, equiparam-se a atos da União, do Distrito Federal, do Estado ou dos Municípios, os atos das pessoas criadas ou mantidas por essas pessoas jurídicas de direito público, bem como os atos das sociedades de que elas sejam acionistas e os das pessoas ou entidades por elas subvencionadas ou em relação às quais tenham interesse patrimonial.

§ 2º Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade, será competente o juiz das causas da União, se houver; quando interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas do Estado, se houver.

§ 3º A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juiz para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.

Dos sujeitos passivos da ação e dos assistentes

Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.

§ 1º Se não houver beneficiário direto do ato lesivo, ou se for ele indeterminado ou desconhecido, a ação será proposta somente contra as outras pessoas indicadas neste artigo.

§ 2º No caso de que trata o inciso II, item b, do art. 4º, quando o valor real do bem for inferior ao da avaliação, citar-se-ão como réus, além das pessoas públicas ou privadas e entidades referidas no art. 1º, apenas os responsáveis pela avaliação inexata e os beneficiários da mesma.

§ 3º A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

§ 4º O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

§ 5º É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

Do processo

Art. 7º A ação obedecerá ao procedimento ordinário, previsto no Código do Processo Civil, observadas as seguintes normas modificativas:

I) Ao despachar a inicial o juiz ordenará:

- a) além da citação dos réus, a intimação do representante do Ministério Público;
- b) a requisição, às entidades indicadas na petição inicial, dos documentos que tiverem sido referidos pelo autor (art. 1º, § 6º), bem como a de outros que se lhe afigurem necessários ao esclarecimento dos fatos, fixando prazos de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias para o atendimento.

§ 1º O representante do Ministério Público providenciará para que as requisições, a que se refere o inciso anterior, sejam atendidas dentro dos prazos fixados pelo juiz.

§ 2º Se os documentos e informações não puderem ser oferecidos nos prazos assinalados, o juiz poderá autorizar prorrogação dos mesmos, por prazo razoável.

II) Quando o autor o preferir a citação dos beneficiários far-se-á por edital com o prazo de 30 (trinta) dias, afixados na sede do juízo e publicado três vezes no jornal oficial do Distrito Federal, ou da Capital do Estado ou Território em que seja ajuizada a ação. A publicação será gratuita e deverá iniciar-se no máximo 3 (três) dias após a entrega, na repartição competente, sob protocolo de uma via autenticada do mandado.

III) Qualquer pessoa, beneficiária ou responsável pelo ato impugnado, cuja existência ou identidade se torne conhecida no curso do processo e antes de proferida a sentença final de primeira instância, deverá ser citada para a integração do contraditório, sendo-lhe restituído o prazo para contestação e produção de provas. Salvo quanto a beneficiário, se a citação se houver feito na forma do inciso anterior.

IV) O prazo de contestação é de 20 (vinte) dias prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

V) Caso não requerida, até o despacho saneador, a produção de prova testemunhal ou pericial o juiz ordenará vista às partes por 10 (dez) dias, para alegações, sendo-lhe os autos conclusos, para sentença, 48 (quarenta e oito) horas após a expiração desse prazo; havendo requerimento de prova, o processo tomará o rito ordinário.

VI) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 15 (quinze) dias do recebimento dos autos pelo juiz.

Parágrafo único. O proferimento da sentença além do prazo estabelecido, privará o juiz da inclusão em lista de merecimento para promoção, durante 2 (dois) anos, e acarretará a perda, para efeito de promoção por antiguidade, de tantos dias quantos forem os do retardamento; salvo motivo justo, declinado nos autos e comprovado perante o órgão disciplinar competente.

Art. 8º Ficará sujeita à pena de desobediência, salvo motivo justo devidamente comprovado, a autoridade, o administrador ou o dirigente, que deixar de fornecer, no prazo fixado no art. 1º, § 5º, ou naquele que tiver sido estipulado pelo juiz (art. 7º, nº I, letra b), informações e certidão ou fotocópia de documentos necessários à instrução da causa.

Parágrafo único. O prazo contar-se-á do dia em que entregue, sob recibo, o requerimento do interessado ou do ofício de requisição (artigo 1º, § 5º, e art. 7º, I, b).

Art. 9º Se o autor desistir da ação ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

Art. 10. As partes só pagarão custas e preparo a final.

Art. 11. A sentença, que julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.

Art. 12. A sentença incluirá sempre na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como o dos honorários de advogado.

Art. 13. A sentença, que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.

Art. 14. Se o valor da lesão ficar provado no curso da causa, será indicado na sentença; se depender de avaliação ou perícia, será apurado na execução.

§ 1º Quando a lesão resultar da falta ou isenção de qualquer pagamento, a condenação imporá o pagamento devido, com acréscimo de juros de mora e multa legal ou contratual, se houver.

§ 2º Quando a lesão resultar da execução fraudulenta, simulada ou irreal de contratos, a condenação versará sobre a reposição do débito, com juros de mora.

§ 3º Quando o réu condenado perceber dos cofres públicos, a execução far-se-á por desconto em folha até o integral ressarcimento do dano causado, se assim mais convier ao interesse público.

§ 4º A parte condenada a restituir bens ou valores, ficará sujeita a sequestro e penhora, desde a prolação da sentença condenatória.

Art. 15. Se, no curso da ação, ficar provada a infringência da lei penal ou a prática de falta disciplinar a que a lei comine a pena de demissão ou a de rescisão de contrato de trabalho, o juiz, *ex officio*, determinará a remessa de cópia autenticada das peças necessárias às autoridades ou aos administradores a quem competir aplicar a sanção.

Art. 16. Caso decorridos 60 (sessenta) dias de publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

Art. 17. É sempre permitido às pessoas ou entidades referidas no art. 1º, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar, a execução da sentença contra os demais réus.

Art. 18. A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Art. 19. Da sentença que concluir pela improcedência ou pela carência da ação, recorrerá o juiz, *ex officio*, mediante simples declaração no seu texto; da sentença que julgar procedente o pedido caberá apelação voluntária, com efeito suspensivo.

§ 1º Das decisões interlocutórias poderão ser interpostos os recursos previstos no Código de Processo Civil.

§ 2º Das decisões proferidas contra o autor popular e suscetíveis de recurso, poderão recorrer qualquer cidadão e o representante do Ministério Público.

Disposições Gerais

Art. 20. Para os fins desta Lei, consideram-se entidades autárquicas:

a) o serviço estatal descentralizado com personalidade jurídica, custeado mediante orçamento próprio, independente do orçamento geral;

b) as pessoas jurídicas especialmente instituídas por lei, para a execução de serviços de interesse público ou social, custeados por tributos de qualquer natureza ou por outros recursos oriundos do Tesouro Público;

c) as entidades de direito público ou privado a que a lei tiver atribuído competência para receber e aplicar contribuições parafiscais.

Art. 21. A ação prevista nesta Lei prepara-se em 5 (cinco) anos.

Art. 22. Aplicam-se à ação popular as regras do Código de Processo Civil, naquilo em que não contrariem os dispositivos desta Lei, nem a natureza específica da ação.

Câmara dos Deputados, em de maio de 1965.

Projeto de Lei da Câmara Nº 90, de 1965

(Nº 2.725-B-65, NA ORIGEM)

Altera dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, um automóvel "Chevrolet Impala", de propriedade de Ieda Maria Vargas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, para um automóvel "Chevrolet Impala", 2 portas, motor 41447 A... 104403, série 1447, procedente dos Estados Unidos da América do Norte, de propriedade de Ieda Maria Vargas.

Art. 2º. O automóvel a que se refere o artigo anterior só poderá ser objeto de transação comercial depois de decorridos 2 (dois) anos, a contar da data de sua liberação alfandegária, ou, em qualquer tempo, mediante pagamento de todos os impostos e taxas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, de acordo com o disposto no artigo 94-C, § 2º, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara Nº 91, de 1965

(Nº 2.720-B-65, NA ORIGEM)

Revoga o crédito autorizado pela Lei nº 4.271, de 24 de outubro de 1963, para abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à integralização da quota de participação da União na Sociedade de Economia Mista "Aços Fines Piratini", correspondente ao exercício de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica revogado, para todos os efeitos, a autorização concedida, pela Lei nº 4.271, de 24 de outubro de 1963, ao Poder Executivo para abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à integralização da quota de participação da União na Sociedade de Economia Mista "Aços Fines Piratini" S. A., correspondente ao exercício de 1962.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, de acordo com o art. 94-C, § 2º, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara Nº 92, de 1965

(Nº 2.711-B-65, NA ORIGEM)

Dispõe sobre o exercício da atividade hemoterápica no Brasil e das outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. — A atividade hemoterápica no Brasil será exercida de acordo com preceitos gerais que definem as bases da Política Nacional do Sangue.

Art. 2º. Constituem bases dessa Política:

1) A definição dos sistemas de organizações responsáveis pelos adequados provimento e distribuição de sangue e de seus componentes e derivados;

2) o primado da doação voluntária de sangue;

3) o estabelecimento de medidas de proteção individual do doador e do receptor;

4) a fixação de critérios de destinação do sangue coletado e de seus componentes e derivados, assegurada a disponibilidade permanente do sangue total para transfusão;

5) a constituição de reservas hemoterápicas à disposição do Estado, para emprego em casos de imperiosa necessidade e de interesse nacional;

6) o disciplinamento da atividade industrial relativa à produção de derivados do sangue;

7) o incentivo à pesquisa científica relacionada com o sangue em seus componentes e derivados, e aos meios para formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado.

Art. 3º. O exercício da atividade hemoterápica é decorrente da conjugação de serviços executados por organizações oficiais ou de iniciativa particular, assim classificados:

1) Um órgão normativo e consultivo, ocupando-se do disciplinamento da referida atividade em todo o território nacional;

2) órgãos de fiscalização — com autoridade de âmbito nacional, estadual, territorial e municipal, atuando no campo da saúde pública;

3) órgãos executivos, de iniciativa governamental ou particular, de finalidade e amplitude variáveis, operando com sangue ou seus componentes e derivados.

Art. 4º. São da alçada exclusiva do Governo Federal o disciplinamento e controle da hemoterapia, para garantir de observância dos preceitos da Política Nacional do Sangue.

Art. 5º. Sob a denominação de Comissão Nacional de Hemoterapia — (CNH), fica criado no Ministério da Saúde um órgão permanente composto de 5 (cinco) membros indicados pelo Ministro da Saúde e nomeados pelo Presidente da República pelo prazo de 2 (dois) anos, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, incumbido de promover as medidas necessárias ao fiel cumprimento em todo o território brasileiro dos postulados da Política Nacional do Sangue.

Art. 6º. Compete à Comissão Nacional de Hemoterapia:

1) O disciplinamento da atividade médica na utilização de doadores, na coleta, classificação, preservação, manipulação, estocagem, distribuição, indicação, seleção e aplicação de sangue total e seus componentes;

2) a fixação da responsabilidade médica direta sobre a indicação e a execução da transfusão de sangue ou de seus componentes;

3) o disciplinamento da atividade médica na obtenção de matéria-prima para processamento, preservação, estocagem, produção e distribuição de derivados industriais de sangue, por empresas estatais ou de iniciativa particular, e da atividade farmacêutica de estocagem desses derivados;

4) o disciplinamento da localização das organizações que operam com sangue e derivados, evitando a solicitação desordenada da doação;

5) a fixação dos requisitos mínimos a que devem subordinar-se as instalações dessas organizações e as exigências para seu funcionamento, no que concerne a pessoal, equipamento e qualidade dos produtos para consumo;

6) o estabelecimento das prioridades para a destinação do sangue coletado e de seus derivados;

7) o estabelecimento de normas e adoção de medidas que assegurem a constituição e utilização de reservas hemoterápicas, tendo em vista atender situações de emergência e de interesse nacional, inclusive pela mobilização de doadores voluntários.

8) o incentivo à doação voluntária de sangue considerada dever cívico-social;

9) o incentivo e auxílio às organizações que promovam o aliciamento e a utilização de doadores voluntários e as que forneçam sangue para transfusão gratuita;

10) a promoção de medidas que assegurem a utilização de sangue obtido por doação voluntária nas organizações oficiais, paraestatais e beneficentes e estimulem a doação do sistema de crédito em sangue nas organizações devedoras à iniciativa particular;

11) a adoção de medidas de apoio e proteção aos doadores não remunerados;

12) a adoção de medidas que evitem o abuso econômico-financeiro dos que se dispõem a doar sangue em troca de remuneração;

13) a prescrição de medidas de proteção social aos receptores de pequenos recursos financeiros;

14) a concessão de autorização para exportar derivados de sangue sob a forma de produtos acabados, condicionada à existência de excedentes das necessidades nacionais;

15) a fixação de normas para a eventual importação de produtos hemoterápicos;

16) o patrocínio e estímulo da formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em hemoterapia;

17) a promoção de medidas visando ao desenvolvimento da pesquisa científica sobre sangue e seus derivados.

Art. 79. Cabe ainda à Comissão Nacional de Hemoterapia:

1) Propor à autoridade competente projetos de regulamentos e outros instrumentos de ação legal, cuja vigência dependa de aprovação superior;

2) fazer baixar os demais atos decorrentes de resoluções por ela aprovados;

3) opinar sobre assuntos submetidos à sua apreciação, relacionados com sangue humano e seus componentes e derivados;

4) emitir parecer sobre novas técnicas de trabalho hemoterápico;

5) celebrar ajustes com entidades técnicas, em assuntos de sua competência.

Art. 80. A Comissão Nacional de Hemoterapia será constituída por 5 (cinco) membros nomeados por decreto executivo, mediante indicação do Ministro da Saúde, e sediada na Capital da República.

Art. 81. São membros da Comissão Nacional de Hemoterapia, designados pelo Presidente da República na forma do art. 59:

1 — Representante do Ministro da Saúde;

1 — Representante do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia;

1 — Representante do Instituto Oswaldo Cruz (IOC);

1 — Representante das Forças Armadas;

1 — Representante da Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia.

Art. 10. A presidência da Comissão Nacional Hemoterapia será exercida por um dos seus membros eleito pelos demais, pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais 1 (um) período de 2 (dois) anos.

§ 1º. Serão considerados ainda de relevante interesse público os serviços prestados pelos membros da Comissão.

§ 2º. Na ocorrência de vacância, será nomeado membro substituto para completar o prazo de mandato do membro substituído, observada na respectiva indicação idêntico critério representativo.

Art. 11. A Comissão Nacional de Hemoterapia disporá de uma Secretaria para os trabalhos de administração.

§ 1º. A Secretaria da Comissão Nacional de Hemoterapia terá pessoal que, no primeiro ano de funcionamento, será requisitado dos órgãos de serviço público, observadas as normas da legislação vigente.

§ 2º. A Comissão Nacional de Hemoterapia organizará proposta do Quadro Permanente da sua Secretaria a ser aprovado por lei.

Art. 12. A Comissão Nacional de Hemoterapia elaborará, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua instalação, o regimento interno, a ser aprovado por decreto, dispondo da sua organização interna e seu funcionamento.

Art. 13. A ação fiscal sobre os órgãos executivos da atividade hemoterápica serão da responsabilidade da Comissão Nacional de Hemoterapia com a participação dos órgãos congêneres estaduais e territoriais do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

Art. 14. Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) para as despesas de instalação da Comissão Nacional de Hemoterapia, inclusive aquisição de móveis, máquinas, aparelhos e utensílios e para o pagamento de aluguéis, diárias e gratificações de representação dos membros da Comissão.

Parágrafo único. A utilização do crédito, a que se refere este artigo, depende do Plano de Aplicação, elaborado pela Comissão Nacional de Hemoterapia, aprovado pelo Ministro da Saúde e registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, de acordo com o dispositivo nos artigos 102-A e 120 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o Senador Mem de Sá, por permuta do nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. MEM DE SÁ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, se venho à tribuna, hoje, é apenas para cumprir a promessa e a determinação do nobre Líder Daniel Krieger que, em dia da semana passada, adiantou que me incumbiria de fazer o discurso defendendo a política econômico-financeira do Governo.

Não o faria de minha espontânea vontade porque, nesta altura da vida e depois de quase vinte anos de vivência parlamentar, sou cético quanto ao efeito de discursos, sobretudo em assunto ou terreno como este, em que as convicções são firmadas, em que há imensos interesses em jogo e, geralmente, falta de visão global do assunto que leva a muitas incoerências e a muitos equívocos.

Ainda não falaria porque exposição desta ordem assume, por vezes, aspecto didático, o que dá ao orador ambiente um pouco pretencioso que profundamente detesto. Mas antes de entrar no assunto, eu me permitirei fazer algumas observações preliminares sobre o problema da inflação brasileira.

No Brasil, com raras e contadas exceções, todos se declaram contrários à inflação, todos proclamam que a inflação deve ser combatida, que a inflação é mal terrível cuja extinção exige todo e qualquer sacrifício. O próprio Presidente João Goulart, em mais de um documento, teve manifestações muito positivas, muito severas a esse respeito. Até mesmo do Senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira,

quem procurar os seus discursos e mensagens, há de encontrar declarações no mesmo sentido. O que há, porém, no Brasil, via de regra, é que as declarações não são seguidas de adesão da vontade. São afirmações, mais ou menos platônicas, são asseverações gratuitas que recuam, logo, diante da adoção da medida que a intenção determinaria.

Allás, no Brasil, tem havido, por parte das elites políticas e das lideranças gerais, uma série de contradições e de incoerências berrantes. Há, em matéria de economia, no Brasil, a predominância da irracionalidade. Geralmente, ao mesmo tempo, se desejam os fins mas se rejeitam os meios. Então, concomitantemente, pleiteia-se uma política que implica em alargamento de consumo e no aumento da produção. Tomam-se medidas, adotam-se leis que estimulam o consumo e, ao mesmo tempo, se quer que haja incremento da poupança.

Fala-se que é necessário, essencial e fundamental promover-se o desenvolvimento do País. Mas as medidas conducentes ao desenvolvimento, em toda a parte, tanto nos países socialistas como nos países capitalistas, — que são a contração do consumo e o aumento do trabalho, — estas são recusadas, repelidas, por serem consideradas impopulares. Assim é que, via de regra, a declaração de que se quer combater a inflação esbarra diante do amolecimento da vontade.

Outra observação preliminar é a seguinte: muito freqüentemente, no Brasil, todos concordam com as medidas antiinflacionárias, contanto que elas não toquem na Fazenda ou nos seus interesses, contanto que as medidas antiinflacionárias corram por conta dos outros. Então, as medidas que não nos atingem, são apoiadas; mas, desde que nos firam, são repelidas.

Há, ainda, outra observação preliminar que cabe aqui muito bem, há tendência de menosprezar o que se chama "a doutrina monetarista"; tendência que se vai generalizando e quase que passou a ser moda.

Entende-se que os economistas adeptos de medidas diretas para a estabilização da moeda são economistas atrasados, retrógrados, com estreita concepção do problema que, apenas, se preocupam com um instrumento neutro: a moeda.

Assim, hoje se fala nos monetaristas com uma espécie de desprezo, considerando-se os séres antidiluvianos completamente ignorantes das doutrinas mais avançadas e incapazes de enfrentar as causas do fenômeno.

Ora, quem assim afirma não compreende bem a função da moeda na economia. Não compreende que a moeda, embora tenha sido, originariamente, apenas um instrumento para facilitar a permuta, hoje, é fator que influencia, de forma fundamental, todos os campos da economia. Não compreende, quem assim afirma, que, se essa tese fosse verdadeira, não seria adotada por todos os países, ou por outra, por todos os Governos conscientes e esclarecidos. Isto tanto vale para o mundo socialista como para o capitalista. Num e noutro, tanto nos países sob regime capitalista como naqueles sob regime socialista, sempre que o Governo é consciente, há a preocupação fundamental da estabilidade da moeda.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muito prazer.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Neste assunto, tenho que, obrigatoriamente, ficar na posição de ouvinte, pois, V. Exa. nele é professor, técnico. Tem ainda uma tradição de coerência que

eu diria maravilhosa, debatendo-o, repetidas vezes, não somente no plenário do Senado mas, através do rádio, da televisão. Consoante notícias, é V. Exa. requisitado, a cada instante, pelas Universidades de São Paulo, da Guanabara e do Rio, para tratar deste problema crucial da economia brasileira. V. Exa. é *magna partis* no assunto e pode, portanto, tratá-lo com a independência que o caracteriza e com os conhecimentos de economia que não apenas o Senado da República lhe reconhece mas todas as esferas especializadas do País. Assim, V. Exa. neste momento, trata de assunto altamente controvertido e, de certo, não pensará que falará sem a intervenção de seus colegas, no meu caso talvez intempestiva, mas no desejo de um esclarecimento já que este debate saiu da área propriamente da Economia Política para o terreno rigorosamente político. Quando V. Exa. faz seu intróito sobre a inflação, e já entra no problema monetário, queria apenas que, no caso brasileiro, V. Exa. me permitisse uma arguição, no sentido de ser fixado o ponto de vista de um Senador, técnico no assunto, como V. Exa.: sobre se seria possível o desenvolvimento econômico do Brasil sem a inflação. Tenho ouvido, em diferentes oportunidades, tenho lido que a inflação, com toda sua corte de males, paradoxalmente prestou benefício a este País. E V. Exa. hoje começa seu discurso, desligando-se de qualquer passionalismo político, orque citou o ex-Presidente, pelo menos os três últimos, que se preocuparam com este assunto; todos eles diziam que a inflação deveria ser debelada; deveria ser combatida; todavia, ficavam apenas na vontade, apenas no palavrório vazio sem que a mesma pudesse ser contida, até que se transformou numa avalanche. Parece-me que V. Exa. já não está falando em seu nome, mas sim em nome da defesa da política governamental — li que V. Exa. ocuparia a tribuna para tratar deste assunto, e V. Exa. teve a delicadeza de não dizê-lo, mas o Senado deve saber que V. Exa. está falando em nome da situação. Minha pergunta talvez sirva de pretexto ao debate, para que se vá ao fulcro da questão: neste País, nesses vinte anos, seria possível desenvolvimento econômico sem a inflação?

O SR. MEM DE SÁ — Se V. Exa. tiver a bondade de aguardar, eu chegarei lá. Estou fazendo observações preliminares. Desde logo adianto que, tudo o que se puder fazer com inflação, pode ser feito melhor sem inflação.

Eu dizia, precisamente...

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. Solicitou o nobre Senador, que o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres aguardasse um pouco. Não desejo, porém, permita-me V. Exa., perder esta oportunidade de apartear V. Exa., para citar um dos homens mais contraditórios deste País e que está defendendo uma tese diametralmente oposta à que V. Exa. esposa. Como esse homem é candidato de um poderoso partido à Presidência da República, é interessante que eu cite a sua opinião.

"Há países no mundo — mais de um — que têm moeda estável mas têm fome, e porque têm fome, para manter a moeda, mantêm a ditadura e, mantendo a ditadura mantêm a fome do pobre."

Noutra oportunidade:

"O Brasil está sofrendo de rigidez na política econômica e corre o risco de salvar a moeda e não salvar mais nada. E' preciso ter a coragem de dizer que a moeda não é o único problema do Brasil. A luta contra inflação é dura e indispensável, mas não se faz somente no seu próprio campo. Sem

aumento de produção não há moeda que salve o país. Nem a revolução."

A impressão que se tem é que Vossa Excelência está de algum modo respondendo a esse chefe de uma revolução que ele diz que não veio ainda. V. Exa. está respondendo, não aquela oposição que faz oposição ao Governo e faz oposição ao Sr. Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, autor desse pensamento.

O SR. MEM DE SA — V. Exa. começou dizendo bem que se trata de um homem contraditório, e não apenas no terreno de economia, do qual ele nada entende, mas está na matéria de que entende bem — a matéria política. Sabemos que esse mesmo homem sempre fôra a favor do princípio da maioria absoluta e, ultimamente, declarou-se contra, dizendo que, anteriormente, era a favor por tática e, agora, por convicção. Não vejo necessidade de responder. Vou prosseguir.

O Sr. Aurélio Viana — Muito bem.

O SR. MEM DE SA — Solicitaria dos eminentes colegas a fineza de me apartear quando sentirem maior necessidade, porque pretendia, pretensamente, fazer uma exposição concatenada, o que não conseguirei se me apartear muito.

O Sr. Aurélio Viana — Por mim, peço que V. Exa. me desculpe.

O SR. MEM DE SA — V. Exa. sabe que me dá prazer. Se tivéssemos duas ou três horas, o debate seria um encanto, principalmente com Vossa Excelência, de quem discordo algumas vezes, mas em quem respeito a coerência, a sinceridade e, sobretudo, o desinteresse das posições.

O Sr. Aurélio Viana — A recíproca é verdadeira.

O SR. MEM DE SA — Dizia que os que desdenham dos monetaristas ignoram a influência e a repercussão profunda da moeda em toda economia e ignoram a posição invariável de todos os governos conscientes do mundo. Estes têm como preocupação fundamental a defesa da moeda. Vejam V. Exas. o que se passa em todo o mundo, no socialista como no capitalista, na França, na Itália, na Áustria, no ano passado, porque teve um aumento do custo de vida de cerca de 10%, está em verdadeiro alarme. O governo mobilizou todas as suas forças para combater essa inflação nascente. Na França, agora mesmo, acontece coisa semelhante. De Gaulle, ao chegar em Nantes, dizem os jornais de poucos dias, foi vaiado pelos trabalhadores que reclamavam — exatamente como no Brasil — contra a elevação dos preços e a contenção dos salários. Nos países socialistas é modelar o cuidado e a preocupação que adotam pela segurança e estabilidade da moeda e têm sido raros os surtos inflacionários nos países sob regime socialista.

Vejam V. Exas. que a preocupação não é burguesa nem reacionária, é uma preocupação de quem sabe as consequências da instabilidade da moeda sobre os pobres. A meu ver, a reivindicação fundamental do Partido Trabalhista Brasileiro, devia ser a defesa da moeda, porque a inflação é o processo mais primário, mais brutal, mais cruel de espoliar a população e os trabalhadores. Isso é de tal maneira certo, de tal maneira evidente, que o grande Ehrhardt, o salvador da economia alemã, no seu livro tão conhecido, tão disseminado, proclama, logo nas primeiras páginas, o princípio que ele pleiteia seja incluído entre os direitos fundamentais da pessoa humana, ao lado do direito da liberdade, do direito de locomoção, do direito da palavra, do direito de crença, — o direito à moeda estável. Esta é uma das coisas mais importantes

que se inclua na Carta dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

De modo que a preocupação monetarista é uma preocupação inteiramente certa, é a preocupação de todos os Governos conscientes.

O Sr. Antônio Jucá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Pois não.

O Sr. Antônio Jucá — Apesar da observação do nobre Senador, a quem respeito como mestre de finanças e de economia, já que V. Exa. vai mudar de assunto, permito-me chamar a atenção de V. Exa. para dois pontos. Em primeiro lugar, estou entre certos limites de acordo com a questão da estabilidade da moeda, mas me parece, que, quando essa estabilidade custa um preço humano demasiadamente alto, devemos ser um pouco flexíveis, um pouco elásticos, e não demasiadamente rígidos. O outro ponto é não extrapolar condições de países desenvolvidos para países subdesenvolvidos. Uma coisa é estabilizar a moeda, as finanças da Alemanha, onde existem fábricas, operários qualificados, também sem trabalho; outra coisa é estabilizar as finanças e a moeda num país subdesenvolvido, onde não existe infra-estrutura, portos, energia, estradas de rodagem, técnicos, fábricas, etc.

O SR. MEM DE SA — Interrompendo V. Exa., cito dois exemplos que mostram que V. Exa. não tem a menor razão. É comum o surto inflacionário num país subdesenvolvido, justamente porque num país subdesenvolvido, mais do que a economia, é subdesenvolvida a política.

Uma das consequências é a falta de elite e de lideranças. Uma das consequências do subdesenvolvimento é a ignorância das elites.

O Sr. Antônio Jucá — Exatamente, estou inteiramente de acordo.

O SR. MEM DE SA — ... e isto faz com que não se dêem conta da importância da estabilidade. Mas há países subdesenvolvidos, que têm a felicidade de não incidirem desgraça. Vou citar o exemplo sul-americano de um país que tem a mesma situação de subdesenvolvimento do Brasil e que está atravessando a mesma situação de surto industrial do Brasil, um país que, como o Brasil mais tem condições para demorar o subdesenvolvimento. É o México. O México tem condições sociais e econômicas extremamente semelhantes às do Brasil; está se industrializando e é apontado justamente como um dos países em melhores condições de desenvolvimento. Mantém uma política de estabilidade monetária admirável.

Outro país em condições muito, mas muito piores que as do Brasil, é a Índia, e na Índia o governo tem como preocupação fundamental a estabilidade da moeda.

O Sr. Antônio Jucá — Concluindo, minhas palavras, não gostaria de trazer à baila o caso da Índia porque o preço humano lá é demasiado alto. Morre-se de fome nas ruas.

O SR. MEM DE SA — E com a inflação não se morreria?

O Sr. Antônio Jucá — Talvez. E sobretudo o México, tinha energia. O que eu advogaria aqui seria o que se chama o sópro inflacionário, não além de dez por cento ao ano, de tal sorte que estou inteiramente ao lado da política do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, estou ao lado do planejamento de Roberto Campos. Acho que ambos estão certos. Eles não querem parar a inflação d'emblei; querem parar aos poucos a inflação. Talvez não seja mesmo isso que estou admitindo. Talvez seja um pouco mais elástico. Peço a

curso de V. Exa. e dizer que acompanho de perto o nobre colega neste pronunciamento, com o qual me congratulo.

O SR. MEM DE SA — Agradeço enormemente a generosidade de V. Exa., e, sobretudo, o apoio que desde logo me concedeu.

Como disse, o argumento a respeito de subdesenvolvimento não procede. O raciocínio é muito fácil. Se a inflação resolvesse o subdesenvolvimento, não haveria país subdesenvolvido. É o processo mais fácil e mais cômodo. Todas as duas terças parte da humanidade que vive miseravelmente, em condições sub-humanas, iriam sair delas através da inflação.

O Sr. Padre Calazans — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Pois não.

O Sr. Padre Calazans — Sou, talvez, o menos indicado para apartear V. Exa. Já pela minha própria formação de sacerdote, não entendo nada de economia. Mas há sempre o aspecto humano, ao qual estamos profundamente ligados, principalmente o sacerdote, como o professor e outros, como todos aqueles que se dedicam a um sentido de melhores condições ou condições mais dignas para o povo. Muito pontifices foram abundantemente citados, nesses últimos anos, em todos os países do mundo, notadamente no Brasil, e entre eles o Papa João XXIII. Na Encíclica *Mater et Magistra* há um ponto em que ele se refere à tributação e mostra que, quando a tributação passa os limites, isto é, fere a própria dignidade do trabalho do salário humano, ela é injusta. De outro lado, todos sabemos que a inflação causa, como disse bem V. Exa., esgotamento, leva à inanição o trabalho ou o salário. Todos sabemos também que é preciso, o quanto possível, uma moeda estável. Mas a nossa preocupação é esta num momento como este que o Brasil atravessa, em que há um aumento terrível de desemprego, como na minha terra, que antes o Governo negava mas agora concorda. Tanto o Ministro do Trabalho como o Ministro do Planejamento se preocuparam e estão altamente preocupados com o desemprego. Indústria que tinha oitocentos empregados tem duzentos, fábricas que trabalhavam cinco ou seis dias por semana trabalham dois dias apenas. A crise atinge uma só indústria e, em consequência, as indústrias-satélites. Está-se criando uma carga terrível, sob todos os aspectos, para as escolas, creches, hospitais; para tudo, porque o problema está refletindo em tudo, inclusive em uma massa que precisa comer o mínimo. Esta é a nossa preocupação.

Acho que se deve lutar por tudo isto. Como se impedirá esta tragédia? O perigo é que isto vai explodir amanhã e se exigirá a própria liquidação das liberdades para poder garantir o silêncio do povo. E me parece que todas as vezes que se faz isto, é o caminho mais curto, por exemplo, para um regime de negação de todos os direitos humanos. É uma preocupação. Mesmo porque não entendo de economia. Apenas gostaria de ouvir de V. Exa. que é homem altamente preocupado, não só com os problemas econômicos, mas também com os problemas humanos.

O SR. MEM DE SA — Agradeço imensamente a intervenção. Mas não consigo ainda começar. Fiquem nas observações preliminares e ainda não entrei no tema. E V. Exa. faz uma pergunta que é questão fundamental e que pretendia responder no final do meu discurso.

O Sr. Padre Calazans — V. Exa. me desculpe. Aguardarei.

O SR. MEM DE SA — Creio que haveria uma fórmula talvez para se chegar ao estágio que se deseja.

propondo à Mesa uma sessão especial, porque, em 3 ou 4 horas, poderíamos conversar. Dentro do prazo de uma hora, não. Já são 15,20 e não conseguirei começar.

Pretendia articular meus pensamentos e fiz essas observações preliminares não ociosamente. As minhas apreciações preliminares têm por objetivo demonstrar — porque nunca se conseguiu demonstrar, no Brasil, para uma grande massa de pessoas — que o problema da estabilização da moeda é fundamental. Se queremos desenvolvimento, se queremos dar à nossa população um nível de vida gradativamente melhor, se queremos que o operário tenha um salário realmente melhor, se queremos que a sociedade tenha paz, tranquilidade e progresso, isto tudo só se obterá depois de haver estabilidade relativa da moeda. Do contrário, continuaremos reincidindo em quedas, cometendo erros e retrocedendo, ao invés de avançar.

Esse o objetivo das minhas observações preliminares. Pretendo, agora, entrar na matéria.

Quando ouço as críticas à política econômico-financeira do Governo atual ou quando as leio — inclusive as que se fazem nesta Casa — quando condenam o Governo que aí está pela situação econômico-financeira que atravessamos, acho que se comete uma imensa iniquidade, porque, ao se analisar isto que temos hoje — quadro de sofrimento, de sacrifício — deve-se lembrar dos culpados pela situação. O responsável pela situação atual não é o Governo de hoje. As críticas devem ser dirigidas aos governos que criaram, que geraram, que determinaram a situação que hoje padecemos. O Governo atual não concorreu para ela. Está fazendo um esforço sobre-humano, heróico, para corrigir, para restaurar, para sanear, para devolver a saúde a um corpo combatido; envenenado pelas gestões anteriores. É o que se torna preciso aceitar. Está má a situação, sofre-se com a situação atual, como mostrou, há pouco, o Senador Padre Calazans. O momento é de sacrifício, porém, quem é o responsável? Quais os responsáveis? O Governo atual? Não, está tentando corrigir. Os responsáveis foram os que criaram a inflação.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito prazer.

O Sr. Atilio Fontana — Sabemos nobre Senador Mem de Sá, que tirar o país da situação inflacionária encontrada pelo atual Governo Revolucionário concordamos, que não é possível sem sacrifício.

Mas o problema que devemos encarar e enfrentar é aquele que, há pouco, o Padre Calazans apontou, o do futuro. Preocupamo-nos a situação do futuro, porque não desejamos jamais voltar aos tempos passados. A falta de trabalho e o consequente desemprego, é, sem dúvida, um problema social que descontenta a massa e atinge nobre Senador, Mem de Sá, a região agropecuária. Com exceção dos produtos de exportação, os demais não alcançam um preço que possa estimular o produtor a continuar na luta de produzir mais e melhor. Este o problema que deve ser encarado pelo Governo, tenho certeza de que é uma preocupação constante do Chefe da Nação. Entretanto, certas medidas postas em prática não estão oferecendo o melhor resultado. Noticiam os jornais que os nossos agricultores estão vendendo seus produtos, de gêneros alimentícios principalmente, por preços inferiores aos razoavelmente justos e estão, portanto, empobrecendo. Em consequência, este fato vai engrossar a massa dos descontentes, dos sem trabalho, dos que se acham em dificuldades, daqueles que vão diminuindo o seu

poder aquisitivo. É o que nos tem preocupado. Naturalmente existe o meio termo que, em geral, é onde está a virtude da solução do problema.

O SR. MEM DE SA — Agradeço o aparte de V. Exa.

O nobre Senador José Ermírio deseja dar um aparte?...

O Sr. José Ermírio — Preferiria falar mais tarde. Depois de ouvir as considerações de V. Exa.

O SR. MEM DE SA — Afirmava eu que aqueles que criticam a situação atual deviam apontar como responsáveis os governos passados. Há uma deplorável falta de memória no Brasil; todos falam no momento presente como se o atual Governo tivesse gerado todas as dificuldades completamente esquecidos do que havia no Brasil, deslembados da herança que este Governo recebeu.

O Sr. Atilio Fontana — Mas foi o que falamos, ainda há pouco.

O SR. MEM DE SA — Ninguém se lembra do ponto a que havia chegado o ritmo inflacionário; ninguém considera que a inflação vai adquirindo um ritmo cada vez mais violento, como uma bola de neve que se despenca e, se não se a combate violenta e drasticamente, ela tende a crescer.

Um economista de bom-humor disse que falar em ligeira inflação é o mesmo que falar em ligeira gravidez: se não se aborta, a inflação ou gravidez ela vem a furo. E o Brasil assistiu, de uma forma cruel, a esse ritmo de crescimento.

De 1951 a 1953, quando começou a se manifestar a inflação o seu ritmo foi apenas de 20% ao ano; já em 1959 atingia a 52% e, depois de ligeira queda em 1960, de 1961 em diante o ritmo se tornou alucinante: Em 1961, 1962, 1963, de 55 a 81%. E' de não se esquecer e repetir-se todos os dias que todos aqueles que criticam a política do Governo atual não se lembrem desse fato, ou, pelo menos, o põem em situação de sombra e de menor importância. Nos três primeiros meses de 1964, a inflação revelou um ritmo sem precedente, mais de 8% ao mês. Fazendo-se a extrapolação e a projeção tudo demonstra que, inevitavelmente, chegaríamos, no ano passado, a mais de 140% de taxa inflacionária.

Essa situação era verdadeiramente intolerável, insuportável. E' preciso ainda, não esquecer a situação que se apresentava, em matéria orçamentária e de Caixa do Tesouro, no ano passado. Votados como iriam, e foram, os reajustamentos da função pública civil e militar — e nos moldes das propostas do Governo de então eram, como ninguém ignorava, muito superiores aos que foram, afinal adotados — votados aqueles aumentos, teríamos, inevitavelmente, no ano passado, um déficit de caixa entre 2 e 2,5 meio trilhão de cruzeiros, para uma receita estimada em 1 trilhão e 600 bilhões. Iriamos, então, bater o recorde internacional de um déficit que seria cerca de 120% superior à taxa de receita. Isso levaria a uma taxa de inflação seguramente superior a 150%.

Ainda é preciso recordar, repetir, a cada momento aos que tanto esquecem ou subestimam esses aspectos que a economia brasileira já estava estagnada em 1964. A estagnação não é deste ano; começou em 1962. E' proibido que a taxa de crescimento do Brasil, depois da Guerra, até 1963, foi extremamente favorável, teve uma média de 5,8%, ao ano. E como a taxa de crescimento demográfico girava em torno de 2%, tínhamos um aumento de riqueza, per capita, de 3,8% a 3,6%. Mas em 1963, já houve uma queda nesse crescimento para 5,2%. Em 1963, o crescimento foi de apenas 1,4% e como o crescimento demográfico do Brasil é atual-

mente de 3,2% houve, nesse ano, um empobrecimento, per capita, de 1,8%. Isto se verificou no crescimento geral, no crescimento industrial e no agropecuário.

Vejam os dados do crescimento industrial, que era, no Brasil, dos mais altos do mundo: 9,7% ao ano. Em 1962, baixou para 7%; em 1963, para 1%. De modo que, em 1963, a indústria já estava estagnada, já não havia praticamente aumento da produção. E quanto à produção agropecuária, o quadro ainda é mais triste: de 1947 a 1951, o crescimento foi de 5,5% ao ano. Mas, em 1963, foi de menos 0,9%!

Em 1963 já houve uma redução na produção agropecuária, e como a taxa do crescimento demográfico é de 3,2%, houve redução na alimentação e na produção de matérias primas.

Em 1964 houve redução ainda maior decorrente, sobretudo, da produção agropecuária que, nesse ano, atingiu o seu ponto negativo mais acentuado, ou seja, uma queda de 4,5%, verificando-se, também, a paralisação e a estagnação industrial.

Devo salientar que a causa determinante do maior índice da queda do aumento do produto interno bruto, no ano passado, foi o decréscimo da produção agropecuária.

Evidentemente, o Governo que se empossou a 9 ou 10 de abril de 1964, não pode ser responsável pela produção agrícola desse ano, porque esta é o resultado das sementeiras e plantios ocorridos em 1963.

Houve ainda, o que não é culpa de nenhum governo, os fatores climáticos profundamente desfavoráveis do final de 1963 e começo de 1964. E' preciso acentuar que o que este Governo recebeu foi uma inflação de 150% ao ano, um déficit previsto de dois trilhões de cruzeiros e uma economia estagnada há dois anos — uma economia em retrocesso.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Todos sabemos o que é a inflação; infelizmente, em todo o mundo há uma pequena inflação, mesmo nos Estados Unidos ou em qualquer país da Europa. Se me não engano, o único país onde não há inflação é o Irã, que pouco significa no panorama da produção mundial. O que estamos vendo atualmente são problemas dos mais difíceis para serem resolvidos. No nosso modo de ver, o esforço do Governo está mal concatenado, pelas seguintes razões: exportação de café...

O SR. MEM DE SA — Permita-me V. Exa....

O Sr. José Ermírio — Pois não.

O SR. MEM DE SA — ... gostaria de prosseguir na minha exposição. Vejo que V. Exa. vai entrar em aspectos particulares, como o do café e outros.

O Sr. José Ermírio — Vários outros.

O SR. MEM DE SA — Permita que eu faça a exposição.

O Sr. José Ermírio — Pois não, perfeitamente.

O SR. MEM DE SA — Quero fazer uma exposição global, sem entrar em considerações setoriais.

O Sr. José Ermírio — Tenho várias exemplos aqui, não somente o do café, que citei porque estava em o documento em mãos, o qual diz que até março de 1963 exportamos um milhão e setenta e três mil sacas e, em 1955, até março, setecentos e noventa mil sacas.

De forma que a diferença é bastante grande. O ponto de vista nosso não

se relaciona somente com o café. Veja V. Exa.: desemprego faz subconsumo; subconsumo faz estagnação da produção e pequena produção faz o encarecimento da produção. Portanto, não vejo como o Governo, com o encarecimento da produção, poderá controlar os preços, mesmo com as técnicas medidas que quer tomar. Se hoje em São Paulo trabalha-se dois, três ou quatro dias por semana a produção encarece, embora essas liquidações deem a entender haja queda de preços. Segundo ponto: falta de investimentos. Sairam 352 mil dólares para o exterior em lugar de entrarem. Não há investimentos nem do exterior porque sabemos que as condições lá fora tornam difícil mandar dinheiro para cá. No País há a mesma coisa, a situação é difícil: nenhum industrial poderá controlar investimentos no momento. Outro ponto: estamos vivendo no exterior e há em atraso que atualmente já sobe a 860 milhões de dólares...

O SR. MEM DE SA — Não devemos mais nada no exterior.

O Sr. José Ermírio — Estamos em atraso.

O SR. MEM DE SA — Não devemos nada mais.

O Sr. José Ermírio — Estou baseado na "Latin American World", edição bem recente.

O SR. MEM DE SA — Posso informar a Vossa Exa., para tranquilizar, que o Brasil não deve nada. Pagou todos os atrasados comerciais e tem à sua disposição, em bancos no exterior, 140 milhões de dólares.

O Sr. José Ermírio — Só se for com dinheiro emprestado. Com exportações, não foi.

O SR. MEM DE SA — E' claro.

O Sr. José Ermírio — Diz aqui o "Latin American World" que o Brasil ocupa o terceiro lugar, sendo ultrapassado apenas pela Grã-Bretanha com quatro bilhões de dólares, e em seguida a Índia, com dois bilhões e meio. E sobre a Índia desejo frisar para V. Exa....

O SR. MEM DE SA — V. Exa. não vai me deixar falar.

O Sr. José Ermírio — ... que acaba de aumentar em quarenta por cento a sua produção de fertilizantes e tem um programa metalúrgico imenso, que só pode gastar dinheiro. Enquanto isso, permanecemos paralisados. Esse o ponto, Senador. Sabemos que a inflação corre, mas o que não é possível é ouvirmos dizer diariamente que será estancada no mês que vem, depois até setembro, até dezembro, depois até março. Um instituto lá do Estado de V. Exa. acaba de fazer uma estatística dizendo que a inflação, só de janeiro a março, foi de dezesseis por cento. Quer dizer, não podemos fazer qualquer afirmativa, sem dados seguros, sem conhecimento de causa. E' melhor que o Governo tome conhecimento das críticas que aqui fazemos, críticas serenas, porque ninguém critica porque quer criticar.

O SR. MEM DE SA — Vossa Exa. devia criticar o Governo passado, que foi o culpado.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. deve se lembrar que, no ano passado, o discurso nesse sentido, dizendo que no Brasil a inflação era a segunda do mundo.

O SR. MEM DE SA — E' quando ela é combatida, V. Exa. também critica...

O Sr. José Ermírio — Estamos vendo o declínio total da produção nacional. Não será da agrícola, mas da industrial, a queda da produção. De modo que V. Exa. vê que essas críticas são amigas, leais, como qualquer Senador deve fazer.

O SR. MEM DE SA — Agradeço, já tinha ouvido.

Estava tentando fazer uma argumentação que vou, ainda, num novo esforço, retomar.

Mostre qual era a situação e então diante dessa situação se tornava evidente para qualquer um, tornava-se berrantemente solar o diagnóstico.

Diante da inflação de 150%, diante de um déficit de dois trilhões de cruzeiros, nenhum montecarlo poderia dizer de compreender que a situação fundamental, preliminar, essencial era combater a inflação, era tratar o curso no despenhadeiro, não de maneira brusca, porque a derrota seria pior, mas tratá-lo antes da queda para o abismo.

Era evidente que o diagnóstico só poderia ser esse: de combater a inflação. E' por isso que, por exemplo, a tese de um economista respeitável, como é o professor Dias Leite, não é possível ser aceita para o caso brasileiro. O Professor Dias Leite que é de todos os críticos que li até hoje o que entende de Economia, que é realmente conhecedor do assunto, tem um ponto de vista que subestima enormemente a inflação. Entenda que, no Brasil, era preciso promover a eficiência da organização produtiva, e então, pelo aumento da produção, como subproduto desse aumento de produção, a inflação iria desaparecendo paulatinamente. Essa é, essencialmente, a tese do Professor Dias Leite.

Esta tese poderia ser discutível no caso de uma inflação diminuta, de uma inflação razoável, de uma inflação incipiente; mas quando ela chega a cento e cinquenta por cento ao ano, não é possível adotar nenhuma medida, nenhum processo de aumentar a eficiência do organismo produtivo, como meio de combater a inflação.

Justamente a inflação é uma das matrizes da ineficiência produtiva, a inflação leva ao desestímulo da produtividade. Nenhum industrial, tem estímulo ou necessita desenvolver a produtividade num regime inflacionário.

Então, a inflação é a antítese da produtividade, a inflação gera a ineficiência. Assim é que essa tese peca pela base, tendo em vista a situação em que nos encontrávamos.

E' muito comum, entre pessoas leigas, dizer-se: desde que se anita para aumentar a produção, essa emissão não é maléfica. Mas quando o aumento do custo de vida, a desvalorização da moeda chega a oitenta por cento ao ano, seria preciso que o aumento da produção fosse de mais de oitenta por cento para neutralizar o aumento da moeda.

Ora, não é possível conceber aumento de produção de oitenta por cento. Nenhum país no mundo conseguiu atingir isso. Países que atingiram índices mais altos, como a Alemanha e o Japão, ficaram em dez, onze por cento. A Rússia também pretende ter atingido esse grau. Porém mais do que 10 e 11% não é possível.

Então, quando temos um grau de inflação de 150%, não é possível medida alguma que aumente a produção ou a produtividade de forma que, com subprodutos, vá sendo eliminada a inflação.

Feito o diagnóstico — e este é o ponto fundamental — feito o diagnóstico, é preciso aceitar a terapêutica. O que tem havido no Brasil, senão, é que o diagnóstico é feito, mas ninguém tem a coragem de adotar a terapêutica.

Os nobres Senadores que me apartaram — os Srs. Atilio Fontana e José Ermírio — incidem fundamentalmente nessa questão. Aceitam o diagnóstico; querem o combate à inflação, mas rejeitam a terapêutica, rejeitam os remédios, porque, dizem eles, os remédios são maus...

O Sr. Atilio Fontana — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Vou continuar.

... dizer que os remédios são maus, são dolorosos, são ferozes.

Nobre Senador Atilio Fontana, sei o que V. Exa. vai dizer. Vou responder daqui a pouco. O que V. Exa. vai dizer está dito e redito. Todo o mundo o está dizendo.

O Sr. Atilio Fontana — Se o nobre Senador me permite o aparte, sei rápido. (Assentimento do orador).

Não somos daqueles contrários ao combate à inflação e às providências que o Governo tem tomado, em grande parte saneadoras. Entretanto, é lógico, é natural que, quando se toma uma atitude para conter a inflação, às vezes nem todas as medidas posta em prática são as mais indicadas e dão os melhores resultados.

Ainda há pouco o nobre Senador José Ermirio citou o problema do café. A nossa cota de café é na ordem de dezoito milhões de sacas por ano para o convênio internacional, passamos a exportar muito menos. O que resulta é que temos uma safra cada vez menor porque o Governo garante o preço para o café e não se conseguindo exportar o Governo tem que comprar e tem que emitir papel-moeda. Gostaria que V. Exa. dissesse alguma coisa a respeito. Não somos contra as providências do Governo.

O SR. MEM DE SA — Não consigo fazer uma análise no geral, como V. Exas. querem me levar para o particular? Esse é problema particular.

O Sr. José Ermirio — Não é particular, vou citar o caso da América Latina. O Chile continua com inflação muito grande. O Presidente Eduardo Frei fez um programa para liquidá-la em três anos e, as consequências estão se fazendo sentir no país inteiro, sem desemprego, sem diminuição na produção e sem se criar — o que aliás já está nos jornais — uma convocação para a marcha da fome no Estado de São Paulo. Isto é desagradável para este Governo.

O SR. MEM DE SA — Muito bem; vou continuar.

Todos aceitam o diagnóstico, mas a terapêutica ninguém aceita, por quê? Porque a terapêutica do combate à inflação tem que ser global, então tem que se adotar uma política tributária, orçamentária, salarial, creditícia uniforme, e enquanto ela não for global não dará resultados. Mas por ser global, dói em todos. E no Brasil o que houve de mais chocante e traumatizante, é que vivíamos no regime de tratamento de morfina. E' como se pode denominar a política financeira do Brasil, até 1964. Era a política de morfina: os trabalhadores começavam a ficar com seu poder de compra diminuído, por causa da elevação dos preços, dava-se uma injeção de morfina: aumentava-se o salário, acima da elevação dos preços. Então, os industriais reclamavam a elevação dos custos: aumentava-se o crédito dos industriais — outra injeção de morfina. E todos se sentiam bem, ou pelo menos não sentiam a dor. Quando a dor reaparecia — porque a causa continuava exacerbada pelo tóxico, quando reaparecia a dor, uma dose mais forte de reajustamento salarial. Por exemplo, quando começou a ser fixado o nível de salário mínimo, no tempo do Presidente Getúlio Vargas, ele tinha a duração de 3 ou 4 anos; depois, o reajustamento tinha de ser feito de 3 em 2 anos; depois passou a ser feito de ano em ano; por último teria de ser feito semestralmente. E já estava quase vitoriosa a tese do salário-móvel, porque era a única forma. A morfina cada vez mais exacerbava a dor. Quando a causa não é tratada, a dor reaparece com mais violência e mais frequência. E quando a causa chega, realmente, a um res-

charlatanismo nacional curava, com doses cada vez maiores de morfina.

Agora, quando se quer sair da morfina e atentar para as causas, e dar remédio contra elas para desinflamar esse organismo inchado, para desintoxicar esse organismo envenenado, para corrigir as distorções desse organismo todo torturado, a grita é geral. Mas o fato de a grita ser geral mostra que o Governo está procedendo de uma forma global, sem poupar classes.

Não há coração que não se apiade dos trabalhadores de salário mínimo, que tiveram aumento inferior ao aumento do custo de vida. Esses homens estão sofrendo. Não há coração bem formado que não se entristeça e preocupe com a situação das classes médias, que continuam sendo as mais sacrificadas, esmagadas. E até não há coração que não tenha pena dos Senadores Atilio Fontana e José Ermirio, que estão profundamente apertados pela política do Governo — exigência de impostos, pagamento na hora, sem o que haverá correção monetária. Não se pode mais deixar sem pagar para depois ganhar na desvalorização da moeda, como se fazia anteriormente. Houve aumento de tributo nas pessoas jurídicas, embora não tanto quanto se apregoa.

Então, a grita é geral e justamente os empresários são os que mais gritam. E' de se notar que as classes trabalhadoras estão sendo muito mais conformadas, muito mais estólicas que as classes patronais. Talvez porque não possam falar, diz o Padre Calazans.

O Sr. Padre Calazans — Exatamente.

O SR. MEM DE SA — Não há dúvida.

O Sr. Padre Calazans — Não discutimos por isso. Quero mostrar outro aspecto. Estou ouvindo a análise de V. Exa., estou aprendendo, e ela me parece perfeita. V. Exa. é um grande conhecedor da matéria. Gostaria, apenas, que em sua análise V. Exa. nos mostrasse quais foram e quais são ainda as grandes matrizes da inflação. Sei que existem muitas, aos milhares, ...

O SR. MEM DE SA — Sim.

O Sr. Padre Calazans — ... toda vez que o dinheiro é desbaratado ou mal gasto.

O SR. MEM DE SA — Respondo dizendo os resultados obtidos pelo Governo, sem dúvida nenhuma.

O Sr. Padre Calazans — Entre as grandes matrizes da inflação podemos citar, por exemplo: 1º — ferrovias; 2º — a parte militar; 3º — a marinha mercante. São algumas das que pesam mais sobre a fecundidade do trabalho, provocando esse desequilíbrio.

O SR. MEM DE SA — Exatamente. E eu ia chegar a esse ponto, em meu discurso.

O Sr. Padre Calazans — Mas, a minha única preocupação — e essa é também a que todos temos de ter — é a seguinte: uma indústria, para poder se salvar, ainda não tentando a concordata, e poderia dizer nomes citando este fato — reduz o seu contingente de 800 a 1.000 operários para 200 ou 300. Digamos que o Governo fizesse a mesma coisa para poder acertar essa economia, ou seja, que em cada Ministério onde houvesse 10.000 funcionários, reduzisse esse número para 5 a 6.000 funcionários.

Sim, porque esses são operários do Estado como outros operários o são de empresas particulares. Haveria então o desequilíbrio, porque a carga recai sobre uma parte enquanto a outra se salva. Evidentemente, não desejamos que o mal se alastre, mas a preocupação que temos é esta: ver se chegamos, realmente, a um resul-

tado objetivo, que traga a tranquilidade ao País.

O SR. MEM DE SA — Agradeço a intervenção. Não obstante, ela perturbou minha exposição, porque Vossa Exa. antecipou o que pretendo abordar. Eu dizia que o tratamento está sendo aplicado e que todos sofrem, sinal de que o tratamento está sendo aplicado sem discriminação; sinal de que estão sendo atingidas também as classes poderosas, também as detentoras do poder econômico que nunca tiveram de enfrentar medidas tão rigorosas, tão desagradáveis, como as que enfrentam neste Governo. A prova de que o tratamento, a terapêutica está certa, são os resultados já obtidos. E esses resultados gerais, sob alguns aspectos, são espetaculares.

Um dos fatores maiores, uma das causas matrizes da inflação no Brasil, inegavelmente, eram os déficits de caixa, que abrangem os orçamentários e extra-orçamentários.

Vimos que, no Brasil, iríamos ter, em 1964, um déficit de dois trilhões ou dois e meio trilhões de cruzeiros. O Governo enfrentou esta situação, e em nove meses conseguiu reduzir esse imenso déficit para menos de setecentos bilhões de cruzeiros, ou seja, 690 bilhões e 700 milhões de cruzeiros.

Isto, se tomarmos em números relativos, ainda é mais significativo. Se tomarmos, por exemplo, a relação entre o déficit e o produto interno bruto, vemos que o déficit de 1964 foi 3,9% do produto interno bruto. E antes, o déficit de 62-63 girava em torno de 5,2 ou 5,3%. Quer dizer que o déficit de 1964, que ainda foi de 700 bilhões de cruzeiros, em termos relativos, já apresentou uma imensa melhoria.

Se fizermos a relação com a receita arrecadada, vamos novamente verificar o extraordinário êxito da política a respeito do déficit orçamentário, em 1964.

Em 1962, o déficit representou 56% da receita arrecadada; em 1963, representou 55%; em 1964, representou apenas 37%.

Este ano, dentro do planejamento e da previsão de Receita e déficit, iremos a 25% da Receita arrecadada. Isto quer dizer que um dos focos principais foi dominado, ficou sob controle.

O mesmo resultado se verificou nas autarquias e previdência social. E' sabido que, com exceção de duas, todas as demais davam déficit. No ano de 1964, em nove meses de operação, somente uma deu déficit; todas as demais deram superavit, sem diminuição dos atendimentos normais; ao contrário, com aumento de benefícios distribuídos.

Concordo com o Senador Padre Calazans, na crítica que fez, que não é só dele, — também é minha, — a respeito dos parcos, dos minguados resultados da ação governamental no setor das autarquias e do Serviço Público. Realmente, o Estado rigoroso demais, severíssimo, para com o setor privado, não tem aplicado a mesma severidade no setor público ou de sua responsabilidade. Assim, também subscrevo esta crítica, porque, vice-Líder do Governo ou não Vice-Líder, continuo dizendo apenas o que penso. A atitude que ora adoto, na defesa do combate à inflação, também a tomei quando Ministro da Fazenda o Senhor San Thiago Dantas. Os Senadores do P.T.B. sabem quanto eu defendi as medidas saneadoras do citado Ministério. Acho, portanto, que o Governo, nesse setor, é passível de crítica; não está usando, em casa, do rigor que exige dos outros, a respeito de portos, de navegação de cabotagem, de ferrovia. Por outro lado, é preciso atentar que não é possível ao Governo despendir cinquenta mil ferroviários, para que a Rede passe a ser equilibrada. O problema é extremamente delicado, complexo. Não se pode, de repente, esperar impacto, automatismo na vida

econômica de centenas de milhares de homens.

Outro ponto em que se verifica o êxito da terapêutica governamental, é o das taxas da inflação. Estas começam a declinar. Ninguém diz que os preços não estão subindo, nem era possível imaginar que os preços deixassem de subir. Depois de estarem subindo a um ritmo de 150%, ao ano, não era possível esperar que se estabilizassem ou caíssem. O importante é que a tendência vai sendo progressivamente amortecida, até se anular.

Ora, isto está sendo alcançado.

O Sr. Padre Calazans — Ainda há abuso de preços.

O SR. MEM DE SA — Claro. E continuará havendo. A especulação faz parte da inflação. O Senador Pedro Ludovico sempre proclamou que não apenas neste Governo como também no do seu grande correligionário e amigo Juscelino Kubitschek, sempre houve a especulação. Ela é filha dileta da inflação. Especulação vem junto com inflação. Não é possível extirpá-la sem dominar a inflação. O Senador Pedro Ludovico e eu, com mais de 50 ou 60 anos de idade, sabemos que, no tempo em que a moeda era relativamente estável, não havia a especulação dos dias atuais. De modo que a especulação é um dos fatores, mas é efeito muito mais do que causa.

O Sr. Pedro Ludovico — Não acha V. Exa. que um Governo forte, como o atual, quase paramilitar, poderia tomar providências mais sérias mais drásticas e mais enérgicas com relação à especulação e à ganância?

O SR. MEM DE SA — Durante a Revolução Francesa foi baixado ato, mandando cortar as mãos dos padeiros que vendessem pão por preços fora da tabela. Ninguém teve as mãos cortadas. Em Roma e na Grécia já havia medidas violentas contra os que abusavam dos preços. Os métodos policiais são totalmente inviáveis. A solução é ir à causa, é ir à matriz do fenômeno.

Mas, eu dizia que a taxa de inflação está caindo. Todos sabem que, nos primeiros três meses, elas ainda foram altas, muito acima do esperado. Houve diversas circunstâncias e fatores: a expectativa do salário-mínimo, a inflação de dezembro, correção de tarifas e, sobretudo, aumento de alugueres em março. O aumento do aluguel não representa aspecto de desvalorização monetária e sim uma redistribuição de renda, inflando, também, no índice. Em consequência verificou-se, nos quatro primeiros meses, elevação bastante acentuada. Mas, em abril, observou-se que as previsões estavam acertadas, naquele mês verificou-se o registro de uma taxa que, há mais de um ano, não se conhecia.

Li, no "Jornal do Brasil" de domingo próximo passado, que o Departamento competente da Prefeitura da cidade de São Paulo publicara estatística, demonstrando o índice alcançado pelo aumento do custo de vida que, em abril, fora de 2,5% ao mês. Não sei da inteira procedência da afirmativa. Se verdadeira, representa queda acentuadíssima, embora o aumento, em abril, seja estimado em 3,5%, que é muito menor do que em igual período de 1964 e muito menor, ainda, do que a média verificada no último ano.

Há de se ressaltar, ainda, fato extremamente auspicioso: na última semana de abril e na primeira semana de maio, não houve aumento do custo de vida na Guanabara, onde estive na segunda semana.

E' de se esperar, portanto, que, em maio, continue tendência para o declínio da taxa de inflação. Como disse e repito, chegamos, em 1963, a 81% de desvalorização da moeda. Em 1964, fomos a 86%. Este ano, se formos a 90%, será uma grande vitória. Se

chegarmos, em 1966, a 20%, ainda será uma taxa elevada, mas será a demonstração de que a batalha foi bem travada; o rumo estava certo, e os resultados são colhidos. Tudo será uma questão de perseverar, porque, quanto menor for o ritmo, mais fácil será dominá-lo, até chegarmos ao ritmo que nós sempre tivemos.

Até a primeira grande guerra, o ritmo de inflação era de 2,5% ao ano, ritmo excelente, dos grandes países, ritmo normal. Depois da primeira até a segunda grande guerra, o nosso ritmo de inflação foi de 7%, o que é ainda perfeitamente aceitável, cerca de 0,5% ao mês. Se voltarmos ao ritmo de 1% ao mês, país jovem, estuante, como o Brasil, terá taxa de inflação suportável. Esta, portanto, deve ser a meta deste e do próximo Governo, se o atual Governo não a atingir.

Há ainda mais, entre os êxitos deste Governo, o êxito no comércio exterior e no Balanço de Pagamentos. Vejo que, a este respeito, há que dar boas notícias ao Senado. Tivemos, em 1964, um saldo, no comércio exterior, de 200 milhões de dólares. Foi o maior dos últimos 7 anos. Em 1963, o saldo do comércio exterior foi de 112 milhões de dólares e, em 1964, quase que dobrou.

O Sr. José Ermírio — É porque deixamos de pagar as nossas dívidas no exterior.

O SR. MEM DE SA — V. Exa. está enganado porque, no Balanço de Pagamentos, tivemos um saldo de 70 milhões de dólares. Evidentemente, isto foi obtido com auxílio do exterior e não apenas com resultados do nosso comércio de exportação. A previsão do déficit do Balanço de Pagamentos era de um bilhão de dólares.

Seria um *deficit record* porque, devido ao endividamento dos anos anteriores, de dívidas a prazo curto, como é sabido, nos anos de 1964-65, acumulamos pagamentos de mais de um bilhão e meio de dólares. Então, os pagamentos que devíamos efetuar, em 1964, mais as operações normais, faziam aumentar o déficit em um bilhão de dólares.

Se chegamos ao superávit de 70 milhões, foi graças a empréstimos compensatórios, às linhas de crédito que obtivemos junto ao Governo dos Estados Unidos, a órgãos internacionais e a Bancos. Graças a esses auxílios, tivemos esse saldo. Pagamos todos os atrasados comerciais e temos, como ainda há pouco disse, à disposição em Bancos europeus e americanos, para saque imediato, um total de cento e quarenta e três milhões de dólares.

O Sr. José Ermírio — O que nos coloca em terceiro lugar no mundo, como País devedor dos Estados Unidos.

O SR. MEM DE SA — Não agora; já éramos.

O Sr. José Ermírio — Devemos a Países estrangeiros 160 milhões de dólares, neste momento. É o que diz a *Ratin American World*, revista americana que me merece fé.

O SR. MEM DE SA — V. Exa. lê revistas demais e livros de menos. Conhece demais dados de revistas e jornais e acredita demais.

O Sr. José Ermírio — Em jornais não, mas acredito em revistas como essa, publicada em Nova Iorque.

O SR. MEM DE SA — Os dados que fornece, são oficiais do Governo brasileiro.

O Sr. José Ermírio — Então vale a pena o Governo brasileiro desmentir essa revista.

O SR. MEM DE SA — O número dessa revista deve ser atrasado.

O Sr. José Ermírio — É de março.

O SR. MEM DE SA — Pois estamos em mau.

O Sr. José Ermírio — A exportação não aumentou.

O SR. MEM DE SA — Aumentaram os empréstimos compensatórios.

O Sr. José Ermírio — Então estamos seguindo a política de Frondizi, na Argentina, quando o Sr. Essogorai, tomava dinheiro emprestado, aumentava as dívidas no exterior e, no fim do ano, ainda achava que tinha saldos. O que deviam informar é quanto aumentou a dívida externa, no fim de cada ano.

O SR. MEM DE SA V. Exa. provavelmente adota como solução a moratória.

O Sr. José Ermírio — Não Senhor, não adoto. Temos que saber comercializar, o que ainda não sabemos.

O SR. MEM DE SA — Isso só conseguiremos quando tivermos o Senhor Carlos Lacerda como Presidente e V. Exa. como Ministro do Planejamento.

Sr. Presidente, vejo que esgotei o tempo de que dispunha e não conseguirei chegar ao término da minha exposição. Espero em outra oportunidade continuar essa tertúlia, que é extremamente agradável, embora pouco produtiva. (Muito bem. Muito bem.) O orador é cumprimentado.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

Requerimento nº 259, de 1965

Senhor Presidente:

De acordo com o Regimento Interno, solicito a V. Exa. a transcrição nos Anais do Senado Federal do Boletim do Quartel General da Polícia Militar do Distrito Federal, baixado pelo Comandante-Geral Sr. Ten. Cel. Oswaldo Afonso Rêgo, por ocasião do transcurso do 155º aniversário da brava Corporação que se transladará para esta Capital em futuro breve. Sala das Sessões, em 20 de maio de 1965. — *Aurélio Vianna*.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O documento cuja transcrição é pedida não excede os limites prescritos no artigo 202 do Regimento Interno. Assim, será o requerimento submetido à deliberação do Plenário na Ordem do Dia da sessão seguinte, independentemente de parecer da Comissão Diretora.

Há outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

Requerimento nº 260, de 1965

Nos termos do art. 212, alínea g, do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requiro não se realize sessão do Senado em 27 do corrente, por se tratar de dia santificado, da mais alta significação para os sentimentos religiosos do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

Sr. Presidente, eu iria perguntar se o santificado é considerado de guar-

da. Já tive a resposta do nobre Senador Padre Calazans.

Consequentemente, nada tenho a objetar pelo respeito que devo a todos aqueles que pensam em termos religiosos no sentido de guarda daquele dia. E que, realmente, sirva ele para meditação espiritual dos que querem se concentrar dentro de si mesmos. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. Assim, o Senado não realizará sessão no dia 27 do corrente.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Arthur Virgílio
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
Antônio Jucá
Vicente Augusto
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Dylton Costa
Antônio Balbino
Raul Giuberti
Gilberto Marinho
Mello Braga — 11.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Senhor 1º Secretário procederá à leitura de requerimentos de informações.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 261, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério de Minas e Energia, quais os estudos efetuados pelo Ministério, sobre a Usina de Quatéis, no Município de Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

Requerimento nº 262, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requiro informe o Poder Executivo, através do Banco do Brasil S. A., quais os estudos efetuados pelo Banco, visando reescalonar o empréstimo efetuado pelo Frigorífico Industrial Fluminense S. A., no Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

Requerimento nº 263, de 1965

Senhor Presidente:

De conformidade com a letra regimental, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Saúde — Campanha de Erradicação da Malária — o seguinte:

1 — De que forma são admitidos os funcionários da referida Campanha de Erradicação da Malária — CEM?

2 — Se alguns funcionários são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho?

3 — Em caso afirmativo, se foram efetuados os pagamentos referentes ao 13º mês?

4 — Se os referidos funcionários recebem percentual de risco de vida?

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

Requerimento nº 264, de 1965

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requiro ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, tendo em vista a suspensão do funcionamento de 123 aeroclubes instalados no país, as seguintes informações:

1 — Se a falta de condições legais para o funcionamento dos aeroclubes atingidos, motivadora do fechamento, segundo o M. Ae., foi considerada irremediável.

2 — Se, paralelamente a essa ausência de condições legais constatou-se também, nos aeroclubes cujas atividades foram suspensas, deficiências de ordem técnica, financeira e administrativa.

3 — Se o Ministério da Aeronáutica já programou, para pronta objetivação, medidas práticas que tenham por meta o restabelecimento das atividades dos aeroclubes interditados.

4 — Se não existem programas na linha de que foi mencionado no item 3, esclarecer se o Ministério da Aeronáutica tem qualquer outro plano de ação, com vistas a incrementar a formação de pilotos civis.

Justificação

Tempo houve, neste país, em que era frequente encontrar-se na imprensa diária notícias de fundação de aeroclubes, de entrega de aviões para seus cursos de pilotagem e outras notas relativas ao funcionamento dessas entidades.

Os resultados desse sadio movimento não tardaram a aparecer e aí estão, diante de nós. Desenvolveu-se, no país inteiro, a mentalidade aviatória de que tanto precisa o Brasil para responder com objetividade ao desafio de suas distâncias e algumas centenas, senão milhares de jovens patrióticos iniciaram-se na arte de voar.

Os aeroclubes despertaram vocações e, pelos seus cursos, selecionaram os mais aptos que, com a posterior complementação do aprendizado aviatório tornaram-se os hábeis comandantes e co-pilotos que hoje conduzem grande número de aeronaves comerciais brasileiras. E é preciso, também, não esquecer o incentivo trazido pelos aeroclubes aos serviços de taxis aéreos em todo o território nacional, bem como a familiarização dos mecânicos do interior com o material aeronáutico — preparando uma reserva de técnicos de alto interesse para a segurança nacional.

Claro que os aeroclubes do interior brasileiro lutam com imensas dificuldades de toda ordem. Mas o que, face a essa dramática situação, caberia ao Ministério da Aeronáutica fazer — na linha do que acho interessar ao Brasil — seria assumir uma posição de colaboração, de estímulo, e entregar como está o Ministério da Aeronáutica, ao próprio patrono da aviação brasileira, o digno e operoso Marechal do Ar Eduardo Gomes, estou certo de que o assunto será devidamente esclarecido, pois a medida não terá tido o objetivo de liquidar as escolas de vôo, difundidas no país, transformando o curso de pilotagem num privilégio. Neste país, não se deve cortar as asas de toda uma geração que quer voar e que deve poder voar.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1965. — *Vasconcelos Torres*.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos lidos serão, depois de publicados, despachados pela Presidência. (Pausa).

Há, ainda, outro requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 285, de 1965

Nos termos do art. 42 do Regimento Interno, requerido 120 dias de licença para a família do sr. senador.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1965. — *Archer de Mello*.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está terminado o período destinado ao Expediente. (Pausa.)

Passa-se a discutir a matéria da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1965, que vai ser lida pelo Sr. Senador.

É lido o seguinte

Lei nº 622, de 1965

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1965 (nº 2.221-B-64, na Casa de origem), que abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de que trata a Lei nº 4.284, de 25 de novembro de 1963 (IPC).

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1965 (nº 2.221-B-64, na Casa de origem), que abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de que trata a Lei nº 4.284, de 25 de novembro de 1963 (IPC).

Sala das Sessões, 25 de maio de 1965. — Sebastião Archer, Presidente. — Walfredo Gurgel, Relator. — Josaphat Marinho.

ANEXO AO PARECER Nº 623-65

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1965 (nº 2.221-B-64, na Casa de origem), que abre ao Poder Executivo o crédito especial de Cr\$ 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), destinada ao pagamento de que trata a Lei nº 4.284, de 25 de novembro de 1963 (IPC).

EMENDA Nº 1

(de redação)

A emenda.

Dê-se à emenda a seguinte redação:

"Abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 415.756.000 (quatrocentos e quinze milhões setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), destinado a pagamentos devidos ao Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC)".

EMENDA Nº 2

(correspondente à emenda nº 1 de Plenário)

Ao Art. 1º.

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º É aberto ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 415.756.000 (quatrocentos e quinze milhões setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) — sendo 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros) para a Câmara dos Deputados e Cr\$ 50.756.000 (cinquenta milhões setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) para o Senado Federal — destinado a pagamentos devidos ao Instituto de Previdência dos Congressistas (I.P.C.), criado pela Lei nº 4.284, de 25 de novembro de 1963".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a redação final que acaba de ser lida, há requerimento de dispensa de publicação para sua imediata apreciação, que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 228, de 1965

Dispensa de publicação para imediata discussão e votação de redação final.

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerido dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1965 (nº 2.221-B-64, na Casa de origem), que abre ao Poder Legislativo o crédito especial de Cr\$ 365.000.000, destinado ao pagamento de que trata a Lei nº 4.284, de 25 de novembro de 1963 (IPC).

Sala das Sessões, 25 de maio de 1965. — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — De acordo com a deliberação do Plenário, passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 3, de 1965 (nº 2.221-B-64, na Casa de origem), que abre ao Poder Executivo o crédito especial de Cr\$ 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de que trata a Lei nº 4.284, de 25 de novembro de 1963 (IPC).

Em discussão a redação final. Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto volta à Câmara dos Deputados.

Para acompanhar, naquela Casa, o estudo sobre as emendas do Senado, designo o nobre Senador Eurico Rezende, relator da matéria na Comissão de Finanças.

Sobre a mesa ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

OFÍCIO

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que substitui o Senador Antônio Carlos pelo Senhor Senador Faria Tavares na Comissão Mista encarregada de estudar o Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1965 (C.N.).

Sala das Sessões, 25 de maio de 1965. — Senador Daniel Krieger, Líder da U.D.N.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esta Presidência designa o Sr. Senador Faria Tavares para substituir o Sr. Senador Antônio Carlos, na Comissão Mista encarregada de estudar o projeto de emenda à Constituição nº 3, de 1965, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes 57 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1965 (nº 2.593-B-65, na Casa de origem), que incorpora ao ordenamento da Lei nº 2.593, de 1 de março de 1963, de "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" a importância dos seus créditos fiscais e da Câmara dos Deputados.

de iniciativa do Sr. Presidente da República, em regime de urgência, nos termos do art. 320, nº 5-B, do Regimento Interno, tendo Pareceres (ns. 579 e 580, de 1955), das Comissões: de Finanças, oferecendo substitutivo; de Constituição e Justiça, oferecendo outro substitutivo.

A discussão foi encerrada em sessão do dia 21 do corrente.

Foi sobre a mesa requerimento de preferência para o Substitutivo da Comissão de Finanças, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 267, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra "p" e 309, nº 2, do Regimento Interno, requerido preferência para o Substitutivo da Comissão de Finanças, a fim de ser votado antes do de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1965. — *Bezerra Neto*.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação o Requerimento.

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, este projeto é da mais alta relevância: incorpora ao Fundo de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de março de 1940, de a "Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" a importância de seus débitos fiscais.

Na Câmara, o projeto, que se originou do Executivo, sofreu transformações profundas e aqui recebeu dois substitutivos. Da leitura atenta das razões que levaram as duas Comissões, a de Finanças e a de Constituição e Justiça, a apresentação de substitutivos, concluímos que a matéria não pode ser votada acoradamente. Há um choque na análise da pronúncia visibilíssima. A posição da Comissão de Constituição e Justiça é diametralmente oposta à da Comissão de Finanças. Como que há duas filosofias em choque. Eu gostaria de um pronunciamento mais claro, revelando, inclusive, o pensamento do atual Executivo Federal sobre cada um dos substitutivos apresentados àquele substitutivo da Câmara, transformado em projeto pela sua aprovação na outra Casa do Congresso Nacional, e aqui apreciado.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que o autor do Requerimento expusesse os motivos do seu Requerimento de preferência para o substitutivo da Comissão de Finanças, da vez que as razões expostas pela Comissão de Constituição e Justiça são de alta relevância, importantíssimas na justificação do substitutivo que aprovou, apesar de aquele substitutivo não ter sido aceito universalmente pela Comissão, de vez que o próprio Senador Aloysio de Carvalho levantou suspeita quanto à sua constitucionalidade. Considerou o substitutivo inconstitucional, e, por esta razão, votava contra. Foi voto vencido.

O motivo desta intervenção sobre um requerimento de preferência é claro. Desejamos saber as razões que levaram o seu autor a apresentá-lo. Se tem razões ponderabilíssimas para deixar a sua aprovação, desde que há opiniões respeitáveis à sua condenação.

Não sou governista, todos sabem, mas a afirmativa dos pareceres é de que há em cada substitutivo, que

está mais na linha do projeto do Executivo Federal. E um deles foje da linha que traçou o Executivo, que é a da Equitativa do Brasil S. A. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação o requerimento do nobre Senador Bezerra Neto, pedindo preferência para o substitutivo da Comissão de Finanças sobre o de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento foi aprovado.

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador Aurélio Vianna.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento de preferência para o substitutivo da Comissão de Finanças queiram levantar-se. (Pausa.)

29 Senhores Senadores aprovaram o requerimento.

Os Senhores Senadores que o rejeitam queiram levantar-se. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador o rejeita.

Não há quorum.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada, de Norte para o Sul.

Os Srs. Senadores que votam a favor do requerimento, dirão "sim"; os que o rejeitam dirão "não".

Procede-se à chamada.

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Edmundo Levy.
Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Antônio Jucá.
Vicente Augusto.
Walfredo Gurgel.
Salviano Leite.
Argemiro de Figueiredo.
Barros Carvalho.
Silvestre Pérciles.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Pessoa de Queiroz.
Josaphat Marinho.
Raul Giuberti.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Faria Tavares.
Benedicto Valladares.
Padre Calazans.
Pedro Ludovico.
Milton Menezes.
Atilio Fontana.
Guido Mondin.
Daniel Krieger.
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Responderam à chamada 33 Srs. Senadores; com o Presidente, 34 Srs. Senadores. Os 33 Srs. Senadores responderam "Sim". O Requerimento foi aprovado.

Em consequência, passa-se à votação do Substitutivo da Comissão de Finanças.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos votando um projeto para salvar quase que de um estado de semitalência uma companhia brasileira de seguros.

É uma história triste, Srs. Senadores, essa da "Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" que, pela interferência política, há vários anos vem esvaindo seus recursos gradativamente e; agora, não paga ao seu funcionalismo há mais de quatro meses, e só consegue fazê-lo em doses homeopáticas.

Conheço de perto todo o drama que se passa naquela empresa semi-estatal de seguros. Lá trabalhei durante longo tempo de minha vida como advogado, hoje dela licenciado em virtude de dispositivos legais.

Mas desejaria dizer ao Senado que, se quisesse salvar a "Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", a medida a ser tomada teria de ser necessariamente outra, porque estamos transformando em fundo de uma empresa débitos dessa para com os Institutos, para com autarquias e para com o próprio Governo, num teorismo que sai fora por completo da realidade financeira da empresa.

Se dessemos o dinheiro em si para reerguer a "Equitativa", estaríamos fazendo algo pelo seu progresso.

A "Equitativa" não paga há muito tempo os seus débitos, os sinistros; os mutuários ausentes, que são representados pelo Governo Federal, não têm de maneira nenhuma qualquer garantia. Este mesmo Governo, convém que se acrescente, não é o Governo atual, são todos os governos desde que, por lei, se deliberou que a União representaria nas Assembleias Gerais os mutuários ausentes.

Então isto fazia com que todos os Diretores da Equitativa fossem nomeados por influência política. Um deles, respondendo inclusive a inquérito, chegou ao cúmulo de dilapidar criminosamente o patrimônio imobiliário dessa empresa, numa das maiores negociações de que se tem notícia neste País. Os que conheceram na Guanabara, não de relembrar aquele prédio no Bairro da Glória, do Hotel Suíço, que foi vendido numa época em que a Companhia começava a ter lucro, foi vendido em condições penosas para a "Equitativa" e vantajossíssimas para os corretores da operação.

Sr. Presidente, quando se escrever a história do seguro no Brasil, vamos ver que interesses de todos os matizes procuraram esmagar talvez a mais brasileira de todas as companhias de seguro neste País.

Agora há este projeto que apresenta, para mim, apenas uma questão de óleo conforado no doente que agoniza. Poderá prolongar-lhe a vida por alguns meses à frente, mas não é a terapêutica heroica que se desejava fosse aplicada.

Todos sabem que as empresas estatais fazem os seguros nas companhias que bem entendam. Não nesta do Governo, que sempre foi hostilizada pelas suas congêneres — não apenas pelas congêneres, mas por institutos, por empresas brasileiras ligadas ao Governo, que trabalham a sorrelha, a socapa, para que a "Equitativa" fosse definitivamente esmagada no quadro das companhias brasileiras de seguro.

Tenho o tempo reduzido e não posso contar ao Senado, neste instante, a história melancólica, triste, duma empresa com funcionários abnegados, com gente de primeira ordem, com servidores devotados e que estão recebendo este projeto com grande carinho. Mas tive oportunidade de dizer a alguns servidores da "Equitativa" que não acreditava fosse esse o remédio necessário para o reerguimento da empresa.

Sé esses débitos fossem transformados em dinheiro para a empresa saldar os seus compromissos, reerguer-se financeiramente, ainda teríamos caminhado um pouco, mas transformar em fundo o que não existe, débitos que jamais poderão ser liquidados — conhecemos a realidade político-financeira do país — é acenar com uma esperança para um doente grave, um moribundo que se estiola, que fenece a cada dia que passa.

Praza aos céus que estas minhas palavras possam chegar aos assessores do digno Presidente da República e do Ministério da Indústria e Comércio. Porque nós vamos ser convocados, talvez dentro em breve, para examinarmos um problema mais sério: não é referente a atraso no pagamento de salário, mas ao desemprego de centenas de funcionários, em todo o país, porque a Companhia não tem mais recursos para pagar sua remuneração mensal.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que estas minhas palavras ficassem adstrietas ao *Diário do Congresso*, porque já não tem mais nada a perder esta Companhia. Não paga os seguros em grupo, não paga os sinistros, não paga os seguros de vida e se debate como um naufrago; e agora, quando esta bóia de salvação lhe é atirada a ela se segura com entusiasmo, mas esta bóia, Sr. Presidente, está, como as bóias de certos navios que nunca retornaram a sua frota de salvamento, está ressequida e, ao contacto com a água, vai se esfalar e, talvez a leve mais depressa ao naufrágio.

Que o Presidente Castello Branco, que o Ministro da Indústria e Comércio, vejamos, neste Projeto, a primeira etapa para salvar a "Equitativa". A primeira etapa. Mas que considerem a palavra sincera de um homem que conhece este assunto por dentro e por fora e que venham com outra medida determinando, por exemplo, a obrigatoriedade do seguro da Petrobrás, da Fábrica Nacional de Motores, da Companhia Nacional de Alcalis, do Lóide, da Costeira, dos Institutos de Previdência Social, todos eles, na companhia mais diretamente ligada ao Governo, de vez que a Diretoria da Empresa é nomeada em Assembleia Geral por um delegado do Governo que aponta os diretores de acordo com a orientação do Ministro do Trabalho.

Sr. Presidente, V. Ex.^a já faz um olhar... A "Equitativa" tem contra ela tudo, inclusive esse inexorável tempo regimental. Mas, para dar uma demonstração de solidariedade a essa empresa, aos seus humildes servidores, aos seus funcionários categorizados e para abrir, ainda que ligeiramente, o véu indezível do problema do seguro no Brasil, voto — para que a empresa pelo menos se sinta feliz um dia — com essa manifestação. E eu, que a servi durante tanto tempo, desejava fazer muito mais para reerguê-la, para salvá-la. E há condições para salvá-la e reerguê-la. Se o Ministro Daniel Farcy assim quiser.

Espero que o Sr. Presidente da República assim venha a proceder, para que não assistamos ao quadro de uma empresa em agonia, que recebe este porção, como se diz em linguagem de boticário do interior, esta mozinha que apenas lhe prolongará a vida por algum tempo, mas que não a exime da morte. Ela só poderá ser salva da morte se o Ministério da Indústria e Comércio, através de um estudo sério demonstrar que, com referência ao problema do seguro no Brasil, a "Equitativa" aparece como a maior vítima, citando aqueles que fazem o seguro contra os interesses do país e não beneficiam uma empresa que o próprio Governo é o principal interessado em fazê-la reerguer.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente. Tenho muito a falar sobre a

"Equitativa". Espero, dentro em breve, voltar ao assunto para dizer que este paliativo não resolverá a situação angustante da "Equitativa dos Estados Unidos do Brasil". Um nome tão pomposo, Sr. Presidente, mas que, neste momento, encerra tanta miséria e tanta tragédia. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação o substitutivo da Comissão de Finanças.

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador

O SR. AURELIO VIANA:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a situação financeira da

"Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" é caótica; ninguém o contesta. São erros e escândalos acumulados através dos anos, dos tempos conturbados da nossa história político-administrativa.

O atual Executivo Federal enviou ao Congresso Nacional uma Mensagem que foi completamente modificada, nos seus fundamentos, através da qual solicita, do Congresso, deste País, a aprovação de um projeto visando a salvação da grande empresa de seguros de vida deste País.

A Câmara dos Deputados apresenta ao Senado da República um projeto à sua análise, que, no Art. 2º, traz esta solução:

"Os lançamentos e processos fiscais dos débitos referidos no artigo anterior ficam cancelados, sendo os processos arquivados, com a anotação desta lei:

3) As multas e juros de mora dos débitos para com a Previdência Social, ajuizados ou não, ficam anistiadas".

E' anistia total dos débitos da Equitativa do Brasil, jogando-se às costas do povo brasileiro esse pesado ônus.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não consta do Substitutivo essa anistia.

O SR. AURELIO VIANA — Sei que não consta do substitutivo da Comissão de Finanças desta Casa esse item.

O Sr. Aloysio de Carvalho — O substitutivo rescava.

O SR. AURELIO VIANA — Mas não me estou referindo ao substitutivo aprovado na Comissão de Finanças; retiro-me ao projeto que nos chegou da Câmara dos Deputados, e que não sei como, ali, foi aprovado...

O Sr. Aloysio de Carvalho — O projeto concede anistia...

O SR. AURELIO VIANA — ... sem os mais veementes protestos.

O Sr. Aloysio de Carvalho — ... e deixa de pé a importância total, incorporando-a a um Fundo.

O SR. AURELIO VIANA — Vamos analisar o problema.

Então, a Equitativa desconhecia dos seus empregados as quotas de Previdência Social e vai ser anistiada pela apropriação indevida daquilo que de certo pertence aos Institutos, o que significa aos empregados, aos trabalhadores, aos operários?

Exige-se, e pune-se o empregador quando se apropria dessas contribuições, mas anistia-se uma poderosa empresa de seguros quando, praticando ato delituoso, é absolvida completa e totalmente.

A linha adotada pela Câmara, de algum modo era a linha que adotou o atual Governo, o atual Executivo Federal.

Sr. Presidente, o Substitutivo da Comissão de Finanças é mais precavido: não perdoa os débitos fiscais da Equitativa para com a Previdência. Incorpora todos esses débitos aquele Fundo. Seria o Capital da empresa que, depois de transformada em sociedade anônima, aquelas quantias seriam incorporadas ao Fundo, passando a constituir capital social da União e das instituições de Previdência Social.

Mesmo assim, nem o projeto que nos chegou da Câmara, nem o substitutivo da Comissão de Finanças, nem o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, quaisquer deles, se aprovados e transformados em lei, resolveriam a situação caótica de "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil".

Noutro país, com outra mentalidade, haveria um verdadeiro clamor público que ressoaria dentro do Parlamento, encontrando eco nos representantes do povo; mas aqui, não.

Lemos:

O novo governo encontrou a Equitativa com um quadro de funcionários que representa o dobro do necessário, com as folhas de pagamento majoradas em 195%, no período de 13 meses, em decorrência dos aumentos salariais dos securitários, obtidos através de dissídios coletivos; a sua produção de seguros reduzida a níveis reais inexpressivos, ante os encargos permanentes da sociedade; os seus débitos com o Fisco Federal e a Previdência Social, afóra os compromissos de liquidação de seguros elevados a várias centenas de cruzeiros.

Pede-se perdão desses débitos no projeto da Câmara dos Deputados: do imposto de renda devido ao Erário. Tentamos, então, salvar um moribundo de morte certa, sem o emprego da cirurgia que se faz necessária.

Sr. Presidente, houve debate muito sério entre os constitucionalistas desta Casa, isto é, os Membros da Comissão de Constituição e Justiça e aqueles outros que pertencem ao órgão específico para análise do panorama financeiro do País, do qual a condenação quase frontal do substitutivo da Comissão de Finanças, aquele mesmo para o qual se pediu preferência e que será aprovado, se houver número, creio. Mas desejo frisar e salientar que a transformação dos débitos num Fundo especial não vai carrear recursos para que a Equitativa se salve do colapso que a ameaça.

Não irá receber recursos senão por via indireta. Os débitos da Equitativa são transformados, fazendo parte daquele Fundo a que se referem o projeto e os substitutivos, mas nenhuma gota de sangue, através de créditos de verbas, a Equitativa vai receber para a solução dos seus problemas. Estão ameaçados não somente os funcionários da Equitativa, mas milhares e milhares de segurados. Quando tratamos do assunto, fixamo-nos na situação de algumas centenas de funcionários da Equitativa que merecem respeito acatamento e consideração. No entanto, geralmente, nós não falamos dos milhares e milhares e milhares de indivíduos que fizeram os seus seguros-de-vida e que estão à mercê de uma política imprevidente e irresponsável.

Estamos em marcha batida para a estatização de tudo. Ia fazer alguns comentários ao torno deste assunto, mas o tempo de que dispomos para encaminhar a votação de qualquer projeto é curtíssimo, é limitadíssimo, — não poderia ser de outra maneira — e, por isso, vou reservar-me para fazer apreciação em torno da tese de que estamos em marcha batida para a estatização, em outra oportunidade, analisando a filosofia — que o Eterno

me perdoe — adotada pelo atual Executivo, para dissecá-la, estudá-la, equacioná-la, criticá-la ou condená-la.

Sr. Presidente, as razões apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, impressionam. Mas eu não encontro aquelas que venham para a tribuna, a fim de defender o seu ponto-de-vista verbalmente, opondo argumentos, aos argumentos da Comissão de Finanças desta Casa.

Em síntese, há interesses manifestos do Governo, — segundo fui informado na aprovação do Substitutivo da Comissão de Finanças. Isto não significa que o nobre Relator da Comissão de Finanças, que é do PTB, seja instrumento do Governo, na consecução de sua política, mas é este o interesse.

Ora, o substitutivo formula com mais inteligência o projeto:

“Art. 1º “A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil”, sociedade mútua de seguros, sob intervenção do Governo Federal que, subsidiariamente, responde pelas reservas técnicas atuariais, fica autorizada a aumentar o “Fundo”, de que trata o Decreto-lei número 2.063, de 7 de março de 1940, com a incorporação da importância de Cr\$ 338.938.928,10 (trezentos e trinta e oito milhões, novecentos e trinta e oito mil, novecentos e vinte e oito cruzeiros e dez centavos), correspondentes aos seus débitos fiscais para com a Fazenda Nacional, constantes do processo M. Fazenda — S. C. 227.260, de 1964.

Não sei como não usaram de tal processo no caso da Panair. No caso da Panair, a Companhia foi eliminada de plano, foi anulada de plano. Não sei por que, também, não foram incorporadas aquelas subversões vultosas concedidas a muitas empresas particulares deste País. A União não passará a ser acionista dessas empresas, mas creio que isto virá a acontecer, porque, é um sentido da política traçada pelo órgão de planejamento do atual Governo, expresso neste Substitutivo que se quer aprovar, no projeto que veio, inclusive no da Câmara dos Deputados.

“Quando, então, as quantias incorporadas ao Fundo, de acordo com esta lei, passarão a constituir capital social da União e das Instituições de Previdência Social.”

Eu não estou condenando este fato. Friso, a ele me refiro, para fazer história, porque, amanhã, iremos discutir problemas semelhantes e corrélatos, quando os defensores do privatismo, no seu sentido absoluto, aqueles defensores que condenavam tanto as atitudes de governos que passaram, terão que se levantar, nesta Casa. Cobrarei, então, a sua atitude presente, talvez, em amparo de teses que eu e aqueles que pensam como nós, vimos defendendo há muitos anos.

É fatal a aprovação do Substitutivo da Comissão de Finanças. Não resta dúvida alguma, já está praticamente sacramentado; não sei o que a Câmara fará, porque ela irá também opinar sobre este substitutivo, o aprovado por nós. O da Comissão de Constituição e Justiça tem contra ele opiniões respeitabilíssimas, inclusive de homens sobre cuja idoneidade moral eu e ninguém coloca a menor sombra de suspeita, que acham que o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça é prenhe de inconstitucionalidade.

O que desejamos, para que fiquem resguardados os direitos dos segurados da Equitativa, é que venham medidas no campo financeiro mais consentâneas com a realidade nacional, e que aqueles funcionários tenham a tranquilidade, que não venham passar a ter com a aprovação de qualquer dos dois substitutivos, o mal maior que

seria o da Câmara dos Deputados, que é a negação de tudo aquilo que se afirma.

Que País estranho! Que Governo estranho! Dos assalariados tudo se exige; até empréstimos compulsórios. A pequena burguesia assalariada deste País tem que emprestar, está condenada a não gozar dos benefícios do progresso e da civilização.

E às poderosas empresas tudo se lhes dá, nada se apura, os escândalos continuam surgindo, se sucedem, são denunciados em sindicatos de classe sob o novo império da nova situação: dilapidação de dinheiro públicos.

Nas grandes empresas sob intervenção, parastatais, estatais, estouram os escândalos, as denúncias são feitas, aqui, ali, além e o processo é este que aqui se encontra: perdão para as dívidas, para os débitos feitos, até para os débitos com a Previdência Social, perdão para quem muito dilapidou, muito explorou e muito conturbou e muito concorreu para a anarquia financeira no País. Perdão para eles e carga nos que já estão sobrecarregados e mais sacrificios, para quem já não pode suportá-los. E aquela frase do Brigadeiro Eduardo Gomes, atual Ministro da Aeronáutica, quando candidato à Presidência da República — de que lutaria com os seus por um regime em que os pobres fossem menos sofredores e os ricos menos poderosos — era a frase de quem, pleiteava a Presidência da República, de um grupo que pleiteava o poder. Caiu no domínio do esquecimento. Esta frase tão linda, foi levada às regiões ignotas e desconhecidas do esquecimento.

Sr. Presidente, já hoje os pobres são mais sofredores e os ricos, dizem, menos poderosos. Mas a verdade é esta: através de medidas como esta, nem salvaremos a Equitativa, nem salvaremos os funcionários, nem salvaremos aqueles que nela confiaram e que têm ali seus seguros de vida, que seriam o seu amparo na velhice — se dotais — ou para os seus filhos e descendentes, à sua morte.

E' mais uma terapêutica da farmacologia indígena, hoje preparada pelos gênios que aprenderam fora e que nem mesmo sabem manipular aquilo que seria um princípio de solução para os nossos problemas.

Agora, Sr. Presidente, vou esperar um pouco, que alguém, pela Comissão de Finanças, justifique o projeto ou o substitutivo e alguém, pela Comissão de Constituição e Justiça, que verberou, que analisou toda a matéria em torno do assunto que nós abordamos, também justifique o seu ponto de vista, para que nós, que estamos na linha horizontal, possamos dar um voto consciente, um voto seguro.

Qualquer que seja o resultado, o caos continua ali. E, naturalmente, em futuro próximo, terá que apelar para o gênio do planejamento, para ele, que é remédio para todos os males, que é Pan, isto é universal, que opina sobre tudo, que é convocado para falar sobre tudo — fala sobre minas, fala sobre energia, sobre agricultura, sobre pecuária, sobre Forças Armadas, Marinha, Aeronáutica, Exército, fala sobre operário fala sobre funcionário público. E' enciclopédia viva!... Tão necessário que dele não prescindiram o Governo Juscelino Kubitschek, o Governo Jânio Quadros, o Governo João Goulart, e não prescindiu o Governo que, em querendo revolucionar, revolucionou...

Esperemos — dizem que quem espera sempre alcança — a solução deste problema que é um aspecto dos inúmeros problemas que têm que ser resolvidos. Acredito na honestidade de muitos homens que estão no Governo. Acredito piamente, como acredito na sinceridade de muitos que estão à frente da pública administração, mas dizem — eu não sei!... — que, de incêrnicos, o Inferno está cheio! Quem pode responder bem isto é Sa-

tanaz com a sua legião. Eu não sei!... (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Em votação o substitutivo da Comissão de Finanças. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

E' o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO 24-68 (2.593, de 1965, na Câmara)

Art. 1º “A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil”, Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob intervenção do Governo Federal, que, subsidiariamente, responde pelas reservas técnicas atuariais, fica autorizada a aumentar o “Fundo” de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, com a incorporação da totalidade dos seus débitos fiscais para com a Fazenda Nacional, até 31 de março de 1965.

Parágrafo único. Igualmente é autorizada a incorporação ao aludido “Fundo”, de todos os débitos da referida sociedade para com as Instituições de Previdência Social até 31 de março de 1965, inclusive os respectivos juros de mora e multas.

Art. 2º Os lançamentos relativos aos débitos mencionados no artigo anterior ficam cancelados, sendo os respectivos processos fiscais ou previdenciários arquivados com a anotação desta lei.

Parágrafo único. Ficam assegurados aos empregados, cujas contribuições para a Previdência Social nãojam sido descontados, os direitos previstos na legislação vigente, cabendo ao Poder Executivo regulamentar a matéria.

Art. 3º O Poder Executivo promoverá estudos para a transformação da Equitativa dos Estados Unidos do Brasil em sociedade anônima, quando então as quantias incorporadas ao Fundo, de acordo com esta lei, passarão a constituir capital social da União e das Instituições de Previdência Social, respectivamente.

E' o seguinte o projeto prejudicado:

PROJETO DE LEI DO ACAMARA Nº 24, de 1965

(Nº 2.593-B, de 1965, na origem)

Incorpora ao “Fundo” de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, de “A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil”, a importância dos seus débitos fiscais e das outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º “A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil”, sociedade mútua de seguros sob intervenção do Governo Federal que, subsidiariamente, responde pelas reservas técnicas atuariais, fica autorizada a aumentar o “Fundo”, de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, com a incorporação da importância de Cr\$ 338.938.928,10 (trezentos e trinta e oito milhões, novecentos e trinta e oito mil, novecentos e vinte e oito cruzeiros e dez centavos) correspondentes os seus débitos fiscais para com a Fazenda Nacional, constantes do processo M. Fazenda — S. C. 227.260 de 1964.

Art. 2º Os lançamentos e processos fiscais dos débitos referidos no artigo anterior ficam cancelados, sendo os processos arquivados com a anotação desta lei.

Art. 3º As multas e juros de mora dos débitos para com a Previdência Social, ajuizados ou não, ficam anistiadados.

Art. 4º O Governo promoverá estudos no sentido de transformar “A Equitativa” em sociedade anônima,

quando, então, o “Fundo aludido” passará a fazer parte do capital social pertencente à União.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

E' o seguinte o substitutivo prejudicado:

EMENDA Nº

Substitutivo

Art. 1º A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, sociedade mútua de seguros gerais, sob intervenção do Governo Federal, que, subsidiariamente, responde pelas reservas técnicas atuariais, fica autorizada a aumentar o capital social, transformando-se em sociedade anônima nos termos da deliberação da Assembleia-Geral (Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, art. 22).

§ 1º O aumento de capital será de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), que serão subscritos pela União Federal e por Institutos da previdência social, total ou parcialmente.

§ 2º Os débitos fiscais e da previdência social da sociedade, até 31 de março de 1965, serão pagos logo após integralizado o aumento do capital previsto neste artigo.

Art. 2º As multas, juros, emendas e quaisquer outros adicionais correspondentes aos créditos da Fazenda Nacional e dos Institutos de Previdência Social, que oneram a sociedade (art. 1º), serão cancelados e os processos administrativos ou judiciais serão arquivados, com a publicação desta lei.

Art. 3º A União Federal assumirá a responsabilidade do pagamento das contribuições vencidas e não depositadas pela Equitativa, assegurando-lhe o contribuinte, todos os direitos e vantagens assegurados pelas leis vigentes.

Parágrafo único. Integralizado o capital social, na forma prevista no art. 1º, com a subscrição pela instituição credora, cessará a garantia prevista neste artigo.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Fazenda, para a execução desta lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere esta Lei terá vigência nos exercícios de 1965 e 1966 e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 5º Fica a Equitativa dos Estados Unidos do Brasil isenta, até 31 de dezembro de 1965, dos recolhimentos de que trata o art. 7º da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, passando a devê-los sobre as elevações das reservas técnicas feitas a partir de 1966, assim como do pagamento dos impostos e adicionais correspondentes à reavaliação do ativo (Lei nº 4.357, de 1964).

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. AURÉLIO VIANA:

Sr. Presidente, abstenho-me de votar porque não estou completamente esclarecido.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Ficam prejudicados o projeto e o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O art. 275-A, do Regimento Interno, determina-se abra um turno suplementar para discussão da matéria sempre que seja apresentado e aprovado substitutivo integral ao projeto.

E' a hipótese que acaba de se verificar. E, quando o projeto está em regime de urgência, esse turno suplementar é aberto imediatamente.

Em tais condições declaro aberta a discussão em turno suplementar do substitutivo aprovado pela Comissão de Fianças.

Se nenhum dos senhores Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-la-ei como encerrada. (Pausa.)

Não tendo sido apresentada qualquer emenda em turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, segundo dispõe o parágrafo 5º, do art. 275-A, do Regimento Interno.

A matéria irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Antes de passar à matéria seguinte, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, hoje, às 21 horas e 30 minutos, com a Ordem do Dia que será anunciada no final da presente sessão.

Aproveito a oportunidade para declarar, também, que a sessão ordinária de amanhã terá sua Ordem do Dia reservada para uma exposição ampla, que será feita pelo Senador Mem de Sá, sobre a política econômica do Governo Federal.

Conforme os senhores Senadores tiveram oportunidade de presenciar, o nobre Senador Mem de Sá, no brilhante discurso que proferiu hoje, no Senado, teve ensejo de receber apertes de diversos Srs. Senadores e, ao respondê-los, ponderou que melhor seria se se designasse uma sessão especial para S. Exª fizesse ampla exposição da matéria, no debate da qual poderiam os senhores Senadores tomar parte mais à vontade, pois que S. Exª não desejaria, naquela oportunidade, sair do esquema que havia traçado para o discurso de hoje.

Declarou ainda o nobre Senador Mem de Sá que se punha à disposição da Mesa para pronunciar esse discurso, ou seja, essa exposição, numa sessão especial, se a Mesa aquiescesse em assim proceder.

Feita a consulta aos senhores Líderes de Partidos, todos se manifestaram de pleno acordo em que a sessão de amanhã não contivesse qualquer matéria na Ordem do Dia, e que fosse reservado esse tempo da Ordem do Dia à exposição que o nobre Senador Mem de Sá se propõe a fazer.

Esta é a comunicação que, desde já, faço aos senhores Senadores.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Pela ordem) (Sem revisão do orador) Sr. Presidente, V. Exª acaba de anunciar à Casa a designação de uma sessão extraordinária para hoje à noite. Sem pretender alterar a determinação de V. Exª, quero apenas lembrar, até como ressalva, a situação dos Senadores designados, que, precisamente hoje, começarão a discutir, na Comissão Mista, a emenda constitucional sobre inelegibilidade.

Evidentemente, pela natureza da matéria, os onze Senadores que, ali, deverão comparecer, não poderão praticamente deslocar-se a este Plenário, para atender a chamamento destinado a votações urgentes ou secretas, se porventura existentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) A Mesa fica científica e espera que o horário das reuniões permita que os Senadores participem da sessão convocada para as 21:30 horas de hoje.

Item 2:

Votação em turno único do Projeto de Lei da Câmara número

ro 54, de 1965, nº 2.719-A, de 1965, na Casa de origem, que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob números 572 e 573, de 1965, das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

A discussão do projeto foi encerrada na sessão de 21 do corrente.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "sim", 24 Srs. Senadores, "não", 4 Srs. Senadores. Houve uma abstenção.

Não há número.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada, para verificação de presença.

RESPONDEM A CHAMADA OS SENHORES SENADORES:

Edmundo Levy
Zacharias de Assumpção
Cattete Pinheiro
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Antônio Jucá
Vicente Augusto
Walfredo Gurgel
Salviano Leite
Argemiro de Figueiredo
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermírio de Moraes
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
Heribaldo Vieira
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Raul Giuberti
Vasconcelos Tóres
Aurélio Viana
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Responderam à chamada 34 Senhores Senadores. Há número para a votação.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Se todos os Senhores Senadores já votaram, irei declarar encerrada a votação. (Pausa.)

Entã encerrada.

Vai-se proceder à contagem. (Pausa.)

Votaram sim 26 Srs. Senadores; não 5 Srs. Senadores. Houve 3 abstenção.

Foi aprovado. O projeto irá à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 54, de 1965

(Nº 2.719-A, de 1965, na C. Lem)

Fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas no Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do

Tribunal, Regional do Trabalho da 2ª Região, firmados pela Lei nº 4.067, de 5 de junho de 1962, são os constantes da tabela anexa.

§ 1º A importância da gratificação de função é igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

§ 2º Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento do secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido no parágrafo anterior ou pela percepção de vencimentos e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 2º O salário-família é fixado em Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º Aplica-se esta Lei aos servidores inativos deste Tribunal independentemente de prévia apostila.

Art. 4º As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de julho de 1964.

Art. 5º Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício financeiro de 1965, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de Cr\$ 890.000.000 (oitocentos e noventa milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas decorrentes da presente Lei e que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído, ao Tesouro Nacional.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1º DA LEI

	Cr\$
SIMBOLOS	
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-1	405.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	185.000
PJ-12	167.000
PJ-13	151.000
PJ-14	140.000
PJ-15	128.000
PJ-16	109.000

FUNÇÕES GRATIFICADAS

1-F	300.000
2-F	265.000
3-F	270.000
4-F	255.000

Câmara dos Deputados, em de maio de 1965.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao Item 3 da Ordem do Dia.

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 132, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 54-A de 1963, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para

execução de serviços públicos relativos ao florestamento, reflorestamento e proteção de matas no território do referido Estado tendo Pareceres: I — Sobre o Projeto (ns. 54 e 55 de 1965) das Comissões de: Constituição e Justiça, favorável e de Finanças, favorável; II — Sobre a emenda de plenário (ns. 527 e 528, de 1965) das Comissões de: Constituição e Justiça, pela rejeição e de Finanças, pela rejeição.

Em votação o projeto, sem juízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitada. A matéria irá à Comissão de Redação.

E o seguir o projeto aprovado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 132, DE 1964

(Nº 54-A, de 1963, na Casa de Origem)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro de contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para execução de serviços públicos relativos ao florestamento, reflorestamento e proteção de matas no território do referido Estado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do Termo Aditivo de Acordo de 15 de abril de 1952, celebrado entre o Governo da União e o Estado de Minas Gerais, para execução de serviços públicos relativos ao reflorestamento, florestamento e proteção de matas em terras de uso exclusivo ou não, no território, do referido Estado, firmado em 10 de março de 1954.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

E a seguinte a emenda rejeitada:

EMENDA Nº 1

Art. 1º Substitua-se a parte inicial pelo seguinte: O Tribunal de Contas da União registrará o termo aditivo... (o restante conforme está no projeto).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se ao item 4 da Ordem do Dia:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 432, de 1965) do Projeto de Resolução nº 27, de 1965, que suspende a execução das leis ns. 577 e 578, de 14 de agosto de 1964, do Estado da Guanabara, declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Em discussão o projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Esta encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 27, de 1965,

Relator: Sr. Josephat Marinho

ANEXO Nº 432, DE 1965

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 432, DE 1965

Suspende a execução das Leis ns. 577 e 578, de 14 de agosto de 1961, do Estado da Guanabara.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 30 de novembro de 1964, na Representação nº 602, do Estado da Guanabara, a execução das Leis ns. 577 e 578 de 14 de agosto de 1961, do mesmo Estado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 602, de 1965, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1965, de autoria do Sr. Senador Atilio Fontana, que dispõe sobre a redução de 50% nos fretes da Rede Ferroviária Federal S. A. para adubos, fertilizantes e forragens.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Esta encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1965

Dispõe sobre a redução de 50% nos fretes da Rede Ferroviária Federal S. A. para adubos, fertilizantes e forragens.

(Do Sr. Atilio Fontana)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecida uma redução de 50% (cinquenta por cento) nos fretes na Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, para transportes de adubos, fertilizantes de toda a espécie, calcário, tortas oleaginosas e de cereais, farelo e rações balanceadas, quando destinados a lavradores e criadores registrados no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, cooperativas de produção agropecuária, associações rurais e respectivas federações.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1965 (nº 2.657-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.993.000.000 (dez bilhões novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), destinado ao reforço do Fundo da Marinha Mercante.

tendo Parecer favorável sob número 561, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)
Não havendo quem peça a palavra, dou-a como encerrada.
Em votação o projeto.
Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).
O projeto foi aprovado. Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 1965

(Nº 2.657-B, de 1965, na origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 10.993.000.000 (dez bilhões novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), destinado ao reforço do Fundo da Marinha Mercante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.993.000.000 (dez bilhões novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), para reforço ao Fundo da Marinha Mercante, na construção de 5 unidades mercantes, num total de 36.250 TDW, destinadas à ampliação da frota brasileira e para exportação.

Art. 2º O mencionado crédito será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, à conta da Marinha Mercante, observado o disposto no art. 43 da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º A Comissão de Marinha Mercante contratará os serviços de Construção Naval, com assessoria nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1965 (nº 2.655-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamentos de televisão destinados a Rádio Difusora São Paulo S. A., tendo Parecer favorável sob nº 523, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)
Não havendo quem peça a palavra, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa).

(Procede-se à votação).

Vai ser feita a purgação. (Pausa).

Votaram 28 Srs. Senadores. Votaram não 4 Srs. Senadores. Houve 5 abstenções.

O projeto foi aprovado e irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 1965

(Nº 2.655-B, DE 1965, NA ORIGEM)

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento de televisão destinado a Rádio Difusora São Paulo S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licitação nº DG-64-2353-2692, emitida pe-

la Carteira de Comércio Exterior, importado pela Rádio Difusora São Paulo S. A.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1965 (nº 2.663-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências, tendo Parecer favorável sob nº 526, de 1965, da Comissão de Finanças.

Sobre a mesa emenda, que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte:

EMENDA Nº 1

Substitua-se o art. 3º, pelo seguinte:

Art. 3º A fim de ocorrer a despesa do pagamento do subsídio, ora extinto, fica criado um adicional de 3% sobre o imposto de importação durante os exercícios de 1965 e 1966.

Justificação

Nota-se que existe o adicional, mas não existe o imposto respectivo.

A emenda cuida de implantar o tributo. — Senador Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A matéria sairá da Ordem do Dia, para audiência das Comissões de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda e da Comissão de Finanças sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 41, de 1965, que suspende a execução do § 2º do art. 32 do Regimento de Custas do Estado de Goiás, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça com conclusão de seu Parecer nº 476, de 1965).

Em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado; irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41, DE 1965

Suspende a execução do § 2º do art. 62, do Regimento de Custas do Estado de Goiás, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada no Recurso Extraordinário nº 15.861, do Estado de Goiás.

Art. 1º E' suspensa a execução do § 2º do art. 62 do Regimento de Custas do Estado de Goiás, julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada no Recurso Extraordinário número 15.861, do Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 1965, que suspende a execução do ato nº 998, de 1936, da Municipalidade de São Paulo, que versa sobre taxa de registro e fiscalização adicional a imposto declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 477, de 1965).

Em discussão. (Pausa).
Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Foi aprovado.

Irà a Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 1965

Suspende a execução do Ato número 998, de 1936, da Municipalidade de São Paulo, que versa sobre taxa de registro e fiscalização adicional a imposto.

Art. 1º E' suspensa a execução do Ato nº 998, de 1936, da Municipalidade de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução número 43, de 1965, que suspende a execução do art. 104, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 92 e seus parágrafos da Lei do mesmo Estado número 109, de 16 de fevereiro de 1948, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer número 478, de 1965).

Em discussão. (Pausa).
Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação. (Pausa).

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Foi aprovado.

Irà a Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43, DE 1965

Suspende a execução do artigo 104, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do artigo 92 e seus parágrafos da Lei do mesmo Estado nº 109, de 16 de fevereiro de 1948.

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 23 de setembro de 1957, na Representação nº 314, do Procurador-Geral da República, a execução do art. 104, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e do art. 92 e seus parágrafos da Lei do mesmo Estado nº 109, de 16 de fevereiro de 1948.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1965, que suspende a execução do

Lei n.º 326, de 10 de julho de 1951, do Estado do Rio Grande do Norte, julgada inconstitucional em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada no Recurso de Mandado de Segurança n.º 2.375, daquele Estado (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 430, de 1965).

Em discussão. (Pausa).

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Foi aprovado.

Irà a Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45, DE 1965

Suspende a execução da Lei número 326, de 10 de julho de 1951, do Estado do Rio Grande do Norte, julgada inconstitucional, em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada no Recurso de Mandado de Segurança n.º 2.375, daquele Estado.

Art. 1.º E' suspensa a execução da Lei n.º 326, de 10 de julho de 1951, do Estado do Rio Grande do Norte, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, prolatada no Recurso de Segurança n.º 2.375, daquele Estado.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 48, de 1965, que suspende, em parte, a execução do art. 102 da Lei número 321, de 8 de janeiro de 1949, do Estado da Paraíba, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 481, de 1965).

Em discussão. (Pausa).

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

Irà a Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 46, DE 1965

Suspende, em parte, a execução do art. 102 da Lei n.º 321, de 8 de janeiro de 1949, do Estado da Paraíba.

Art. 1.º E' suspensa a execução do art. 102 da Lei n.º 321, de 8 de janeiro de 1949, do Estado da Paraíba, na parte em que assegura aos funcionários municipais as mesmas vantagens atribuídas aos servidores estaduais pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, de 20 de junho de 1950, no Recurso Extraordinário n.º 29.888, da Paraíba.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai se passar ao item 14.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 47, de 1965, que suspende a execução da Lei n.º 1.877, de 10.4.1950, de Mato Grosso, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 482, de 1965).

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem de ele fazer uso da palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47, DE 1965

Suspende a execução da Lei número 1.077, de 10.4.50, de Mato Grosso.

Art. 1.º E' suspensa a execução da Lei n.º 1.077, de 10.4.50, do Estado de Mato Grosso, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai se passar ao item 15.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 56, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Abel Ferraz de Macedo, Adjunto de Conservador de Documentos, PL-7, da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. SILVESTRE PERICLES: Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE: — (Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Silvestre Pericles, para encaminhar a votação.

O SR. SILVESTRE PERICLES:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, nobres Senadores, com muito prazer venho expor ao Senado da República que o nosso funcionalismo, tantas vezes elogiado, merece esses encontros.

Quero referir-me, a ora, a um modesto funcionário, Abel Ferraz de Macedo, que pediu aposentadoria com 35 anos de serviço.

Oitum cum dignitate — frase atribuída a Cícero, que tinha razão, naquela época e ainda hoje a tem. Abel Ferraz de Macedo ingressou no serviço público ainda jovem; guardacivil na gestão do Senador Filinto Müller até 1953, quando foi nomeado para o Senado. Teve quatorze elogios, nove coletivos e cinco individuais; presta serviço ao Senado desde 1946. Nunca teve uma falta sequer, mesmo abonaada.

E amigo de todos os seus companheiros e queridos por todos eles. Declarou-me, de viva-voz, que deixava o Senado com pesar.

A um homem dessa categoria, Senhor Presidente, não posso deixar de a ele me referir para com sinceridade, dizer que é digno dos nossos louvores e a sua aposentadoria deve ser concedida.

Aqui no Senado, para fazer uma síntese, temos o Diretor-Geral, Evandro Mendes Viana e Isaac Brown, que são exemplos para o funcionalismo do Senado (Palmas); no Quadro Anexo, Dona Maria Coelho, funcionária digna o

trabalhadora e na Garagem, que é um serviço humilde, modesto, desdedit de Miranda, na Av. Nabara.

Sr. Presidente, os funcionários do Senado, posso dizer, quase sem exceção, merecem todo o nosso acatamento. Trabalham com dignidade e com civismo. Tendo estado no Rio ultimamente, um deles me escreveu esta cartinha, que peço licença para ler perante V. Ex.ª e o Senado:

"Sr. Senador:

Dirijo-me a V. Ex.ª nesta hora tão difícil e atribulada em que a coletividade sente a inquietude e apreensão das atribuições em que é legado o Sr.

Senhor Senador, é com grande satisfação e muito sensibilizado que tomo a liberdade de dirigir-me a V. Ex.ª pela maneira carinhosa e humana com que tem me tratado e aos demais colaboradores da luta diária. E mesmo nos estimulando, falo em nome dos meus subordinados, com sua presença e orientação segura, tem nos transmitido todo o estímulo para que possamos levar adiante a nossa via crucis.

Sentimo-nos orgulhosos quando sabemos que V. Ex.ª, com elevado espírito altruístico, compreendeu e sentiu que nos desempenhamos bem das nossas funções.

E com respeito e admiração que agradecemos a tudo que nos tem proporcionado".

Ora, Sr. Presidente, um funcionário modesto escreve desta maneira. Eu, Senador da República, é que peço desculpas a eles por não ter correspondido, até hoje, à dignidade desses servidores da nossa Pátria!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para prosseguir na discussão, da-la-ei como encerrada. — (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o projeto. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Aprovado.

O projeto voltará à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 16:

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 155, de 1965, em que o Sr. Senador Vasconcelos Torres solicita a convocação do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social para comparecer perante a Plenária do Senado, a fim de prestar esclarecimentos sobre o problema do desemprego no País.

Em discussão o requerimento. — (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

A Mesa fará, ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, a necessária e devida comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 17:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (n.º 188-A-84, na Casa de origem) que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado em 13 de janeiro de 1950 entre a

União Federal e o Banco do Brasil S. A., para funcionamento e execução dos serviços de Caixa de Mobilização Bancária, tendo pareceres favoráveis, sob n.º 401 e 402 de 1965 das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 133, DE 1964

N.º 188-A, de 1964, na Casa de Origem

Autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado em 13 de janeiro de 1960 entre a União Federal e o Banco do Brasil S. A., para funcionamento e execução dos serviços da Caixa de Mobilização Bancária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado em 13 de janeiro de 1960 entre a União Federal e o Banco do Brasil S. A., para funcionamento e execução dos serviços da Caixa de Mobilização Bancária.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 18:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 140, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (n.º 66-A-61, na Casa de origem) que mantém o ato que autorizou o registro sob reserva de que trata a apostila lavrada com base na Lei n.º 1.050 de 1950, combinada com as Leis n.º 2.229-50 e 2.745-56, relativa à aposentadoria de Haidée Cabral Huguet, reformando a decisão do Tribunal de Contas da União que denegou registro àquele ato, tendo pareceres favoráveis, sob n.º 403 e 404 de 1965, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 140, DE 1964

(N.º 66-A, de 1961,

na Casa de origem)

Mantém o ato que autorizou o registro sob reserva de que trata a apostila lavrada com base na Lei n.º 1.050-50, combinada com as Leis n.º 1.229-50 e 2.745-56, relativa à aposentadoria de Haidée Cabral Huguet reformando a decisão do Tribunal de Contas da União que denegou registro àquele ato.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É mantido o ato do Presidente da República que autorizou

o registro sob reserva da apostila lavrada com base na Lei nº 1.050-50, combinada com as Leis de números 1.229-50 e 2.745-56, no título de aposentadoria de Haidée Cabral Huguet, Praticante de Frágio, referência VI, extranumerário-mensalista, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal, ficando reformada a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, tomada em reunião de 17-3-59.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 19:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 4, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 197-A-64, na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que recusa registro a contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Senhor Ortegal Benevides de Azeredo para, no Instituto de Óleos, desempenhar a função de Professor de Óleos Essenciais e de Alcalóides, tendo Pareceres Favoráveis (ns. 551 e 52, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1965

(Nº 197-A, de 1964, na origem)

Mantém ato do Tribunal de Contas da União que recusa registro a contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Sr. Ortegal Benevides de Azeredo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União de recusa de registro a contrato celebrado em 2 de março de 1954, entre o Ministério da Agricultura e o Sr. Ortegal Benevides de Azeredo para, no Instituto de Óleos, desempenhar a função de Professor de Óleos Essenciais e de Alcalóides.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 20:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 6, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 202-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro aos termos do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, destinado à aplicação da verba de Cr\$ 1.353.040, correspondente a 63% das dotações de 1963, para ampliação e melhoramentos do prédio da referida entidade, tendo Pareceres favoráveis (ns. 405 e 406, de 1965) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1965

(Nº 202-A de 1964, na Casa de origem)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro aos termos do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o ato do Tribunal de Contas da União, que denegou registro aos termos do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País e o Ginásio Salesiano Dom Bosco, destinado à aplicação da verba de Cr\$ 1.353.040, correspondente a 63% das dotações de 1963, para ampliação e melhoramentos do prédio da referida entidade, realizado em 19 de março de 1964.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 21:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 7, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 185-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Sr. Otávio Miranda e sua mulher, Erminda Crillete Miranda, tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 529 e 530, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1965

(Nº 185-A, de 1964, na Casa de origem)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Sr. Otávio Miranda e sua mulher, Dona Erminda Crillete Miranda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União que recusou registro ao contrato celebrado em 1º de dezembro de 1963 entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e o Sr. Otávio Miranda e sua mulher, Dona Erminda Crillete Miranda, para financiamento das obras destinadas à ampliação do

terras de sua propriedade, situadas no Município de Campo Maior, Estado do Piauí.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 22:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 11, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 174-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Santa Catarina, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 531 e 532, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra, dou a discussão como encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1965

(Nº 174-A-64 na Câmara)

Mantém decisão denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas da União que negou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para aplicação do crédito orçamentário de Cr\$ 500.000 destinado à construção do Necrotério do Hospital de Caridade, a cargo daquela Irmandade.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 23:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 24, de 1963, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que confere a cidadania brasileira a Winston Leonard Spencer Churchill (projeto aprovado em primeiro turno nos termos do 2º Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça), tendo Parecer da Comissão de Redação sob nº 606, de 1965, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto.

O SR. AURÉLIO VIANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente Srs. Senadores, o projeto de lei do Senado que confere a cidadania brasileira a Churchill, herói civil da última guerra, tem uma justificação que levou, ao certo, aquelas comissões que sobre ele se pronunciaram à sua aceitação.

Fui informado de que o projeto havia sido emendado. Agora, está chegando às mãos, a emenda. Como

todo mundo sabe, Churchill morreu antes da aprovação do projeto, e não val ter a satisfação de tomar conhecimento desta lei que lhe concedeu, ou que lhe vai conceder o título de cidadão brasileiro.

O autor do projeto apresenta, na sua justificação, alguns pensamentos que merecem ser apreciados. Este, por exemplo, de que qualquer decisão política implica necessariamente numa opção entre o bem e o mal. Logo, em concedendo o título de cidadão brasileiro a Winston Leonard Spencer Churchill, fizemos uma opção a favor do bem contra o mal, que ao certo, está corporificado em Hitler. Entre o gênio do mal e o gênio do bem, ficamos com o gênio do bem que, naturalmente, é Churchill, concedendo-lhe esta honra, "post-mortem", de ser cidadão brasileiro.

Ultimamente, há surgido neste Senado proposições de interesse internacional, proposições que há alguns anos não teriam merecido qualquer acolhida. Mas, esta tem um significado: é o de se ressaltar a luta e o desprendimento do velho cidadão britânico que, enfrentando todos os percalços, todos os perigos, lutou contra o totalitarismo e a favor da Democracia, nunca tendo classificado como democracia cristã ou anti-cristã, mas Democracia, esse sistema de governo que tanto porfiamos em adotar. Já está no Senado aquele outro projeto que elege Tiradentes nome tutelar da nação brasileira, o patrono da nação brasileira.

E assim vão se sucedendo os projetos de cunho patriótico, de cunho universal, numa prova de que não esquecemos aqueles que se sacrificaram pela liberdade. E o autor do projeto que transforma Tiradentes no patrono da Nação brasileira, é um dos membros eminentes do bloco revolucionário. Está naquela linha dos que recordam e vivem de recordar, dos que desejam e vivem de desejar a implantação plena, de fato e de direito, do sistema democrático de Governo. Ao certo o autor daquela outra proposição estava, como está, com a fração de Tiradentes na sua cabeça e, ao certo, no seu coração: — liberdade ainda que tardia. Fica-lhe bem, portanto, como um dos componentes do bloco, a defesa dessa tese: *Libertas quæ sera tamen*, com licença do Monseñor Gurgel. (Riso.)

Mas, Senhor Presidente, não comentaremos um projeto deste porte, refiro-me ao que dá cidadania brasileira a Churchill, não ficaria bem, porque assim não estaríamos revelando o nosso entusiasmo pela proposição no seu objetivo final.

Se tivessem pensado muito bem, teria acrescentado, através de uma emenda, o pensamento de que deveríamos comunicar à Sua Majestade Britânica esta nossa atitude, ao Parlamento Britânico esta nossa decisão, à própria O. N. U. desse nosso amor às liberdades do homem e de cidadãos incorporados na figura extraordinária do velho Churchill.

A emenda assim está concebida:

"E' concedido o título honorífico "post mortem" de cidadão brasileiro a Winston Leonard Spencer Churchill".

O projeto havia sido apresentado antes da morte de Churchill — ... 14.5.63 — e por isso mesmo seu autor não havia escrito o "post-mortem".

Sr. Presidente, eu apenas queria, com estas palavras, fixar uma posição, não deixar que o projeto fosse aprovado sem qualquer comentário, sem uma palavra de apreço pela figura daquele homem extraordinário, que não é apenas um cidadão brasileiro, mas cidadão universal, do mundo inteiro, de todos os povos, de todas as Pátrias.

O Sr. Gilberto Marinho — E um dos maiores parlamentares do mundo.

O SR. AURÉLIO VIANA — Como diz o nobre Senador Gilberto Marinho, um dos maiores parlamentares. Eu acrescento: um dos maiores oradores, segundo li, de todos os tempos, de todas as épocas, de todas as idades.

O Senador Vasconcelos Torres com a sua proposição demonstrou esse interesse que deve ser traduzido como reverência toda especial àquela que, se ainda vivo, estaria manifestando suas grandes preocupações pela sorte da Humanidade, que, novamente, está sob a ameaça de outra guerra, sem que aqueles grandes homens, que tanto lutaram pela dignidade humana, pelo bem-estar dos povos estejam nos seus postos — como vivos — a defender os grandes ideais por que todos os democratas se batem. Mas como dizem que, cada vez mais, os mortos governam os vivos, espero que o pensamento central da filosofia de Churchill "pela liberdade humana acima de tudo" seja preservado e que se lembre a Humanidade daquelas vulturas grandiosas que se esgotaram na defesa desses princípios fundamentais que dão dignidade ao homem e ao cidadão. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua a discussão do projeto, em segundo turno, nos termos do segundo substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado em primeiro turno. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-la-ei como encerrada. (Pausa)

Encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que o segundo substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça seja submetido a votos, é dado como definitivamente aprovado, nos termos do Art. 272-A do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

E' o seguinte o substitutivo aprovado.

Concede o título honorífico "post mortem" de cidadão brasileiro a Winston Leonard Spencer Churchill.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedido o título honorífico "post mortem" de cidadão brasileiro a Winston Leonard Spencer Churchill.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama):

Discussão em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 265-A do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1963, de autoria do Sr. Senador Melo Braga, que determina a inclusão, nos cursos de História Natural, das Faculdades de Filosofia da Cadeira de Genética como anexo da cadeira de Biologia, tendo Pareceres (ns. 407, 408 e 409, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça, pela rejeição, por injuricidade; de Educação e Cultura, pela rejeição, de Finanças, pela rejeição.

Em discussão a preliminar da juridicidade. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação quanto a esta preliminar.

Vota-se o projeto que tem parecer contrário.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O projeto foi rejeitado e será arquivado.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1963

Determina a inclusão, nos cursos de História Natural, das Faculdades de Filosofia da Cadeira de Genética como anexo da cadeira de Biologia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Faculdades de Filosofia, em todo o território nacional, incluirão, nos currículos dos seus cursos de História Natural, como disciplina básica, anexa à Cadeira de Biologia, a Cadeira de Genética.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor no ano letivo seguinte àquela em que for sancionada, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 2, de 1965, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que assegura facilidades para o exercício do direito de representação, tendo Parecer sob nº 341, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do substitutivo que apresenta (Emenda nº 1-CCJ) com voto vencido do Sr. Senador Edmundo Levi.

Em discussão o projeto com a emenda.

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o projeto ora em exame, foi inspirado no exemplo de uma providência adotada por Lázaro Cárdenas, ao assumir o Governo mexicano, exercendo-o entre 1934 e 1938. Encontrou aquele ilustre homem público a sua pátria em situação conturbada, quase sob regime de terror. Em pregação perante o seu povo, dizia que o mexicano deveria compreender a hipótese de ser governado por um regime livre do terror. Para que pudesse saber o que se passava por toda a extensão do território da sua pátria, mandou que o Telegrafo ficasse à disposição de quem quer que quisesse, durante uma hora por dia, representar contra arbitrariedades, contra injustiças, contra perseguições praticadas por autoridades ou por particulares. Assim Cárdenas pôde implantar um regime de respeito e de ordem em sua pátria.

O objetivo deste meu projeto é permitir que as distantes populações de minha pátria possam fazer chegar ao mais alto representante do poder político do País as suas queixas, a fim de que sejam dadas as soluções, o que nem sempre ocorre às violências, às perseguições e às injustiças locais.

Permite o projeto por mim apresentado que qualquer pessoa do povo se dirija gratuitamente, sem qualquer despesa, ao Sr. Presidente da República, a fim de lhe narrar o que ocorre, seja em lugar distante do Acre ou do Amazonas, seja nas fronteiras do Rio Grande do Sul. Que o brasileiro, em qualquer oportunidade, tenha o direito de expor ao mais alto Mandatário do seu País as suas queixas, pedindo-lhe providências contra arbitrariedades pelas quais não podemos, em consciência, responsabilizar o próprio Sr. Presidente da República.

Entretanto, Sr. Presidente, o eminente Relator, o nobre Senador Jefferson de Aguiar, possivelmente não apreendendo bem o sentido da pro-

posição, e, ao mesmo tempo, querendo regulamentar, definitivamente, o direito de representação, apresentou Substitutivo que, em verdade, não atende aos objetivos colimados no projeto original.

S. Exa. inspirou-se demais, possivelmente, no Art. 158, do Código de Processo Civil e deu um ritmo ao seu substitutivo quase de definição de fóro, de sorte a dificultar, ao em vez de facilitar, a representação dos humildes ao Sr. Presidente da República.

Assim, Sr. Presidente, não é possível exigir-se, em lugares distantes, onde, normalmente, uma vez por mês, passa o Correio itinerante, o reconhecimento de firma. E' forma quase somente conhecida pelos bacharéis do Fóro para as petições.

O Substitutivo apresentado, não consta do Avulso. Traz ele a formalística própria das petições de fóro.

Não é este, no entanto, o objetivo da proposição por mim formulada e submetida à apreciação da Casa. O objetivo é pôr o homem do povo em contacto com o mais alto Mandatário da República, evitar as formalidades, a fim de que a população mesmo distante possa dizer o que sente e recorrer e pedir o apoio ou o remédio para os males e perseguições de que seja vítima.

Assim, Sr. Presidente, se a Casa adotar o Substitutivo apresentado pelo eminente Senador Relator na Comissão de Constituição e Justiça, já não terá nenhum significado esse direito que o projeto original pretende estabelecer.

Começa que, além dessas formalidades, S. Exa. não manda, não autoriza que o particular se utilize dos recursos de que o Governo já dispõe para que possa formular suas reclamações. O particular terá que formular petição com as formalidades impostas pela lei, com firma reconhecida, com todo o histórico, como se fosse um bacharel a peticionar perante o juiz.

Assim, o povo, na sua linguagem simples, nunca poderia expor ao Sr. Presidente da República as suas queixas; teria que recorrer a um professor.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, dizendo que há divergência total entre o projeto por mim formulado e o substitutivo do nobre Sr. Relator na Comissão de Constituição e Justiça, apelo à Casa para que adote a fórmula original do projeto, porque, se assim não for, estaremos regulamentando definitivamente o direito de representação, mas, ao mesmo tempo, também tirando definitivamente ao povo o direito de fazer chegar ao Sr. Presidente da República os seus reclamos.

Peço assim à Casa que apoie o projeto original e rejeite o substitutivo. (Muito bem)

O SR. VICENTE AUGUSTO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Vicente Augusto.

O SR. VICENTE AUGUSTO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto nº 2, de autoria do nobre Senador Edmundo Levi, recebeu da Comissão de Constituição e Justiça nova configuração. O projeto visa a concessão de facilidades para qualquer reclamação, ao Poder Público; todavia, o substitutivo, o que faz é regular o § 3º, do art. 141, da Constituição Federal.

Em face do substitutivo, entendemos de submeter à consideração da Casa algumas emendas à proposta da Comissão de Constituição e Justiça, e que são as seguintes: (Lê)

EMENDA Nº

Substitua-se, pela seguinte, a redação da emenda constante do Projeto:

"Estabelece normas para o exercício do direito de representação".

Justificação

O substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça deu nova configuração ao projeto.

Este, tal como foi proposto, visa à concessão de facilidades a quem formule reclamação contra abusos do poder econômico.

Pretende, em síntese, isentar das despesas postais ou telegráficas os autores de denúncias ou reclamações feitas através do Departamento dos Correios e Telégrafos.

O substitutivo, todavia, estatui normas para o exercício do direito de representação contra abusos de autoridades, assegurado pelo § 47 do art. 141 da Carta Magna.

A repressão ao Poder Econômico, prevista no art. 148 da Constituição Federal, já é regulada pela Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962.

Sala das Sessões do Senado Federal, em Brasília, 12 de maio de 1965. — Senador Vicente Augusto.

A segunda emenda está assim redigida: (Lê)

EMENDA Nº

Acrescente-se ao art. 3º do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça o seguinte:

"Parágrafo único. Na hipótese de requerimento dirigido ao Poder Legislativo, caberá a este designar comissão para dar parecer, no prazo fixado neste artigo."

Justificação

Pontes de Miranda, em exegese ao § 37 do art. 141 da Constituição Federal, ressalta que os poderes públicos são adstritos apenas a proferir despacho, ou designar comissão que estude as reclamações feitas. Adverte, porém, que o Poder Legislativo não pode deixar de designar comissão *ad hoc*, ou permanente, que dê parecer, sujeito, ou não, a plenário. (Comentário à Constituição de 1946, 3ª edição, Tomo V, pag. 394).

A emenda, arrimada no ensinamento de tão insigne constitucionalista, é, evidentemente, irrecusável.

Sala das Sessões do Senado Federal, em Brasília, 12 de maio de 1965. — Senador Vicente Augusto.

Outra emenda, Sr. Presidente, diz o seguinte: (Lê)

EMENDA Nº ...

Dê-se ao art. 6º do Substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça a seguinte redação:

"Art. 6º O exercício ilegítimo do direito de petição ou representação sujeitará o requerente à sanção do art. 339 do Código Penal".

Justificação

A pena somente deve ser imposta quando o autor da petição ou representação houver formulado a imputação certo da inocência da autoridade contra quem a fez.

Configura-se, nessa hipótese, o crime de denunciação caluniosa, motivo por que o diploma legal deve indicar, sem reboços, de mo-

do preciso, a sanção penal em que incide o agente.

Sala das Sessões do Senado Federal, 12 de maio de 1965. — *Vicente Augusto*.

São estas as nossas considerações, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua a discussão do projeto, com emenda. (Pausa).

Se nenhum Senhor Senador pedir a palavra, para prosseguir a discussão, eu a encerro.

Está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa requerimento de preferência para o projeto, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

Requerimento nº 228, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra p, e 239, nº I, do Regimento Interno, requerio preferência para o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1965, a fim de ser submetido à apreciação do Plenário antes da respectiva emenda.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1965. — *Edmundo Levi*.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento de preferência que acaba de ser lido.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Concedida a preferência, em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

É o seguinte o projeto que acaba de ser aprovado, e que voltará à Ordem do Dia para segundo turno. Fica assim prejudicado o substitutivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 1965

Assegura facilidades para o exercício do direito de representação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Qualquer do povo, independentemente de despesas, poderá representar ao Presidente da República e reclamar providências contra excessos, omissão, negligência e práticas ilícitas de autoridades, bem como contra abusos do poder econômico.

Parágrafo único. A representação será por escrito e quando utilizada via postal ou telegráfica, a repartição por cujo intermédio for dirigida dará comprovante com a declaração de que se trata de representação autuada por esta lei.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

É o seguinte o Substitutivo prejudicado:

SUBSTITUTIVO

EMENDA Nº 1-CCJ

Art. 1º O direito de petição ou de representação, assegurado pelo § 3º do art. 141 da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, poderá ser exercido, individual ou coletivamente, mediante requerimento escrito, que conterá:

1) nome e cargo da autoridade a que é dirigido;

2) exposição dos fatos que doram origem ao procedimento;

3) indicação da lei aplicável ou do ato lesivo de direito;

4) nome, naturalidade, estado civil, profissão e residência do requerente;

5) firma do primeiro signatário reconhecida por notário público.

Art. 2º O requerente usará linguagem respeitosa, sob pena de devolução da petição para que dela se excluam os termos injuriosos ou ofensivos.

Art. 3º Recebida e informada a petição, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, salvo prorrogação, por igual prazo, no caso de diligência, a autoridade competente prorrogará despacho, que comunicará ao interessado, por escrito, sob pena de responsabilidade.

Art. 4º Indeferido o direito pretendido ou recusada a providência solicitada, o interessado poderá recorrer para a autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data do efetivo recebimento da comunicação do despacho.

Parágrafo único. Não havendo recurso, o processo será arquivado, definitivamente.

Art. 5º O requerente poderá exercer o direito de petição ou de representação por via telegráfica, com a indicação sumária dos fatos, nos casos de reconhecida urgência, mas o telegrama conterá obrigatoriamente a indicação de que a firma do remetente foi reconhecida por notário público.

Art. 6º O exercício ilegítimo do direito de petição ou de representação acarretará a responsabilidade criminal do requerente, na forma da legislação em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do substitutivo constante deste parecer, com a exclusão da matéria relacionada com o abuso do poder econômico, como consignado no projeto, porque lei especial, que criou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Lei número ..., de ... de ...), já lhe deu solução ampla e adequada.

Sala das Comissões, 9 de abril de 1965.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Fasse-se ao item seguinte:

Projeto de Lei da Câmara número 291, de 1964, (nº 1.189-B, de 1963, na Casa de origem), que concede, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e consumo, para importação de material destinado à fabricação de máquinas rodoviárias, de acordo com os planos de nacionalização aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR), tendo pareceres sob ns. 420, 421 e 422, de 1965, das Comissões de Economia, favorável com as emendas que oferece sob ns. 1-CE e 2-CE; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, no sentido de ser sobrestado o andamento do projeto para ulterior arquivamento, logo que for promulgada a lei objeto do Projeto nº 2.424-C-64 na Câmara e número 320, de 1964, no Senado; de Finanças, de acordo com o parecer da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pelo arquivamento.

Cabe à Mesa manifestar-se sobre a matéria e, assim, nesta oportunidade, é o projeto declarado sem viabilidade para sua tramitação, em virtude de ter sido seu objetivo colimado por lei devidamente sancionada.

A matéria vai, assim, no Arquivo, tendo sido feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados:

É o seguinte o projeto prejudicado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 291, DE 1964

(Nº 1.189-B, DE 1959, NA CASA DE ORIGEM)

Concede, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e consumo, para importação de material destinado à fabricação de máquinas rodoviárias, de acordo com os planos de nacionalização aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de dois anos a contar da publicação desta lei, a isenção dos impostos de importação e consumo, com exceção da taxa de despacho aduaneiro, para a importação de equipamentos industriais, sobressalentes e ferramentas, destinados à fabricação, no País, de máquinas rodoviárias e de suas peças, assim como das respectivas partes complementares da produção nacional, importadas de acordo com os planos de nacionalização previstos nos projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR).

§ 1º É excluído do benefício de que trata este artigo o material com similar nacional registrado.

§ 2º A isenção em causa se aplica também aos equipamentos importados, para a execução dos projetos industriais aprovados pelo GEIMAR, desembacados com esse benefício mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, de acordo com o que faculta o art. 42 da Lei nº 3.244 (Lei de Tarifas), de 14 de agosto de 1957.

Art. 2º A baixa do Termo de Responsabilidade referente à isenção de que trata esta lei, só será efetivada à vista da respectiva verificação fiscal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Foram dirigidas a esta Presidência algumas consultas sobre a comunicação feita anteriormente aos Senhores Senadores a respeito da exposição que deverá ser realizada amanhã, no Senado, pelo nobre Sr. Senador Mem de Sá.

Alguns Srs. Senadores indagarão da Mesa se a sessão de amanhã seria especialmente destinada à exposição do Sr. Senador Mem de Sá.

Devo esclarecer que não declarei, ao encho da comunicação por mim feita, que se tratava de uma reunião especial, mas que S. Exa. iria fazer sua exposição na sessão ordinária.

A Mesa, que tem competência para organizar a Ordem do Dia, fá-lo-á de maneira a que S. Exa. possa ocupar a maior parte do tempo desse período, apreciando uma ordem do dia de importância menor, que será logo esgotada, de modo a que o nobre Senador Mem de Sá tenha a sua inserção previamente assegurada, com a garantia de que todo o tempo será reservado à exposição que vai fazer ao Senado.

Esta foi a combinação com os Senhores Líderes de Partidos. A sessão de amanhã será, portanto, ordinária.

Sobre a mesa a Redação Final, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, que autoriza a Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, sob intervenção do Governo Federal, a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 1940.

Em discussão a redação final. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa).

É aprovada. A matéria volta à Câmara dos Deputados. Para a Comissão, há-la nessa Casa do Poder Legislativo, é designado o nobre Senador Lezerra Neto, seu relator na Comissão de Finanças.

É a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 624, de 1965

Redação, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1965 (nº 2.593, de 1935, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel.

A Comissão apresenta a redação, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1965 (nº 2.593, de 1935, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob intervenção do Governo Federal, a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1965. — *Sebastião Archer*, Presidente — *Walfredo Gurgel*, Relator — *Edmundo Levy*.

ANEXO AO PARECER Nº 624 DE 1965

Redação, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1965 (nº 2.593, de 1935, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República.

Substitua-se o projeto pelo seguinte:

Autoriza a "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob intervenção do Governo Federal, a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É a "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", Sociedade Mútua de Seguros Gerais, sob a intervenção do Governo Federal, que, subsidiariamente, responde pelas reservas técnicas atuais, autorizada a aumentar o "Fundo" de que trata o Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, com a incorporação da totalidade dos débitos fiscais para com a Fazenda Nacional, até 31 de março de 1973.

Art. 2º É autorizada a incorporação, ao aludido "Fundo", de todos os débitos da referida sociedade para com as instituições da Previdência Social, até 31 de março de 1965, inclusive as multas e juros de mora.

Art. 3º São cancelados os lançamentos relativos aos débitos mencionados nos artigos anteriores, bem como os respectivos processos fiscais da previdência social, arquivados com a criação desta lei.

Parágrafo único. São asseguradas aos empregados cujas contribuições para a Previdência Social foram descontadas, os direitos previstos na legislação vigente, cabendo ao Poder Executivo regulamentar a matéria.

Art. 4º O Poder Executivo promulgará estudos para a transformação da "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" em sociedade anônima, quan-

do, então, as quantias incorporadas ao "Fundo", de acordo com esta lei, passarão a constituir capital social da União e das Instituições de Previdência Social, respectivamente.

Art. 5º É isenta a "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil", até 31 de dezembro de 1965, dos recolhimentos que trata o art. 7º da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, passando a devê-los sobre as elevações das reservas técnicas feitas a partir de 1966.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passo a anunciar a Ordem do Dia para a sessão extraordinária, às 21.30 horas de hoje, e que é a seguinte:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1965 (nº 2.663-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 2.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial, e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 526, de 1965, da Comissão: — de Finanças e dependendo de pronunciamento; — da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o projeto e a emenda; e, — da Comissão de Finanças, sobre a emenda.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1965 (nº 2.653-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que prorroga os arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948, retroagindo a 28 de novembro de 1964, tendo Pareceres favoráveis (ns. 559 e 560, de 1965) das Comissões: — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 55, de 1965 (nº 2.706-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais, tendo Parecer favorável, sob nº 576, de 1965, da Comissão: — de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 56, de 1965 (nº 2.702-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação, quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros, tendo Pareceres favoráveis, sob números 592 e 593, das Comissões: — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 58, de 1965 (nº 2.659-B-65, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 875.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas relativas ao enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia, tendo Parecer favorável, sob nº 577, de 1965, da Comissão: — de Finanças.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 59, de 1965 (nº 2.656-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites, tendo Parecer favorável, sob nº 578, de 1965, da Comissão: — de Finanças.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 61, de 1965 (nº 2.662-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e do Comércio, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinado à construção do edifício da Praça Mauá número 7, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo Parecer contrário, sob nº 810, de 1965, da Comissão: — de Finanças, com votos vencidos dos Srs. Senadores Pessoa de Queiroz e Walfredo Gurgel.

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 62, de 1965 (nº 2.703-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre isenção de pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas com materiais, equipamentos ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob números 590 e 591, de 1965, das Comissões: — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 63, de 1965 (nº 2.704-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País, tendo Pareceres favoráveis (números 588, de 1965, e 589, de 1965) das Comissões: — de Projetos do Executivo, favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1 e 2 CPE; e — de Finanças, favorável.

10

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 64, de 1965 (nº 2.705-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará, tendo Pareceres favoráveis, sob números 586 e 587, de 1965, das Comissões: — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

11

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 118, de 1965, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Alvaro Gonçalves Americano Oliveira e Sousa para o Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

12

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 259, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Aurélio Vianna solicita

a transcrição, nos Anais do Senado, do Boletim do Quartel-General da Polícia Militar do Distrito Federal, por ocasião do transcurso do 156º aniversário da Corporação.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos).

ATA DA 53ª SESSÃO, EM 25 DE MAIO DE 1965

Extraordinária

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

Às 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Edmundo Levi
Arthur Virgílio.
Zacharias de Assumpção.
Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
Menezes Pimentel.
Antônio Jucá.
Vicente Augusto.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Salviano Leite.
Argemiro de Figueiredo.
Barros Carvalho.
Pessoa de Queiroz.
Ermirio de Moraes.
Silvestre Pêricles.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
Dyilton Costa.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Antônio Balbino.
Josaphat Marinho.
Jefferson de Aguiar.
Eurico Rezende.
Raul Giuberti.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Faria Tavares.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Padre Calazans.
Pedro Ludovico.
Milton Menezes.
Guido Mondin. (40)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há expediente a ser lido. Há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Gilberto Marinho.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, esta Casa tem tido conhecimento, pelo meio noticioso da imprensa, dos prejuízos Federal, combinado com o art. 345, causados pelas importações de assa-fetens II e III da Resolução nº 6, de 1960, e pela Resolução adicional a esse País, entre eles o Piauí, que tenho a honra de representar na Câmara Alta.

Esta própria tribuna tem sido eco de notícias semelhantes, dando conta de acontecimentos verificados em outras unidades federativas, a demonstrarem, destarte, o anseio e os apêlos generalizados.

Demonstro nesta oportunidade, Senhor Presidente, na mesma linha de apêlos ao Poder Executivo, as profundas preocupações que me assaltam, com as cheias calamitosas dos rios Poty e Parnaíba, entre outros. Foi atingida a cidade de Piracuruca, ocasionando-lhe acentuados prejuízos materiais, com numerosas famílias ao desabrigo e desorganizando a lavoura e a pecuária. Algumas vias de acesso, além disso, foram prejudicadas pelas cheias.

Urge, face ao exposto, que as autoridades federais marchem em auxílio daquela população flagelada, proporcionando-lhe recuperação agropecuária, emprego e teto aos desabrigados.

Apelo, Senhor Presidente, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e à SUDENE, inclusive para examinarem a viabilidade de estabelecer a ligação rodoviária, de aproximadamente trinta (30) quilômetros, entre a sede do município de Piracuruca e o povoado de São José.

Em sei, Senhor Presidente, que, ao abordar um problema peculiar a uma região de meu Estado, o assunto poderia despir-se de significado geral, esmaecendo-se, com isso, as cores reais da reivindicação. Mas, Senhor Presidente e Senhores Senadores, este apelo, que ora formulo às autoridades competentes, se recente do caráter de uma conglomeração, em prol de uma política geral de assistência às regiões atingidas por fenômenos dessa natureza. Os Estados, de regra, não possuem recursos materiais ou técnicos para o pronto atendimento de situações calamitosas e imprevisíveis. A faculdade de abrir créditos extraordinários, para atendimento dos casos de calamidade pública, esbarra na inexistência de recursos, por parte da maioria das unidades federativas, quase sempre enfiadas nas próprias dificuldades financeiras de rotina. Impõe-se, destarte, que nesta Casa, representativa por excelência, do princípio federativo, tais anseios encontrem particular ressonância.

Aí fica, Senhor Presidente, nessas breves considerações, o meu pedido de providências, com as esperanças de que os órgãos próprios da administração federal concedam assistência a aquele município piauiense, de cujo digno Prefeito, Sr. José Mendes de Moraes, acabo de receber caloroso e veemente apêlo. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa a redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1965, que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E lida o seguinte:

Parecer nº 625, de 1965

Redação final do Projeto de Resolução nº 58, que Apodera Abel Ferraz de Macedo, Adjunto de Conservador de Documentos, PL-7, da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 1965, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº DE 1965

Artigo único. É apresentado, nos termos do art. 1º da Constituição, o projeto de Resolução nº 58, de 1965, que Apodera Abel Ferraz de Macedo, Adjunto de Conservador de Documentos, PL-7, do Quadro

da Secretaria do Senado Federal, Abel Ferraz de Macedo.
Sala da Comissão Diretora, em 25 de maio de 1965. — *Nogueira da Gama* — Gilberto Marinho — Cattete Pinheiro — Joaquim Parente — Guido Mondin — Raul Glubert.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — Sobre a redação que acaba de ser lida, há requerimento de dispensa de publicação para a sua imediata apreciação, que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 269, de 1965

Nos termos dos arts. 211, letra p e 315, do Regimento Interno, requereu dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1965.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1965. — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — Passa-se à discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 56, de 1965.

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. Vai à promulgação. Está finda a hora do expediente.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Eduardo Assmar.

Josue de Souza.

Dix-Huit Rosado.

Lino de Mattos.

Filinto Müller.

Mello Braga.

Atílio Fontana.

Daniel Krieger.

Mem de Sá. (9).

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes na Casa 40 Senhores Senadores.

Item 1:

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1965 (nº 2.663-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial, e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 526, de 1965, da Comissão de Finanças e dependendo de pronunciamento — da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o projeto e a emenda.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e emenda.

Para tapto dou a palavra ao Relator desse órgão, o nobre Senador Menezes Pimentel.

O SR. MENEZES PIMENTEL:

(*Lê o seguinte parecer*). — Senhor Presidente, o projeto em exame vem a esta Comissão em face da emenda que lhe foi sugerida em Plenário — Emenda nº 1 — de autoria do Senador Eurico Rezende.

A emenda em aprço dá a seguinte redação ao art. 3º do Projeto:

Art. 3º A fim de ocorrer à despesa do pagamento do subsídio, ora extinto, fica criado um adicional de 3% sobre o imposto de importação durante os exercícios de 1965 e 1966.

A proposição, de iniciativa do Poder Executivo já foi objeto de apreciação

por parte da Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara, que a considerou jurídica e Constitucionalmente perfeita.

Sem maiores considerações, portanto, em razão da inexistência de quaisquer impedimentos de ordem jurídico-constitucional que o possa preterir, somos, pela aprovação do Projeto com a emenda sugerida.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — Solicito o parecer da Comissão de Finanças. Tem a palavra o Relator desse órgão, o nobre Senador Lobão da Silveira.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(*Para emitir parecer*). — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dispõe o Projeto em exame:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.177.207.330 (quatro bilhões cento e setenta e sete milhões, duzentos e sete mil e trezentos e trinta cruzeiros), para ocorrer o pagamento de parcela tarifária do subsídio de que trata o § 1º do art. 58 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, correspondente ao exercício de 1964.

Art. 2º O crédito aberto pela presente lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º A fim de ocorrer a despesa do pagamento desse subsídio, fica criado o imposto adicional de 5% (cinco por cento) sobre o imposto de importação de fertilizantes durante o exercício de 1965.

A emenda apresentada é no sentido da supressão da expressão de fertilizantes, com o objetivo de auxiliar o aumento da produção enunciado pelo Governo e durante o prazo reduzido de dois anos.

Nessas condições, a Comissão de Finanças opina pela aprovação da emenda que acompanha o projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — Os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças são favoráveis. A primeira se manifestou sobre o projeto e a emenda e a segunda sobre a emenda.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' a seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 53, de 1965

(Nº 2.663-B, de 1965, na origem)

Altera dispositivos da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.177.207.330 (quatro bilhões cento e setenta e sete milhões, duzentos e sete mil e trezentos e trinta cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de parcela tarifária do subsídio de que trata o § 1º do art. 58 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, correspondente ao exercício de 1964.

Art. 2º O crédito aberto pela presente lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º A fim de ocorrer a despesa do pagamento desse subsídio, fica criado o imposto adicional de 5% (cinco por cento) sobre o imposto de importação de fertilizantes durante o exercício de 1965.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

Art. 3º A fim de ocorrer à despesa do pagamento do subsídio, ora extinto, fica criado um adicional de 3% sobre o exercício de 1965 e 1966.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — A matéria vai à Comissão de Redação.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1965 (nº 2.653-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que prorroga os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948, retroagindo a 28 de novembro de 1964, tendo

PARÊCERES favoráveis (números 559 e 560, de 1965), das Comissões:

— de Projetos do Executivo e
— de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa). Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi aprovado. Irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 44, de 1965

(Nº 2.653-B, de 1965, na origem)

Prorroga os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam prorrogados por mais 5 (cinco) anos os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948.

Art. 2º Esta Lei retroagirá à data de 28 de novembro, de 1964.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 55, de 1965 (nº 2.706-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais, tendo parecer favorável, sob número 576, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa). Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

O projeto foi aprovado. Irá à sessão.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 55, de 1965

(Nº 2.706-B, DE 1965, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro e de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), assim discriminados: Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros) destinados ao pagamento de insalubridade aos associados do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro, no período de 1962, e Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinados a atender ao pagamento de serviços realizados, em navios do Lóide Brasileiro, por estaleiros nacionais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*). — Dos itens 4, 8 e 11 da Ordem do Dia constam matérias de votação secreta. Assim, para maior facilidade dos trabalhos e nos termos do art. 168, § 5º, da Resolução nº 76, de 1964, a Presidência deliberou reuni-las numa série, deixando-as para o final da sessão. (Pausa).

Passa-se, desta forma, ao item número 5.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1965 (nº 2.659-B-65, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 377.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas relativas ao enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia, tendo parecer favorável, sob nº 577, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão. (Pausa). Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra para a discussão, dá-lhe-ei como encerrada.

(Pausa).

Encerrada.

Em votação. (Pausa).

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. Irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 58, de 1965

(Nº 2.659-B, DE 1965, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 377.852.800 (oitocentos e setenta e sete milhões oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas relativas ao enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Edu-

cação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 877.352.800 (oitocentos e setenta e sete milhões oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzreiros), para atender às despesas relativas ao exercício de 1964 e decorrentes do enquadramento do pessoal da Universidade da Bahia, amparado pelo parágrafo único do art. 23, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, de acordo com a Resolução Especial nº 233, de 16 de julho de 1964, da Comissão de Classificação de Cargos, publicada no *Diário Oficial* de 29 do mesmo mês.

Art. 2.º O crédito especial de que trata a presente Lei será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1965 (nº 2.656-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Conselho Nacional de Telecomunicações, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzreiros), para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações dos Satélites, tendo parecer favorável, sob nº 578, de 1965, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)
Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa)
Foi aprovado. Irá à Comissão de Redação a fim de corrigir defeitos existentes na ementa.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59 — 1965

Nº 2.656-B. DE 1965, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda — Conselho Nacional de Telecomunicações — o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzreiros), para atender às despesas com a participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzreiros), consignado ao Conselho Nacional de Telecomunicações, para atender às despesas resultantes da participação do Brasil no Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélites.

Art. 2.º O crédito de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional observado o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 61, de 1965 (nº 2.662-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Indústria e do Comércio,

do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000, destinado à recuperação do edifício da Praça Mauá nº 1, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo parecer contrário, sob número 610, de 1965, da Comissão de Finanças, com votos vencidos dos Srs. Senadores Pessoa de Queiroz e Walfredo Gurgel.

Sobre a mesa requerimento de adiamento da discussão, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 270, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra 1, e 274, letra b, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1965, a fim de ser feita na sessão de 2 de junho de 1965.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1965. — Mem. de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência do Requerimento aprovado é concedido o adiamento.

Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1965 (nº 2.704-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País, tendo Pareceres (números 588, de 1965, e 589, de 1965) das Comissões — de Projetos do Executivo, favorável, com as emendas que oferece, sob números 1 e 2 CPE; e — de Finanças, favorável.

Sobre a mesa, requerimento de adiamento de discussão, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 271, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra 1 e 274, letra b, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do projeto de lei da Câmara nº 63, de 1965, a fim de ser feita na sessão de 2 de junho.

Sala das sessões, em 25 de maio de 1965. — Mem. de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Fica, em consequência, adida a discussão e votação do projeto para a sessão de 2 de junho próximo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1965 (nº 2.705-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará, tendo Pareceres favoráveis, sob números 586 e 587, de 1965, das Comissões: — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

Em discussão. (Pausa)
Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-los, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados (Pausa)

Está aprovado.

Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 1965

(Nº 2.705-B, de 1965 na origem)

Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará, federalizada pela Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (art. 3.º, item II), e incorporada à mesma Universidade pela Lei número 2.373, de 16 de dezembro de 1954, é desdobrada em duas unidades distintas, denominadas Faculdade de Farmácia da Universidade do Ceará e Faculdade de Odontologia da Universidade do Ceará.

Art. 2.º Os vinte e quatro cargos de Professor Catedrático, do Quadro do Pessoal — Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, são distribuídos igualmente entre as duas Faculdades.

Art. 3.º As denominações das cátedras serão adaptadas ao currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1.º A Congregação da Faculdade desdobrada procederá à adaptação, resguardando os interesses de ensino.

§ 2.º Os professores serão ouvidos antes de se processar a consequente apostila nos respectivos títulos, devendo ser-lhes assegurada plena defesa de seus interesses.

§ 3.º A apostila de que trata o parágrafo anterior será feita pela Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4.º Os servidores administrativos, atualmente lotados na Faculdade ora desdobrada, serão distribuídos, por ato do Reitor, entre as duas unidades universitárias instituídas pela presente Lei.

Art. 5.º Para possibilitar o imediato funcionamento da nova Faculdade, resultante do disposto nesta Lei, ficam criados um cargo de Diretor, símbolo 5-C, e uma função gratificada de Secretário, símbolo 3-F.

Art. 6.º No prazo de noventa dias, a contar da data da publicação desta Lei, a Faculdade de Farmácia da Universidade do Ceará e a Faculdade de Odontologia da mesma Universidade encaminharão projetos de seus Regimentos ao exame do Conselho Universitário, o qual, depois de apreciá-los, os submeterá à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados os Regimentos de que trata este artigo, aplicar-se-á, no que couber, o Regimento da Faculdade desdobrada.

Art. 7.º A Reitoria da Universidade do Ceará incumbirá promover as medidas indispensáveis ao funcionamento das duas Faculdades instituídas por esta Lei.

Art. 8.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão atendidas pelos recursos próprios, consignados no orçamento da União, em favor da Universidade do Ceará.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à matéria de votação secreta. Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1965 (nº 2.703-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre isenção de pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, por organizações internacionais ou por governos estrangeiros, desde que constem de acordo ou convênio com o Governo do Brasil.

gios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob números 590 e 591, das Comissões: — de Projetos do Executivo e — de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)
Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto. (Pausa)

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

Se todos os Srs. Senadores já votaram, darei como encerrada a votação. (Pausa)

Está encerrada.

Vai-se proceder à contagem. (Pausa)

Votaram sim 22 Srs. Senadores; votaram não 3 Srs. Senadores; houve 5 abstenções. Não se verificou quorum. Vai-se proceder à chamada para a verificação de presença.

O Sr. 1.º Secretário vai proceder à chamada de Norte para o Sul.

Procede-se à chamada.

RESPONDE A CHAMADA OS SENHORES SENADORES

Edmundo Levi — Zacharias de Assumpção — Cattete Pinheiro — Lobão da Silveira — Eugênio Barros — Sebastião Archer — Joaquim Parente — Menezes Pimentel — Antônio Jucá — Dinarte Mariz — Walfredo Gurgel — Salviano Leite — Argemiro de Figueiredo — Barros Carvalho — Pessoa de Queiroz — Silvestre Péricles — Rui Palmeira — Heribaldo Vieira — Dylton Costa — José Leite — Aloysio de Carvalho — Raul Giuberti — Vasconcelos Torres — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Benedito Valladares — Nogueira da Gama — Padre Calazans — Pedro Ludovico — Filinto Müller — Atílio Fontana — Guido Mondin — Daniel Krieger — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Responderam à chamada 34 Srs. Senadores. Havendo quorum regimental, vai-se repetir a votação.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se proceder à apuração.
Votaram 37 Senhores Senadores.
Votaram "sim" 32 Senhores Senadores; "não" 3 senhores Senadores; houve 2 abstenções.

O projeto foi aprovado.

Irá à Comissão de Redação para sanar defeito existente na ementa:

— E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 1965

(Nº 2.703-B-65, na Casa de origem)

Dispõe sobre isenção do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, por organizações internacionais ou por governos estrangeiros, desde que constem de acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, isenta do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, por organizações internacionais ou por governos estrangeiros, desde que constem de acordo ou convênio com o Governo do Brasil.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se, por igual, ao pagamento de despesas de capatazia e armazenagem e demais taxas portuárias, quando se tratar de ancoradouros cuja exploração foi concedida a governos estaduais ou municipais ou a empresas particulares.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 12.739.533 (doze milhões setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas de capatazia e armazenagem de 1.757.211 quilogramas de leite em pó, doados pelo programa "Alimentos para a Paz" à Comissão Nacional de Alimentação, do referido Ministério.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1965, nº 2.702-B-65, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação, quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros, tendo pareceres favoráveis, sob números 592 e 593, das Comissões: — de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Procede-se à votação.

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram "sim", 29 Srs. Senadores; votaram "não", 4 Srs. Senadores. Houve 2 abstenções.

O projeto foi aprovado e irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 1965

(Nº 2.702-B de 1965, na Casa de origem)

Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os gêneros mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentos dos impostos de importação e de consumo dos emolumentos consulares, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de alojamento de portos e de renovação da Marinha Mercante, de despesas de armazenagem e capatazia e de quaisquer outras contribuições fiscais os gêneros, mercadorias e equipamentos doados ou importados para a Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde quer por organizações internacionais, quer por governos estrangeiros.

Parágrafo único. A importação dos bens a que se refere este artigo não fica sujeita a certificado de abertura cambial, nem a licença prévia da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 11:

Escolha de Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão da Economia sobre a Mensagem nº 118, de 1965, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Alcvaro Gonzalo Americano Oliveira e Souza para o Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Trata-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta. Solicito dos Srs. funcionários tomarem as providências nesse sentido.

A sessão transforma-se em sessão de 22 horas e 25 minutos e volta a ser pública às 22 horas e 40 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão pública.

Vamos passar ao item 12.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 259, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Aurélio Viana solicita a transcrição, nos Anais do Senado, do Boletim do Quartel-General da Polícia Militar do Distrito Federal, por ocasião do transcurso do 156º aniversário da Corporação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o Requerimento. (Pausa.)

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Será feita a transcrição pedida. (Pausa.)

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 26 de maio de 1965

(Quarta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Parecer nº 571, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº 723-P (f) de 30-8-62, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada deórdão do Recurso de Mandado de Segurança nº 8.392, de Minas Gerais, julgado a 18-10-61 inconstitucional (Parecer pelo arquivamento do Ofício em virtude de já haver sido suspensa a execução do art. 169 da Constituição do Estado de Minas Gerais, através da Resolução nº 21 de 1964).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 22 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR CATTETE PINHEIRO NA SESSÃO DE 24 DE MAIO DE 1965 QUE, ENTREGUE A REVISTA DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vimos à tribuna para breves comentários em torno de respostas recebidas a dois requerimentos de informações por mim formulados nesta Casa. No primeiro deles, dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura, solicitava algumas informações sobre assuntos relacionados ao problema da pesca em nosso País.

A resposta, enviada por S. Ex.^a, é assinada pelo Sr. Emílio Varoli, Superintendente da SUDEPE; e, no que tange ao produto nacional da pesca o que vimos foi a confirmação dos comentários por nós feitos, quando da formulação do nosso requerimento. Vemos que, no ano de 1961, por exemplo, o valor total da pesca de mar em nosso País, foi de 7 bilhões, 130 milhões, 650 mil cruzeiros; no ano de 1963, o valor foi de 25 bilhões, 520 milhões, 287 mil cruzeiros, sendo esta a resposta mais importante.

Com relação à situação da Frota Nacional da Pesca, diz o Sr. Superintendente da SUDEPE:

(Lendo)

"A frota nacional de barcos de pesca excetuando umas duas dezenas de barcos, é composta de barcos de madeira, desprovidos até de rádios, guinchos mecânicos, para não falarmos em ecosonda, equipamentos frigoríficos e outros, praticamente inexistentes. A quase totalidade dedica-se, por essas razões, à pesca costeira".

Diz ainda a informação:

"Os barcos estrangeiros, operados por firmas nacionais podem ser resumidos sumariamente: um barco de arrasto, Dinamarquês operado pela PISCAL, cerca de 4 barcos de arrasto e 2 baleeiros, operados pela Cia. de Pesca Tajyo; 3 baleeiros e 3 atumeiros operados pela INBRAPE".

A isso se resume a frota de pesca que opera nas costas do Brasil, o que demonstra a precariedade que vem cercando essa atividade, em nosso País.

Pretendíamos, em continuação ao estudo desses problemas, encaminhar ao Sr. Ministro da Agricultura um novo requerimento de informações já com relação às providências para sanar estas deficiências. Encontramos, entretanto, no jornal "O Globo" entrevista do Senhor Superintendente da SUDEPE, na qual afirma que foi enviado ao Governo, por intermédio do Senhor Ministro da Agricultura um texto de Mensagem a ser encaminhada ao Congresso Nacional, na qual exporia a situação do problema da pesca e quais as medidas propostas por S. S.^a como Superintendente daquele Departamento. Aguardaremos a chegada dessa Mensagem ao Congresso para voltarmos a esse assunto.

Já não se dá o mesmo com relação às respostas formuladas pelo Sr. Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com relação ao requerimento que formulamos sobre a situação, em que vem atuando aquele organismo regional.

Envia a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, através do Ministério Coordenador dos Organismos Regionais, relação dos adiantamentos pagos aos empreiteiros, pela RODOBRA, no ano de 1964. Remete, ainda, S. Ex.^a um balanço de demonstração do movimento financeiro daquela superintendência, no ano que passou e parte do corrente ano.

No requerimento que formulamos, solicitávamos, entre outras informações as seguintes: "Qual o total dos recursos recebidos pela "S.P.V.E.A." no exercício de 1964? "Qual a aplicação, especificamente, desses recursos?" Quais as despesas com pessoal, em Belém, Rio e Brasília?"

Pelos balancetes enviados verificamos o seguinte: a "S.P.V.E.A." recebeu, no exercício de 1963, Cr\$ 4.368.546.354, e, no exercício de 1964, Cr\$ 14.357.497.404 mais Cr\$ 5.000.000.000 do crédito especial votado pelo Congresso Nacional, em novembro de 1964. Da receita recebida empregou a S.P.V.E.A. Cr\$ 542.993.319, para pagamento de pessoal, enquanto, para atender a problemas de energia elétrica dispendeu Cr\$ 70.000.000; para o Fundo de Fomento à Produção, pagou a S.P.V.E.A. Cr\$ 1.339.914.000; para atender ao crédito rural, Cr\$ 19.000.000; para atender ao crédito industrial, Cr\$ 863.654.000 e para participações em investimentos outros, Cr\$ 756.500.000. Acusa ainda, de forma surpreendente, como saldo de dotações anuais de verbas: no exercício de 1963, Cr\$ 9.150; no de 1959, Cr\$ 6.472.850; no de 1960, Cr\$ 467.056; no de 1961, Cr\$ 17.697.654; no de 1962, Cr\$ 70.173.346, e, no de 1963, Cr\$ 558.322.624, num total de Cr\$ 653.142.669.

Atm, em 1963, a Superintendência recebeu 4 bilhões de cruzeiros e apresentou um saldo de 553 milhões.

É o que tenho procurado salientar nesta Casa: a incapacidade revelada pela administração daquele organismo regional no planejamento e aplicação dos recursos destinados à valorização Amazônica. E o fato com representante daquela região e para mostrar ao Poder Executivo a necessidade de uma mudança de orientação naquele organismo regional, desde que a nomeação de seu superintendente é de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

Perguntamos quanto havia sido gasto com pessoal em Belém, Brasília e Rio de Janeiro, em 1963, pelo fato de, numa entrevista, o Superintendente daquele organismo regional haver salientado ter encontrado no órgão um excesso de pessoal. Enquanto em 1963 aquele organismo gastou com pessoal a importância a que me referi, ao que temos nas respostas transmitidas vai gastar em 1965 mais de 3 bilhões de cruzeiros. Enquanto deve gastar somente cerca de um bilhão de cruzeiros com o fomento agrícola, vai gastar com pessoal mais de três bilhões de cruzeiros neste ano de 1965, sendo que mais de cento e cinquenta milhões com a chamada representação de Brasília e mais de cem milhões de cruzeiros com a chamada agência da Guanabara.

Ora, Sr. Presidente, o que nos tem causado espécie, é justamente a SPVEA ter de gastar mais de cem milhões de cruzeiros para manter funcionários no Estado da Guanabara, quando dispõe de representação na Capital da República que e onde, naturalmente, pode ser justificada a sua existência, para atender aqueles problemas de interesse do organismo regional.

Temos, então, para o ano de 1965, gasto de pessoal que atingirá mais de três bilhões de cruzeiros, o que significa, portanto, de acordo com o balanço que me foi enviado, quase a verba de 1963, que foi de quatro bilhões e trezentos e setenta e oito milhões de cruzeiros.

Ainda, Sr. Presidente, o Superintendente da Valorização Econômica da Amazônia, numa entrevista ao jornal "O Globo", publicada em sua edição de dez deste mês, fez as seguintes referências:

"que a SPVEA era um instrumento que falhara às suas finalidades, com suas instalações mate-

riais diversificadas em mais de uma dezena de pardieiros, em diferentes bairros de Belém.

Entre cerca de quase 300 servidores, entalçou o Superintendente da SPVEA, desses se encontram os profissionalmente qualificados. Dois economistas, dois agrônomos, um técnico em pesca, um veterinário e um geólogo, septuagenário, há muito atingido pela compulsão.

Muito bem! Diz o Superintendente que se encontrou esses técnicos qualificados. Quais as providências tomadas por S. Exa. com relação ao pessoal ali encontrado, se ao invés de sua redução encontramos um aumento progressivo das respectivas despesas naquele órgão.

"A indústria de passagens e hospedagens em hotéis de luxo a pelegos e elementos subversivos atingia ao máximo, montando a soma de milhões de cruzeiros, e isso a título de valorização da Amazônia", afirma o Superintendente.

Pergunto eu: Quais as providências tomadas por S. Exa., desde que não se tem notícia, tomadas com relação às irregularidades verificadas ainda no início da atual administração?

Assinalou o General Barros Cavalcanti que "na sede da missão da FAO em Santarém, onde funciona um centro de treinamento técnico, os profissionais da corrupção da SPVEA inventaram uma "caixa preta", que se destinava a desviar importâncias das vendas da madeira da Missão da FAO".

Pergunto eu: Quais as providências tomadas, não conhecidas até o presente momento?

"Não existia na SPVEA, prosseguiu, um livro, um arquivo, um fichário que contivesse um registro de suas operações".

Pergunto eu, como está a situação, se até agora, nas informações remetidas ela se resume à remessa de um balancete, sem especificar as operações porventura feitas?

"Declarou ainda, que adotou providências para, dentro das possibilidades orçamentárias da S. P. V. E. A., atender às necessidades do Banco de Crédito da Amazônia, canalizando para aquela instituição o que lhe era devido em 1964, ...

... bem como os saldos de exercícios anteriores, acrescidos da importância de 1,5 bilhão de cruzeiros".

Se era devido ao Banco, esse numerário, nada mais está sendo feito do que o cumprimento de dispositivo legal.

Diz mais o Superintendente daquele órgão, que contratou

"serviços da empresa Montor do Grupo Montreal, especializada em consultoria e assessoramento técnico, e econômico. Essa firma terá por missão supervisionar, coordenar e orientar os trabalhos de um grupo de técnicos da SPVEA e da própria empresa, objetivando a elaboração de um plano de desenvolvimento para a Amazônia, que chamou de Plano de Ação Administrativa".

Procurando saber que empresa era a Montreal, as informações que recebi foram as seguintes: a Montreal é firma com especialidade em montagem de refinarias. Não tem experiência alguma na região amazônica, esse contrato foi feito sem concorrência pública, sem que os grupos técnicos da região fossem ao menos consultados. O valor do contrato com a Montreal é de mais de 100 milhões de cruzeiros.

Então, a Superintendência da SPVEA, sem concorrência, sem consulta aos técnicos da região — porque existem mesmo em Belém escritórios técnicos hoje exclusivamente dedicados ao planejamento econômico — a Superintendência da SPVEA paga a uma firma especializada em montagem de refinarias de petróleo com milhões de cruzeiros, para elaboração de um plano de ação administrativa, "orientando os trabalhos de um grupo de técnicos da SPVEA".

O Sr. Joaquim Parente — Permite-me V. Exa. um aparte.

O SR. CATETE PINHEIRO — Com prazer.

O Sr. Joaquim Parente — Nobre Senador Catete Pinheiro, a afirmação V. Exa. acaba de fazer sobre a firma Montreal, quero, a título de esclarecimento, dizer que se trata de uma firma que dispõe de uma seção de planejamento conhecida e constituída de técnicos de renome. Entre estes cito, por exemplo, o Dr. Sérgio Quintela, jovem economista já com largos serviços prestados ao País. A Montreal é uma firma composta de brasileiros e superintendida pelo Doutor Derek Herbert Lowel-Parker, homem com longa experiência, a quem conheço há muitos anos. Considero-a, assim, entre as mais idôneas e capazes, apta portanto, a prestar os seus serviços no ramo de planejamentos.

O SR. CATETE PINHEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Joaquim Parente, e eu absolutamente não ponho em dúvida a afirmação de S. Exa. sobre a capacidade da firma MONTREAL para planejamento. Unicamente causou-me espanto que uma firma, especializada em montagem de refinarias, fosse a escolhida para o estudo de planejamento econômico para a Amazônia sem concorrência pública, sem que os grupos de planejamento da região fossem consultados, pelo menos pela experiência de que dispõem e, ao mesmo tempo, pagando mais de cem milhões de cruzeiros para a realização deste estudo cujas diretrizes não conheço e que naturalmente aguardarei outra oportunidade para analisar melhor.

O que quero salientar é que justamente quando se atrai sobre uma organização, sobre um organismo regional e, portanto, sobre todos que ali trabalham, a pecha de desonestidade, vem o Superintendente da SPVEA e diz que a MONTREAL vai coordenar grupo de técnicos daquele órgão para o estudo a que se propõe. Com relação às atividades da RODOBRAS na Rodovia Belém-Brasília, o Superintendente da SPVEA que afirma ter sido esta a sigla da corrupção, — ao que me parece, terá dificuldades para explicar certos fatos.

Procuerei, por exemplo, verificar nas relações das firmas que receberam adiantamentos da atual Superintendência para a execução de obras na Belém-Brasília e, de acordo com a relação que nos foi enviada, com surpresa, até certo ponto, fui verificar que as mesmas firmas acusadas de desonestidade na administração anterior, são as que receberam adiantamentos da atual administração, em montantes diversos, para execução de obras diversas, mediante uma autorização especial do Senhor Presidente da República, sem concorrência pública, sem registros dos respectivos contratos, anteriormente, no Tribunal de Contas.

Portanto, não é admissível. Não conheço a maior parte das firmas enumeradas aqui. Mas não posso aceitar que o atual Superintendente da SPVEA a classifique como a sigla da corrupção, afirmando que até 31 de março ali só havia desonestidade e só havia portanto, desonestos con-

tratando com a SPVEA, como pode S. S. manter os mesmos desonestos apontados por ele, como contratantes de obras na Belém-Brasília. Foi aquele órgão que remeteu esses dados, em resposta ao meu questionário. As firmas estão catalogadas por aquele mesmo organismo e pela sua contabilidade.

Então, o que julgo, Sr. Presidente, é que é necessário que a Superintendência atual da SPVEA, mais de um ano após ter a responsabilidade daquela administração, cesse essa cartilina que já é antiga, de acusar as administrações anteriores de desonestas e passe a apresentar realizações concretas, que demonstrem a sua honestidade e, principalmente, a sua capacidade para dirigir aquele organismo regional.

A esta altura, mais de um ano após a revolução, o que interessa é saber quais eram de fato os desonestos, os corruptos, os corruptores e como foram punidos. O principal e a punição dos desonestos e não ficar eternamente a cantar essa ladainha da desonestidade, permitindo que continuem a ocorrer os mesmos fatos. Firms contratantes antes de 31 de março eram desonestas; depois de 31 de março passaram a ser honestas e a merecer contratos. Como? Porque?

Era o que em linhas gerais, precisava dizer, na análise das respostas ao requerimento de informações que formulei. Pretendo sempre agir assim. Os requerimentos de informações, a meu ver, não são para uso nosso apenas: são para que a nação tome conhecimento — através dos Anais desta Casa — das respostas porventura transmitidas pelos órgãos responsáveis.

Além da questão de firmas contratantes, Sr. Presidente, podemos mencionar, com relação às respostas da Superintendência da SPVEA, que o atual Superintendente mandou realizar a avaliação patrimonial de todas as firmas financiadas pelo Fundo de Valorização e elas estão aqui especificadas:

Brasil Extrativa

Pedro Carneiro S. A.

Indústria Têxtil de Anilagem

CERPASA — Cervejas do Pará Sociedade Anônima e Iao-socante.

Pois bem, o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia está financiando a implantação, em Belém, de uma fábrica de cerveja. Com isso, naturalmente, se pretende melhorar a alimentação do povo da região amazônica...

Mas, apesar de serem os financiamentos somente estes, os apontados — e apontados como sendo realizações concretas da atualidade — posso afirmar que todas essas instalações industriais tiveram sua implantação iniciada antes de 31 de março. Então, se a SPVEA era a sigla da corrupção antes de 31 de março, por que essas indústrias — iniciadas antes de 31 de março — continuam a merecer o financiamento e, ainda, aparecem como realizações da atual administração da SPVEA?

E a pergunta que faço — e faço para dizer, demonstrar que, realmente, muita desonestidade houve na SPVEA, como tem havido, lamentavelmente, em outros organismos por este Brasil a fora. Não se pode aceitar que a Superintendência, em declarações à imprensa do Rio de Janeiro, dê a impressão de que, naquele organismo, até 31 de março, só passaram desonestos, quando houve homens de bem, do mais alto nível, como o atual Governador Artur Reis, cuja honestidade, dignidade, capacidade para analisar os problemas da Amazônia são incontestáveis, e o dou-

tor Aldebaro Klautau, advogado em Belém, professor da Faculdade de Direito do Pará, cidadão da maior dignidade.

Sr. Presidente, estes os comentários que desejava fazer sobre esse requerimento de informações.

Antes, porém, de encerrar o que me propus como breves comentários, quero acrescentar que o Presidente do Banco de Crédito da Amazônia, doutor Armando Mendes, grande economista da região, numa entrevista a jornais de Belém, diz o seguinte: (Lendo):

"Existe, de fato, a sugestão concreta para anteprojeto de lei visando reformular a política de valorização econômica da Amazônia e reestruturar os seus principais organismos. O anteprojeto foi elaborado de comum acordo, durante o segundo semestre de 1964, pela SPVEA e pelo Banco, e representava aquela altura não apenas o pensamento oficial e tranquilizador das duas administrações, como, também, o do Sr. Ministro Extraordinário para Coordenação de Organismos Regionais. Desde agosto S. Exa. anunciara o perante a própria Comissão de Valorização Econômica da Amazônia e, em repetidas declarações públicas, o que, aliás, confirmou em encontros recentes conosco. De nossa parte continuamos fiéis ao pensamento básico, e lógico que suscetível de aperfeiçoamento, expresso nessa minuta de anteprojeto, que foi amplamente examinado, debatido e aprovado por órgãos do Ministério da Fazenda, da então Superintendência da Moeda e do Crédito, da Carteira de Redescobertas do Banco do Brasil, da Assessoria do Ministério de Planejamento, da Assessoria do Ministério de Organismos Regionais e do próprio titular desse Ministério, e da SUDENE, em cuja sede, no Recife, estivemos pessoalmente — o meu ilustre amigo General Mário Cavalcante e eu, e com alguns técnicos e conhecedores do assunto.

Explicando os detalhes do trabalho, disse o Dr. Armando Mendes:

Os principais objetivos desse anteprojeto residem na maior articulação entre a SPVEA e o Banco, bem como os demais organismos federais da região, na especialização e complementaridade de suas tarefas, na disciplina de seu regime contábil e financeiro, na expansão dos benefícios fiscais que favorecem a região e, no que nos diz respeito, na superação das dificuldades institucionais que limitam, mutilam ou deformam a ação do Banco, e contribuem para gerar na opinião pública a convicção de que é ingovernável e de que se constitui por isso um insaciável devorador de homens e reputações, o que, em parte, esteriliza qualquer esforço por melhor orientado que seja. A nossa perspectiva, amplamente exposta nas sugestões elaboradas, não mudou, não nos cabendo, portanto, explicar atitudes que permanecem as mesmas que se inspiram em motivos de ordem puramente técnica — plano ao qual almejamos alçar o debate e o único que proporcionará a solução dos problemas regionais."

Já existe, portanto, um plano desde 1964, estudado por todos os organismos aqui mencionados. Quando já existe esse plano, esse estudo feito por homens da região, o que aconteceu? Misteriosamente foi afastado,

COMISSÕES PERMANENTES

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)
 2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)
 3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)
 1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)
 2º Suplente — Guido Mondin (PSD)
 3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)
 4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Giomard — Acre | 12. Antônio Balbino — Bahia |
| 2. Lobão da Silveira — Pará | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão | 14. Gilberto Marinho — Guanabara |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão | 15. Moura Andrade — São Paulo |
| 5. Victorino Freire — Maranhão | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí | 17. Guido Monodin — R. G. Sul |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte | 19. Filinto Müller — Mato Grosso |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás |
| 11. José Leite — Sergipe | 22. Pedro Ludovico — Goiás |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco |
| 2. Oscar Passos — Acre | 11. José Ermirio — Pernambuco |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas | 12. Silvestre Pérciles — Alagoas |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas | 14. Nelson Maculan — Paraná |
| 6. Antônio Jucá — Ceará | 15. Mello Braga — Paraná |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco | |

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara |
| 2. Joaquim Parente — Piauí | 10. Padre Calazans — São Paulo |
| 3. José Cândido — Piauí | 11. Adolpho Franco — Paraná |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba | 13. Antônio Carlos — S. Catarina |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe | 15. Milton Campos — Minas Gerais |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso |

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	1
	66

BLOCOS PARTIDARIOS

Bloco Parlamentar Independente

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Viana (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Viana

AGRICULTURA

PSD

SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

BPI

1. Aurélio Viana

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PSD

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

BPI

1. Josaphat Marinho

TITULARES

1. Eugênio Barros
2. José Leite

1. José Ermirio
2. Nelson Maculan

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

1. Dylton Costa

TITULARES

1. Jefferson de Aguiar
2. Antônio Balbino
3. Wilson Gonçalves
4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Aarão Steinbruch

o convocada a firma Montreal para fazer os estudos que já estavam prontos.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer nesta oportunidade, para assinalar nos Anais desta Casa, nossa posição como representante da Amazônia, na defesa dos seus peculiares e mais importantes interesses. (Muito bem! Muito bem!)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 53 DE 25 DE MAIO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José Pinto Carneiro de Lacerda, Assessor Legislativo, PL-2, Emílio Santos Vieira, Operador

de Telex, FT-3 e Sândor Perfeito, Auxiliar Legislativo, PL-9, para, sob a presidência do primeiro, constituírem uma Comissão de Sindicância, a fim de apurar as causas da colisão havida entre o carro do Senado Aero Willys, chapa 186 e a Rural Willys placa 1-15-03, pertencente a Walter Braga, funcionário desta Secretaria, que, na ocasião do ocorrido, dirigia o veículo.

Secretaria do Senado Federal, 25 de maio de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 48 DE 17 DE MAIO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Sylvio

José da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-9, para colaborar no serviço de coleta subordinado ao Gabinete da Vice-Diretora Geral Administrativa.

Secretaria do Senado Federal, em de maio de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Republicado por ter saído com incorreções:

PORTARIA Nº 52 DE 20 DE MAIO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Aurca de Barros Rego, Diretora, PL-1, Eurico Costa

Macedo, Oficial Legislativo, PL-3

Itu Pery de Lauro Faria, Auxiliar Legislativo, PL-9, para, sob a presidência da primeira, constituírem uma Comissão de Sindicância, a fim de apurar os motivos que determinaram o não cumprimento de ordem de serviço, por parte de Antonio Adalberto dos Santos, Motorista, PL-9, relativo à aquisição de material de limpeza para a Garagem.

Secretaria do Senado Federal, 20 de maio de 1965. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Republicado por ter saído com incorreções.

DISTRITO FEDERAL

PSD

- TITULARES**
1. Padre Ludovico
2. Walfredo Gurgel
- SUPLENTE**
1. José Feliciano
2. Benedito Valladares

PTB

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

1. Lino de Mattos

ECONOMIA

PSD

- TITULARES**
1. Atílio Fontana
2. José Feliciano
3. José Leite
- SUPLENTE**
1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

EDUCAÇÃO E CULTURA

PSD

- TITULARES**
1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel
- SUPLENTE**
1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

1. Edmundo Levi
2. Melo Braga

UDN

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

1. Josaphat Marinho

FINANÇAS

PSD

- TITULARES**
1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Walfredo Gurgel
- SUPLENTE**
1. Atílio Fontana
2. José Guilomard
3. Eugênio Barrios
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

1. Aloysio de Carvalho

BPI

1. Miguel Couto

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PSD

- TITULARES**
1. José Feliciano
2. Atílio Fontana
- SUPLENTE**
1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

LEGISLAÇÃO SOCIAL

PSD

- TITULARES**
1. Ruy Carneiro
2. Walfredo Gurgel
3. Atílio Fontana
4. Eugênio Barro
- SUPLENTE**
1. José Guilomard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

1. Lopes da Costa
2. Zacarias de Assunção

BPI

1. Dilton Costa

MINAS E ENERGIA

PSD

- TITULARES**
1. Benedito Valladares
2. Jefferson de Aguiar
- SUPLENTE**
1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

1. José Ermírio
2. Angeniro Figueiredo

UDN

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

BPI

1. Arnon de Mello

POLÍGONO DAS SÉCAS

PSD

- TITULARES**
1. Ruy Carneiro
2. Sebastião Archer
- SUPLENTE**
1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

PTB

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

UDN

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

BPI

1. Dilton Costa

PROJETOS DO EXECUTIVO

PSD

- TITULARES**
1. Wilson Gonçalves
2. José Guilomard
3. Jefferson de Aguiar
- SUPLENTE**
1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

PTB

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

UDN

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

BPI

1. Aurélio Vianna

PL

1. Aloysio de Carvalho

- TITULARES**
1. José Ermírio
2. Bezerra Neto

1. João Agripino
2. Antônio Carlos

1. Lino de Mattos

1. Mem de Sá

1. Mem de Sá

REDAÇÃO

PSD

TITULARES
1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

SUPLENTE
1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

UDN

1. Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

BPI

1. Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

RELAÇÕES EXTERIORES

PSD

TITULARES
1. Benedicto Valladares
2. Filinto Müller
3. Menezes Pimentel
4. José Guilomard

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

PTB

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Oscar Passos

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

UDN

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Rui Palmeira

1. Padre Calazam
2. João Agripino
3. Mem de Sá

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

SAÚDE

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Pedro Ludovico

SUPLENTE
1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

PTB

1. Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

1. José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

1. Miguel Couto

1. Linó de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

PSD

TITULARES
1. José Guilomard
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

PTB

1. Oscar Passos
2. Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

UDN

1. Zacarias de Assunção
2. Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

BPI

1. Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

PSD

TITULARES
1. Sigefredo Pacheco
2. Victorino Freire

SUPLENTE
1. José Feliciano
2. Filinto Müller

PTB

1. Mello Braga
2. Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

UDN

1. Padre Calazans
2. Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

1. Miguel Couto

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

PSD

TITULARES
1. Eugênio Barros
2. José Leite

SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

PTB

1. Mello Braga

1. Bezerra Neto

UDN

1. Lopes da Costa

1. Josaphat Marinho

BPI

1. Arnon de Mello

1. Irineu Bornhausen

COMISSÕES ESPECIAIS

A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1962.
Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completada em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (7) - Partidos

Guberto Marinho - PSD.
Menezes Pimentel - PSD.
Heriberto Vieira - UDN.
Milton Campos - UDN.
Vasconcelos Torres - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.

B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 651-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964 em virtude do Requerimento número 1.160-63, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (7) - Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.
Wilson Gonçalves - PSD.
Arthur Virgílio - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.
Josaphat Marinho - S/legenda.
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castêjon Branco.

C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 631-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 6 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senhor Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) - Partidos

Atílio Fontana - Presidente - PSD.
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.
José Ermírio - Relator - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
Aurélio Vianna - PSD.
PL-2, Julieta Ribeiro dos Santos.

D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.
José Ermírio (Presidente) - PTB.
Lopes da Costa - UDN.
Aurélio Vianna (Relator) - PSD.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas

E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 665-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de setembro de 1963.

Designada em 10 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

Membros (9) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Atílio Fontana - PSD.
Eugênio Barros - PSD.
José Ermírio (Relator) - PTB.
Bezerra Neto - PTB.
Mello Braga - PTB.
Lopes da Costa - UDN.
Milton Campos (Presidente) - UDN.
José Leite (Vice-Pr.) - PR.
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.
Reuniões: 5ª feiras às 16 horas.

F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.162-63 do Sr. Senador João Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (5) - Partidos

Atílio Fontana - PSD.
Sigefredo Pacheco - PSD.
José Ermírio - PTB.
Irineu Bornhausen - UDN.
João Leite - PR.
Secretária: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. G. A. Mello.

G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONAUTICA, DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Criada em virtude do Requerimento nº 108-63 do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 1.158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (6) - Partidos

José Feliciano - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Antônio Jucá - PTB.
Padre Calazans - UDN.

H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) Partidos

Senadores:
Wilson Gonçalves - PSD.
Leite Neto - PSD.
Sigefredo Pacheco - PSD.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Edmundo Levi - PTB.
Adolpho Franco - UDN.
João Agripino - UDN.
Aurelio Vianna - PSD.
Josaphat Marinho - Sem legenda.
Deputados:
Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.
Aderbal Jurema - PSD.
Laerte Vieira - UDN (Substituído pelo eputado Arnaldo Nogueira).
Heitor Dias - UDN.
Doutel de Andrade - PTB.
Arnaldo Carneiro - PSP.
Juarez Távora - PDC.
Ewaldito Pinto - MTR.

I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Senadores:

Bezerra Neto - Presidente
Afonso Arinos - Vice-Presidente
Jefferson de Aguiar - Relator.
Leite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurelio Vianna
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

(QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)

Eleita em 27 de junho de 1961.
Prorrogada:
- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62, apr. em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63 apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

Membros (12) - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.
Ruy Carneiro - PSD.
Benedicto Valladares - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.
Daniel Krieger - UDN.
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente)
Heribaldo Vieira - UDN.
Rui Palmeira - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.
Afonso Celso - PTB.
Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.

Mem de Sá - PL.
Josaphat Marinho - Sem legenda.

K) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/61

(QUE DISPÕE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DA PRORROGAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE E APROVAR O ESTABELECIMENTO O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Eleita em 4 de outubro de 1961.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 391-61 apr. em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.
Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
Daniel Krieger - UDN.
Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.

Heribaldo Vieira - UDN.
Lopes da Costa - UDN.
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.
Vivaldo Lima - PTB.
Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PTN.

L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).

Eleita em 5 de outubro de 1961.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 608-61 aprovado em 14 de janeiro de 1961;

- até 15 de janeiro de 1963, pelo Requerimento 781-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963

Membros (16) - Partidos

Menezes Pimentel - PSD.
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.

Lobão da Silveira - PSD.
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.
Daniel Krieger - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.
Milton Campos - UDN.

Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) - UDN.

Lopes da Costa - UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) - Relator - PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.
Amaury Silva (23 de abril de 1963) - PTB.
Vivaldo Lima - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PTN.

M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)

Eleita em 20 de novembro de 1961.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961;

- até 15 de dezembro de 1963, pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962;

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros (16) - Partidos

Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.
Filinto Müller - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.

Daniel Krieger (Relator) - UDN.
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.

Rui Palmeira - UDN.
Amaury Silva - 23 de abril de 1963) - PTB.

Barros Carvalho - PTB.
Argemiro de Figueiredo - PTB.
Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.
Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PN.

N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

(APLICAÇÃO DAS CUIAS DE 11 POSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de dezembro de 1962.
Prorrogada:
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-63 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovado em 10 de outubro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 3 de abril de 1963

Membros (16) - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.

Lopes da Costa - UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) - S. leg.

Aloysio de Carvalho - PL.
Lino de Matos - PTN.

O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Eleita em 28 de março de 1962.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 22 de julho de 1963

Membros - Partidos
Jefferson de Aguiar - PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PSD.
Lobão da Silveira - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN.
Heribaldo Vieira - UDN.

Lopes da Costa - UDN.
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.
Barros Carvalho - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.
Miguel Couto - PSP.

Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) - PTN.

P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Eleita em 10 de maio de 1962.
Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 788-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.